

MARIANA CRISTINA SILVA

**REPRESENTAÇÕES E EXPOSIÇÕES DO VIVIDO: A
TRAJETÓRIA POLÍTICA DA URUGUAIA LÍLIAN CELIBERTI
NA DITADURA**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas e da Educação, da Universidade do Estado de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História.

Orientador: Dr. Luiz Felipe Falcão.

**FLORIANÓPOLIS
2014**

S586r Silva, Mariana Cristina

Representações e exposições do vivido: a trajetória da uruguaiã Lílian Celiberti na ditadura / Mariana Cristina Silva - 2014.

186 p. : il. ; 21 cm

Orientador: Luiz Felipe Falcão

Bibliografia: p. 180-186

Dissertação (mestrado) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de Pós-graduação em História, Florianópolis, 2014.

1. Uruguai - História.
 2. América do sul e latina - Política e governo.
 3. Ditadura e ditadores.
 4. Ciência política - História.
- I. Falcão, Luiz Felipe.
II. Universidade do Estado de Santa Catarina. Programa de Pós-graduação em História. III. Título.

CDD: 989.5

MARIANA CRISTINA SILVA

**REPRESENTAÇÕES E EXPOSIÇÕES DO VIVIDO: A TRAJETÓRIA
DA URUGUAIA LILIAN CELIBERTI NA DITADURA MILITAR.**

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de mestre, no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina.

Banca Examinadora:

Orientador:


Doutor Luiz Felipe Falcão
Universidade do Estado de Santa Catarina

Membro:


Doutor Emerson César de Campos
Universidade do Estado de Santa Catarina

Membro:


Doutor Robson Laverdi
Universidade Estadual de Ponta Grossa

Florianópolis, 12 de setembro de 2014.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Arnoldo e Isolete e aos meus irmãos Flávia, Felippe, Aline e Felipe (cunhado-irmão) pelo enorme apoio e por acreditarem em mim.

Ao Tarso, eterno namorado e parceiro. Por me apoiar e me acompanhar em TODAS as etapas deste trabalho.

À Lílian Celiberti, por sua disponibilidade em contribuir com minha pesquisa e por permitir que eu desenvolvesse este trabalho.

Ao LEGH/UFSC, em especial, à professora Joana Maria Pedro, pela receptividade e oportunidade de indicar o ponto de partida deste trabalho.

A todos os excelentes professores do PPGH, em especial: aos inspiradores mestres Dr. Reinaldo Lindolfo Lohn e Dr. Emersom César de Campos pelos preciosos apontamentos na banca de qualificação, à professora Dr^a Cristiani Bereta da Silva pelas ótimas e inspiradoras aulas, à professora Dr^a Janice Gonçalves pela disponibilidade incrível em ajudar e ao meu orientador, professor Dr. Luiz Felipe Falcão por sua compreensão, incentivo e ensinamentos. Ao professor Dr. Robson Laverdi da Universidade Estadual de Ponta Grossa, por aceitar participar de minha banca.

À turma do PPGH 2012, em especial, às queridas amigas Juliana, Gabrielle, Káirtha e Fernanda, pela companhia, conversas, debates, desabafos e ótimos “comes e bebes” e aos guerreiros do grupo de estudos das noites sexta-feira da UDESC: Arielle, Izaias, Mauro e professor Luiz Felipe Falcão, por enfrentar o cansaço de uma semana inteira para estudar.

Às queridas Maria Amélia, Soraia e Juliana pelas preciosas dicas. À Loize por cubrir todas as minhas ausências no trabalho. Ao Dr. Maurício, a quem recorri várias vezes bastante aflita, pelos ótimos conselhos de médico e de amigo.

À Faculdade Decisão e Borges de Mendonça, onde passei muitas noites após o trabalho utilizando o espaço da biblioteca para estudar.

Companheiros de caminhada: pelo carinho, compreensão, paciência, debates e apontamentos. A todos vocês que contribuíram para a realização deste trabalho, e que apostaram em mim, muitíssimo obrigada.

“Um acontecimento vivido é finito, ou pelo menos encerrado na esfera do vivido, ao passo que o acontecimento lembrado é sem limites, porque é apenas uma chave para tudo o que veio antes e depois”.

Walter Benjamin

RESUMO

SILVA, Mariana C. Representações e exposições do vivido: a trajetória da uruguaia Lílian Celiberti na ditadura. 2014. 127f. Dissertação (Mestrado em História – Área: História do Tempo Presente) – Universidade do Estado de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2014.

Este trabalho pretende apresentar as memórias políticas da militante da esquerda uruguaia Lílian Elmira Celiberti Rosas durante a ditadura. Lílian foi presa, pela primeira vez, aos 22 anos, com mais 8 pessoas, durante uma reunião clandestina, onde foi encontrado material pertencente ao grupo OPR- 33, braço armado da Federação Anarquista do Uruguai. Entre 1972 e 1974 esteve presa por mais três vezes, quando foi para o exílio na Itália, onde permaneceu até 1978 quando partiu em uma missão confiada por seu partido – o PVP - para o Brasil. Em 1978, Lílian foi sequestrada em Porto Alegre, junto de seus filhos, Camilo e Francesca – de 7 e 3 anos respectivamente – e de seu companheiro de partido Universindo Rodríguez Díaz em uma ação conjunta das polícias políticas do Uruguai e do Brasil, no âmbito das ações de colaboração do terror conhecida como “Operação Condor”. Após um ano desaparecida, vivendo na mais completa solidão nos quartéis uruguaios, foi condenada à cinco anos de prisão, por invasão ao Uruguai, versão forjada pelo regime. O caso do “sequestro dos uruguaios” repercutiu na imprensa internacional e mobilizou fortemente a opinião pública. Com uma longa trajetória política, Lílian Celiberti, passou a ser lembrada, sobretudo, por

essa importante experiência. Contudo, este trabalho buscou ir além do que comumente se conhece sobre Lílian. Para tal, procurou-se conhecer, apresentar, valorizar e analisar as experiências políticas e os distintos papéis e funções desempanhados por ela durante todo o período em que vigorou as ditaduras no Cone Sul das Américas. Este trabalho representa, assim, um esforço para conhecer, através dos relatos de experiências, a mulher Lílian para além da imagem mitificada de 1978.

PALAVRAS-CHAVE: Trajetória. História. Ditadura. Memória.

ABSTRACT

SILVA, Mariana C. **Representações e exposições do vivido: a trajetória da uruguaia Lílian Celiberti na ditadura.** 2014. 127f. Dissertação (Mestrado em História – Área: História do Tempo Presente) – Universidade do Estado de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2014.

This paper intends to present the political memoirs of the Uruguayan left militant Lílian Elmira Celiberti Rosa during the dictatorship. Lílian was arrested for the first time at age 22, with 8 more people, during a clandestine meeting, where it was found OPR- material belonging to group 33, the armed wing of the Anarchist Federation of Uruguay. Between 1972 and 1974 she was imprisoned for three more times and went into exile in Italy, where he remained until 1978 when he left on a mission entrusted by his party - PVP - to Brazil. In 1978, Lílian was kidnapped in Porto Alegre, with their children, Camilo and Francesca - 7 and 3 years respectively - and his fellow party Universindo Rodríguez Díaz in a joint action by the political police of Uruguay and Brazil, under shares collaboration actions of terror known as "Operation Condor." After missing a year, living in complete solitude in Uruguayan barracks, was sentenced to five years in prison for invasion of Uruguay, by the regime forged version. The case of the "kidnapping of the Uruguayans" resonated strongly in the international press and strongly mobilized public opinion. With a long political career, Lílian Celiberti, is now remembered mainly for this important experience. However, this study sought to go beyond what is

commonly known about Lílian. To this end, we tried to meet, present, value and analyze the political experiences and the different roles and functions desempanhados by her throughout the period that lasted dictatorships in the Southern Cone of the Americas. This work thus represents an effort to know, through experience reports, the woman Lílian beyond the mythologized image of 1978.

KEYWORDS: Trajectory. History. Dictatorship. Memory.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CCD - Centros Clandestinos de Detenção

CIA – Central Intelligence Agency

CNEF - Comisión Nacional de Educación Física

CNT - Convención Nacional de Trabajadores

CONAE - Consejo Nacional de Educación

COSENA - Consejo de Seguridad Nacional

CSU - Confederação Sindical do Uruguai

DSN - Doutrina de Segurança Nacional

DINA - Direção de Inteligência Nacional (Chile)

FAU - Federación Anarquista del Uruguay

FFAA - Fuerzas Armadas

FEUU - Federación de Universitarios

FA - Frente Amplio

MDHM - Museu dos Direitos Humanos do Mercosul

MIR - Movimiento de Izquierda Revolucionária

MLN-T - Movimiento de Libertacion Nacional - Tupamaros

MPS - Medidas Prontas de Seguridad

MRO - Movimento Revolucionário Oriental

OCOA - Organismo Coordinador de Operaciones
Antisubversivas

OEA - Organizaçao dos Estados Americanos

OPR-33 - Organización Popular Revolucionária - 33
Orientales

PVP - Partido por la Victoria del pueblo

RNS - Registro Nacional de Sindicatos

ROE - Resistencia Obrero Estudiantil

TDE - Terror de Estado

TIAR - Tratado Interamericano de Assistênciac Recíproca

UGT - União Geral dos Trabalhadores

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Dona Lília e Lílian Celiberti. Fonte: Revista Veja, Edição nº 534, p. 34. 29/11/1978.....p. 135

Figura 2: Camilo e Francesca livres após 13 dias na condição de detidos-desaparecidos junto dos avós, Lílian e Homero Celiberti, e ainda, uma foto da irmã de Lílian, Mirtha. Fonte: Revista Veja, Edição nº 535, p. 29. 06/12/1978.p.138

Figura 3: Os papéis de cigarro, onde Lílian se comunicava com a mãe, enquanto esteve presa. Fonte: Silva, MARIANA. Fotografia da exposição sobre a vida de Lílian Celiberti durante a ditadura no Museu dos Direitos Humanos do Mercosul. Porto Alegre. 05/04/2014p.149

Figura 4: Lílian Celiberti reencontra a filha Francesca depois de ser libertada da prisão. Fonte: MAFALDA, Antonio Carlos. “Lilian Celiberti: A volta para a liberdade”. Zero Hora: Porto Alegre. 21/11/1983.p.166

Figura 5: O abraço de Lílian Celiberti e a filha Francesca após cinco anos afastadas. Fonte: Facebook.....p.166

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| INTRODUÇÃO | 19 |
| CAPÍTULO 1 ENGAJAMENTO DE ESQUERDA NAS DÉCADAS DE 1960 E 1970: JUVENTUDE, REBELDIA E MILITÂNCIA..... | 45 |
| 1.1 O COLAPSO DA “SUÍÇA DA AMÉRICA” | 45 |
| 1.2 A FORMAÇÃO DA ESQUERDA NO URUGUAI | 58 |
| 1.3 “ÉRAMOS JÓVENES”: A RESISTÊNCIA E A MITIFICAÇÃO DA JUVENTUDE..... | 63 |
| 1.4 A MILITÂNCIA POLÍTICA DE LÍLIAN CELIBERTI NO URUGUAI | 69 |
| CAPÍTULO 2 AS DITADURAS DO CONE SUL: VIOLÊNCIA POLÍTICA, RESISTÊNCIA E COTIDIANO | 89 |
| 2.1 A DITADURA CIVIL-MILITAR NO URUGUAI: A CONSOLIDAÇÃO DO REGIME DE TERROR | 90 |
| 2.1.1 PRIMEIRA FASE: “PONER LA CASA EN ORDEN” | 91 |
| 2.1.2 SEGUNDA FASE: A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO NOVO REGIME | 99 |
| 2.1.3 TERCEIRA FASE: TEMPOS DE NEGOCIAÇÃO E TRANSIÇÃO POLÍTICA..... | 101 |
| 2.2 MEMÓRIAS DO EXÍLIO: A EXPERIÊNCIA POLÍTICA DE LÍLIAN CELIBERTI NA ITÁLIA | 102 |
| 2.3 A CONEXÃO REPRESSIVA ENTRE OS PAÍSES DO CONE SUL: O “SISTEMA” CONDOR | 113 |
| 2.4 “O SEQUESTRO DOS URUGUAIOS” EM PORTO ALEGRE: MEMÓRIAS DE UMA SOBREVIVENTE DO CONDOR | 119 |

| | |
|--|------------|
| 2.5 LUGARES DE RESISTÊNCIA: MEMÓRIAS DO CÁRCERE E SUAS REPRESENTAÇÕES..... | 141 |
| 2.6 LIBERDADE: UMA EXPOSIÇÃO SOBRE AS LEMBRANÇAS E SEUS SIGNIFICADOS | 162 |
| 2.7 A MULHER E O MITO MULHER: REPRESENTAÇÕES DE UMA HISTÓRIA DE VIDA..... | 168 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 175 |
| REFERÊNCIAS..... | 180 |

INTRODUÇÃO

A presente dissertação tem como proposta a apresentação de um estudo sobre as lembranças da uruguaia Lílian Celiberti acerca de sua trajetória de vida entre os anos de 1960 e 1980, período marcado por profundas mudanças na economia, na política e na cultura mundial. Após o final da Segunda Grande Guerra em 1945, a Europa estava arrasada política e economicamente, e duas grandes potências emergiram deste conflito e passaram a disputar a hegemonia mundial. De um lado, os Estados Unidos da América, a potência capitalista, e, de outro, a União Soviética, a potência socialista. A Guerra Fria, como foi denominada as disputas e conflitos estratégicos entre esses dois países perdurou até 1991, com o fim da URSS.

Naquele momento a prioridade dos Estados Unidos era garantir a segurança do país, ameaçada pelo avanço comunista. No intento de “defender o mundo” dos soviéticos – e, especialmente o continente americano – os Estados Unidos adotaram uma série de medidas políticas e econômicas denominadas Doutrina Truman, após o então presidente Harry Truman proferir violento discurso público contra os soviéticos em 1947. Nesse mesmo ano, os Estados Unidos criam a Lei de Segurança Nacional, com o objetivo de reorganizar o setor militar e restringir seus gastos, mas que acabou se transformando na “lei básica para a comunidade de inteligência e para a política externa norte-americana, além de fornecer a base para a estrutura militar da Guerra Fria” (AGUILAR, 2011, p.65).

A Doutrina Truman como ficou conhecida, inspirou-se naquela Lei e deu origem à Doutrina de Segurança Nacional, que foi disseminada nos Estados Unidos e assimilada pela maioria dos países da América Latina. O sistema de segurança

do continente americano passou a ser organizado a partir da ideia de um inimigo em comum. O compromisso fora firmado no Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) de setembro de 1947 e com a criação da Organização dos Estados Americanos (OEA), no ano seguinte. A divisão do mundo imposta pelos americanos e soviéticos exigia uma posição dos outros países. Optar pelo mundo ocidental significava ao mesmo tempo opor-se ao comunismo e optar por um “mundo livre”. Desta forma, as ditaduras militares da América Latina, surgem a partir dos anos de 1960, articuladas a um projeto de dimensão continental enquadrada nos preceitos da DSN. Posicionar-se contra esse projeto significava, portanto, opor-se ao regime militar e contra a própria segurança nacional. Desta forma, de acordo com o historiador Sérgio Aguilar (2011, p.70):

No contexto da Guerra Fria, a segurança nacional nos países do Cone Sul se resumiu às hipóteses de conflito com os vizinhos, ao combate aos movimentos de esquerda e à participação como coadjuvante em uma guerra entre os dois grandes blocos. Todos os países seguiram a lógica de segurança dos Estados Unidos, adestrando suas forças armadas dentro da concepção de defesa hemisférica da potência, recebendo o armamento que os norte-americanos entendiam como sendo necessário e priorizando a segurança interna.

Naquele período, Lílian Celiberti esteve engajada na militância de esquerda em seu país, foi presa e obrigada a se exilar na Europa. No dia 12 de novembro de 1978, durante um breve período em que viveu no Brasil, mais precisamente na cidade de Porto Alegre, capital do Estado do Rio Grande do Sul, foi sequestrada junto com os dois filhos pequenos –

Camilo e Francesca – e seu então companheiro de partido, Universindo Rodríguez Díaz e entregue à polícia uruguaia em dezembro do mesmo ano. Lílian e Universindo faziam parte do partido socialista PVP (Partido por la Victoria del Pueblo), fundado em 1975 na Argentina por exilados uruguaios e, após o sequestro, ficaram detidos por cinco anos. Camilo e Francesca, duas crianças de 3 e 7 anos, foram usadas como reféns para fazer a mãe colaborar com a polícia, ficaram sob custódia da polícia política do Uruguai por 13 dias, na condição de detidos-desaparecidos, quando então foram entregues ao avô materno no dia 25 de novembro de 1978.

O “sequestro dos uruguaios” como ficou conhecido, repercutiu fortemente na imprensa brasileira e estrangeira e fora articulado pelas polícias políticas do Brasil e do Uruguai que agiam sob um meticoloso esquema de cooperação que visava combinar as ações repressivas das ditaduras do Cone Sul das Américas, perseguindo, prendendo, torturando, exterminando ou desaparecendo com aqueles que, em território nacional ou além de suas fronteiras, representassem uma ameaça à ordem da nação. Em decorrência do sequestro, Lílian Celiberti esteve presa durante cinco anos no Uruguai, sendo privada de continuar sua militância política e de estar presente na infância dos filhos.

A trajetória política de Lílian Celiberti é composta por uma série de experiências traumáticas, difíceis de compartilhar em toda sua subjetividade. Como afirma Beatriz Sarlo (2007, p.36) “não se pode representar tudo o que a experiência foi para o sujeito, pois se trata de uma ‘matéria-prima’ em que o sujeito-testemunha é menos importante que os efeitos morais de seu discurso”. Os que se envolveram com a luta política nos tempos de ditadura, carregam consigo lembranças de situações-limite difíceis de lidar, como a dor extrema, a humilhação e a morte. Com a queda dos regimes militares do Cone Sul em

1985, uma profusão de testemunhos foram publicados, pois, lembrar era preciso. Assim, as vítimas e seus narradores tomaram a palavra.

Quase trinta anos depois do início desse movimento de construção de uma narrativa histórica do período marcado por terríveis experiências e importantes transformações sociais, ainda é preciso lembrar, pois esse esforço retrata um importante compromisso social com a História (há muitos crimes não desvendados e criminosos que não foram julgados, por exemplo). Contudo, há hoje um impulso historiográfico de se reavaliar esses testemunhos dados em nome do “dever de memória”. Vale ressaltar, que não se trata em hipótese alguma de se questionar a legitimidade desses testemunhos, mas, de perceber que há perspectivas que não foram avaliadas nesses depoimentos em nome de um estatuto de Verdade inquestionável que lhes fora atribuído.

Beatriz Sarlo (2007, p.20), se referindo à ditadura na Argentina, mas também a dos outros países da América Latina, aponta a importância desses testemunhos para o julgamento e condenação daqueles que cometem os crimes da ditadura:

O testemunho possibilitou a condenação do terrorismo de Estado; a ideia do ‘nunca mais’ se sustenta no fato de que sabemos a que nos referimos quando desejamos que isso não se repita. Como instrumento jurídico e como modo de reconstrução do passado, ali onde outras fontes foram destruídas pelos responsáveis, os atos de memória foram uma peça central da transição democrática, apoiados às vezes pelo Estado e, de forma, permanente, pelas organizações da sociedade. Nenhuma condenação teria sido possível se esses atos de memória manifestados nos relatos das testemunhas e vítimas, não tivessem existido.

Nesta dissertação, busca-se apresentar e analisar as memórias de Lílian Celiberti bem como compreender como a própria Lílian expõe e lida com suas lembranças. Segundo Celiberti, desde o primeiro momento em que adquiriu a liberdade da prisão feminina de Punta Rieles no ano de 1983, tem cumprido uma exaustiva missão: narrar sua experiência. Desta forma, esta dissertação envolve um trabalho de reflexão sobre História e experiência de vida a partir de depoimentos orais que são analisados com o objetivo de perceber os significados que, Lilian Celiberti atribuiu ao longo dos anos às suas experiências e o que esse *status* de narradadora de sua própria história implica na análise historiográfica. Busca-se perceber ainda, quais e porque certas experiências são mais evidenciadas que outras, e porque algumas memórias de tão repetidas parecem ter sido “cristalizadas”.

A História, a Geografia, a língua e a cultura latino-americanas sempre foram, para a pesquisadora, objetos de grande interesse, respeito e admiração pessoal. Nascida e criada em Florianópolis, cresceu tecendo relações de amizades, convivendo e observando, todos os anos, o movimento dos *hermanos* uruguaios, paraguaios, chilenos e, sobretudo, argentinos, pelas praias da Ilha de Santa Catarina. Já cursando a graduação em História na Universidade Federal de Santa Catarina, as atividades em que se envolvia – grupo de estudos, prática docente e trabalho de conclusão de curso, por exemplo – acabavam sendo sempre voltadas para os estudos latino-americanos. Poucos meses após concluir o curso de graduação, começou a participar de um grupo de estudos ligado ao Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH/UFSC), que se reunia quinzenalmente – e ainda se reúne até hoje – para discutir textos e questões relativas às temáticas do feminismo, relações de gênero, memórias traumáticas e ditaduras no Cone Sul, temas esses que faziam parte das pesquisas de trabalho de

iniciação científica, conclusão de curso, mestrado, doutorado e pós-doutorado dos membros do grupo. Também fez parte da pesquisa a realização de diversas entrevistas com mulheres de vários países do Cone Sul.

Quando entrou no grupo do LEGH/UFSC, havia um grande trabalho coletivo de transcrever e revisar as entrevistas realizadas com mulheres de vários países do Cone Sul com o intuito de utilizá-las nas pesquisas, para o qual se voluntariou pelo apreço já mencionado pela língua espanhola e pela disponibilidade de tempo que dispunha tinha naquele momento. Foi nesse contexto que a pesquisadora tomou contato com Lílian Celiberti, uma das entrevistadas, uma vez que teve a oportunidade de revisar a transcrição de seu depoimento. O relato de sua experiência de vida de alguma maneira chamou sua atenção. Passou, a partir daí, a fazer pesquisas sobre sua história de vida, e em pouco tempo o interesse por sua trajetória política se transformou em projeto de mestrado e hoje neste trabalho.

Lílian Celiberti nasceu no dia 3 de dezembro de 1949 na cidade turística de Durazno, capital do Departamento de mesmo nome, localizada exatamente no centro do Uruguai¹. Seu interesse pela militância política iniciou quando ainda era muito jovem e fazia curso de magistério dedicado ao ensino na área rural, o que acreditava ser sua vocação. Tinha apenas dezesseis anos quando participou da primeira Missão Sócio-Pedagógica no campo, uma atividade curricular que levava os alunos a conhecer a população para a qual iriam lecionar, onde pôde ver de perto as dificuldades enfrentadas pelas famílias rurais. Tal experiência parece ter tocado profundamente os sentimentos de Lílian, que afirmar ter sentido que deveria fazer

¹ Informações disponíveis no sítio eletrônico:
http://www.welcomeuruguay.com/durazno/index_p.html.

algo para mudar aquele cenário: “o conhecimento da escola rural, da situação de miséria do meio rural do país, me impactou ao ponto de me fazer ouvir um chamado para o compromisso político, uma convocação ao compromisso político”.²

A imagem do Uruguai como a “Suíça de América” se desfazia, naquele momento, diante da agitação política e social, eram tempos difíceis. Na economia, a recessão se instalava com a queda brusca nas exportações de lã e carne – as duas atividades principais. Na política, começava a escalada autoritária do então presidente Jorge Pacheco Areco – momento histórico conhecido como *Pachecato* – com as leis de exceção, denominadas de Medidas Prontas de Seguridad, trata-se de “medidas de exceção e de aplicação transitórias previstas constitucionalmente, as quais restringiam os direitos individuais” (PADRÓS, 2005, p.271). O nível de vida no país caía drásticamente, o descontentamento provocou greves generalizadas.³ Foi vivenciando esse contexto histórico que a jovem estudante Lilian Celiberti demonstra ter sentido o dever social de lutar contra as desigualdades, as injustiças e os excessos de um governo autoritário. Em suma, os conturbados anos de 1960 foram o palco do início de sua trajetória política.

A grande maioria das esquerdas que atuava ou se formava pela América Latina naquela época buscava inspiração na Revolução Cubana que triunfara em 1959, com destaque para a trajetória revolucionária de Che Guevara, nos exemplos da guerra anti-imperialista no Vietnã e na luta anticolonialista e pela independência na Argélia (1962) assim

² Entrevista concedida a autora em 18/04/2013.

³ Informações disponíveis no sítio eletrônico:
<http://www.azores.gov.pt/NR/exeres/ACE7521B-DBE3-43CC-9E52-3815E0558939.htm>.

como em outros países africanos. Conforme Marcelo Ridenti (1997, p.12), “o êxito militar dessas revoluções é fundamental para se compreender as lutas e o ideário contestador nos anos 60: havia povos subdesenvolvidos que se rebelavam contra as grandes potências, para criar um sonhado mundo novo.” Os jovens estudantes eram alguns dos grandes protagonistas desse momento histórico, o que ajuda a entender o engajamento de Lílian Celiberti em organismos como a Asociación de Estudiantes de Magisterio, a Resistencia Obrero Estudiantil (ROE), a Federación Anarquista del Uruguay (FAU) e o Partido por la Victoria del Pueblo (PVP), muito ativos no Uruguai de então.

Com o golpe de estado instaurado no Uruguai em 27 de junho de 1973, a repressão aos movimentos de oposição ao governo do então presidente Juan María Bordaberry foi aplicada com severidade. Segundo o jornalista gaúcho Luís Cláudio Cunha (p.39, 2009), que dirigiu a sucursal da revista *Veja* em Porto Alegre entre 1972 e 1978 e foi testemunha ocular da ação das polícias uruguaia e brasileira que resultou no sequestro de Lílian Celiberti, “o Uruguai, um exemplo de democracia até a década de 60, tinha se convertido na década de 70 num laboratório de horrores de uma das ditaduras mais impiedosas do mundo”.⁴

A trajetória política de Lílian Celiberti – e de milhares de jovens latino-americanos – está diretamente ligada a esse momento histórico, sendo que sua memória dos anos de resistência às ditaduras e de luta pela redemocratização e por

⁴ Muito provavelmente, se não fosse por Luiz Cláudio e o fotógrafo João Batista Scalco, que flagaram a ação conjunta dos militares uruguaios e brasileiros, a história de vida de Lílian Celiberti a ser contada aqui, seria outra. Em 2009, Luiz Cláudio Cunha publicou o livro “O sequestro dos uruguaios: uma reportagem dos tempos da ditadura” em que relata seu envolvimento pessoal nessa história.

maior justiça social em seus respectivos países precisa ser valorizada e analisada na particularidade da experiência dos que dela se envolveram, direta ou indiretamente, como parte da História daquele momento, sem, evidentemente, considerar que só houve vilões (civis e militares partidários das ditaduras) ou heróis (militantes e ativistas contrários a elas).

No entanto, o que se pretende ainda com este trabalho é, demonstrar que a trajetória individual não se reduz em uma forma fixa e que não há uma consciência oficial que fale por todos os que se envolveram com a política nesse período. Nem a memória da resistência se limita à tortura sofrida, nem a memória do regime se limita à opressão. Como nos alerta Raymond Williams (1997, p.153), para determinadas experiências de vida, certas formas fixas podem nos dizer muito pouco, nada, ou até nem sequer se reconhecem. A consciência prática do indivíduo é na maioria das vezes diferente da oficial. Contudo, há que se levar em conta a tensão existente entre a memória oficial sobre o período de ditaduras, que primaram pelo esquecimento, e as memórias das experiências de resistência:

Existe una tensión frecuente entre la interpretación admitida y la experiencia práctica. Donde esta tensión pueda hacerse directa y explícita o donde es útil una interpretación alternativa, nos hallamos todavía dentro de una dimensión de formas relativamente fijas. Sin embargo, la tensión es a menudo una inquietud, una tensión, un desplazamiento, una latencia: el momento de comparación consciente que aún no ha llegado, que incluso ni siquiera está en camino. Y la comparación no es de ningún modo el único proceso (WILLIANS, 1997, p.153)

Desta forma, este trabalho busca verificar as lembranças do período da ditadura uruguaia a partir dos relatos de experiência da militante Lílian Celiberti, no âmbito da resistência, da tortura, da prisão e do exílio, procurando não se limitar à sua dimensão direta ou exclusivamente política, mas englobando também o cotidiano, os modos de vida em um período tão conturbado, através do registro, análise e confronto dos depoimentos de Lílian com outras fontes, como a mídia impressa e a bibliografia sobre o período.

Lílian não estava nas ruas de Montevidéu, participando de manifestações, no marco das Medidas Prontas de Seguridad, em 1971. Na época havia sido detida por ter ligações com a FAU, que agia na clandestinidade. Também não estava nas ruas em 27 de junho de 1973 quando do golpe de estado de Juan María Bordaberry, que instaurou a ditadura civil, com apoio dos militares. Lílian cumpria pena nesse momento, na penitenciária de Punta Rieles, por associação à subversão. Não estava presente no momento da destituição de Bordaberry, em 1976 após divergências com os militares, que o substituíram por Aparício Mendez. Em 1976, Lílian buscava reconstruir sua vida pessoal e política desde o exílio na Itália, ao lado do filho e do marido. Também não estava ao lado de seus companheiros, no Uruguai, durante o Plebiscito que, em 30 de novembro de 1980, decidiu contra o projeto de reforma na Constituição, dando início ao lento processo de abertura política no país. Em 1980, Lílian estava novamente reclusa em Punta Rieles, desta vez, acusada de invadir o Uruguai.

Assim, a trajetória política de Lílian Celiberti deve ser compreendida desde uma perspectiva distinta, ou seja, praticamente “do lado de fora” do próprio país pelo qual lutava. Sua participação e contribuição como membro militante da esquerda oposicionista ocorreu a partir da prisão e do exílio,

como será detalhado mais adiante. Lílian retornou à sociedade uruguaia, como cidadã livre em 1983. Pouco tempo depois, fundava a organização não governamental Cotidiano Mujer, onde continuaria sua trajetória política até os dias de hoje.

Esta dissertação busca analisar a trajetória de Lílian Celiberti relacionada às suas experiências nos anos de ditadura e de redemocratização na América Latina, tomando como base suas lembranças relatadas em diversos depoimentos. O referido período histórico é um importante campo aberto de pesquisa que convoca o historiador a buscar compreender, questionar e analisar os eventos ligados aos regimes autoritários, como por exemplo, a enorme lista de desaparecidos políticos, a falta de punição dos responsáveis pelos crimes de tortura cometidos e a negação do poder vigente em permitir o acesso aos arquivos oficiais do período. Por isso, este trabalho vai a favor de um esforço pela crítica, divulgação, registro e valorização da memória do período histórico em que vigoraram as ditaduras no Cone Sul das Américas. Como salienta Enrique Serra Padrós (2009, p.35), é importante valorizar o esforço de se trabalhar com temáticas como esta, uma vez que representa “um sinal significativo de querer contribuir na resolução de questões não respondidas pertencentes a temas abertos do Tempo Presente marcadas por experiências traumáticas e induzidas a uma condição amnésica por parte do poder vigente.”

Esta tarefa de construção da narrativa histórica através dos depoimentos contidos nas fontes orais será realizada, como já indicado acima, a partir do confronto com outras fontes produzidas no período mesmo das ditaduras latino-americanas, no calor dos acontecimentos, e também do cotejo com outros trabalhos publicados posteriormente. Mais ainda, a análise das entrevistas feitas com Lílian Celiberti procurou levar em conta a forma como ela apresentou e lidou com suas lembranças nos

vários encontros que mantivemos, todos em sua grande maioria pela internet, para os quais já se havia previamente agendado sempre cerca de trinta perguntas, questionando sobre sua trajetória política, o cotidiano em tempos de ditaduras, a família, envolvimentos pessoais, experiências de violência como a tortura, a prisão, o sequestro e a vida fora do país (Itália e Brasil). Tendo em vista que todas essas questões tinham o intuito de ativar suas lembranças, era preciso levar em conta também a possibilidade de nada ouvir sobre determinados assuntos.

Muitas pessoas optam por não responder ou se esquivar de certas perguntas, afirmando não se lembrar, ou não querer lembrar, justamente porque tal exercício lhes causa sofrimento. Esquecer é uma escolha para quem viveu experiências traumáticas sob o regime de ditaduras na América Latina, tão importante quanto lembrar, e deve ser respeitada. Para Padrós (2009, p.36) “o esquecimento pode resultar de uma opção individual ou coletiva de restringir certas lembranças ao essencial. Mas pode também servir para uma ação qualitativamente diferente, a de ocultar”.

Ainda em relação à reconstrução da memória através da análise das fontes orais, Alessandro Portelli (1997, p.31) afirma que, apesar de por vezes não adicionarem muito ao que já sabemos sobre certos assuntos, as fontes orais nos contam muito sobre seus custos psicológicos. Segundo ele, as fontes orais são importantes pois nos contam não apenas o que o sujeito fez, mas o que queria fazer, o que acreditava estar fazendo e o que agora pensa que fez. De acordo com Janaína Amado (1995, p.131), ainda que estejam relacionadas entre si, a vivência e a memória possuem naturezas distintas, devendo assim serem conceituadas, analisadas e trabalhadas como categorias diferentes, dotadas de especificidades próprias que não podem ser jamais subestimadas em um trabalho de

investigação. Assim, a história e as memórias de Lílian Celiberti, constituídas nos depoimentos que ela prestou, muitos anos depois do ocorrido e as experiências que nele vivenciou, embora possuam tantas relações entre si, serão analisadas como categorias distintas.

Sobre a importância da memória, Janaína Amado (1995, p.132) ressalta ainda que, “a memória torna as experiências inteligíveis, conferindo-lhes significados. Ao trazer o passado até o presente, recria o passado, ao mesmo tempo em que o projeta no futuro”. Memórias como a de Lílian Celiberti, reelaboram a história dos tempos de repressão política na América Latina, relacionando-a a outros elementos e emprestando-lhes outros significados tão novos que, dessas lembranças, surgirá uma nova história. Como ensina ainda Janaína Amado (1995), quando organizada em narrativa, a memória possui uma dimensão simbólica. A entrevista como método de coleta e registro das memórias pode suscitar essa dimensão simbólica da lembrança, ao mencionar sobre uma música, um sabor ou uma cor, por exemplo, e estes elementos remeterem à memória o significado de um momento da vida do sujeito entrevistado, podendo significar um amor perdido, a saudade de alguém ou a dor de alguma perda, por exemplo.

O uso de entrevistas neste trabalho é de grande relevância, pois elas tratam da reconstituição parcial de acontecimentos da história recente. Como Janaina Amado salienta (1995, p.134) o uso de entrevistas por historiadores podem e devem ser “tratadas como qualquer documento histórico, submetidas a contraprovas e análises”, pois, “fornecem pistas e informações preciosas, muitas vezes inéditas, impossíveis de serem obtidas de outro modo”. Além disso, a alegação de que as fontes orais, por se situarem distantes dos eventos, são distorcidas pela memória imperfeita,

e portanto, não possuem a credibilidade de outras fontes, não se sustenta. Segundo Alessandro Portelli (1997, p.33):

[...] na verdade, este problema existe para muitos documentos escritos, comumente elaborados algum tempo após o evento ao qual se referem, e sempre por não participantes. As fontes orais podiam compensar essa distância cronológica com um envolvimento pessoal mais íntimo. Mas o que realmente importa é não ser a memória apenas um depositário passivo de fatos, mas também um processo ativo de criação de significações. Assim, a utilidade específica das fontes orais para o historiador repousa não tanto em suas habilidades de preservar o passado quanto nas muitas mudanças forjadas pela memória. Estas modificações revelam o esforço dos narradores em buscar sentido no passado e dar forma à suas vidas, e colocar a entrevista e a narração em seu contexto histórico.

Mediadas pela memória, as palavras transcritas nas entrevistas compõe a narrativa e, esta, representa a experiência vivida por Lílian Celiberti. A análise crítica da narrativa, desta forma, é importante para compreender os diversos significados que Celiberti conferiu à sua trajetória política, procurando levar em conta os diferentes espaços sociais por onde ela se movimentou e, também “suas percepções subjetivas, oscilações, hesitações e mesmo o acaso” (SCHMIDT, 2003, p. 69). Portanto, para o desenvolvimento desta dissertação buscou-se a construção de fontes narrativas através da metodologia da História Oral. A oralidade possui uma dinâmica própria, ela obedece a certas características que são próprias de sua composição, ela é subjetiva, não traz o que aconteceu objetivamente, ao contrário, ela possui uma carga

emotiva. Isso não significa que as intervenções da pesquisadora sejam desnecessárias. Assim, é recorrência deste trabalho, a interpretação e análise histórica dos elementos da narrativa em sua subjetividade.

Os regimes militares impostos na América Latina a partir da década de 1960 implantaram sistemas de repressão aos seus opositores através de terríveis métodos de tortura além da prisão, do sequestro, do exílio e do desaparecimento de milhares de pessoas. Apesar disso, a memória e os sentimentos sobrevivem. As lembranças daqueles que viveram ou conviveram com os desaparecidos políticos da época, continua latente e é dever social do historiador do Tempo Presente valorizar esse testemunho vivo, ouvir sua versão dos fatos e construir uma nova fonte, uma nova perspectiva. Assim, esta pesquisa é amparada pela metodologia da História Oral, que possui a peculiaridade de ser “um terreno propício para o estudo da subjetividade e das representações do passado tomados como dados objetivos, capazes de incidir (de agir, portanto) sobre a realidade e sobre nosso entendimento do passado” (ALBERTI, 2004, p.42). Confirmando as reflexões do historiador Jacques Revel (1998, p.7), o trabalho de se percorrer a trajetória desses indivíduos faz parte de uma abordagem do social que pertence a um “programa de análise das condições da experiência social restituídas na sua máxima complexidade”.

O fato de Lílian Celiberti residir no Uruguai e estar sempre envolvida com diversos trabalhos em vários países e da pesquisadora residir no Brasil e ter dificuldades de viajar em virtude de seu trabalho, fez com que se buscassem alternativas diante da dificuldade da entrevista presencial, realizada uma única vez. Buscou-se para isso o auxílio da internet a fim de “encurtar” a distância entre o Brasil e o Uruguai. Sendo a História Oral um método de construção de

fonte histórica através do registro de depoimentos a partir de narrativas induzidas, percebeu-se que a entrevista *on line* não modificaria o procedimento, apenas o adaptaria às novas tecnologias. Antes o gravador, agora o computador. Os novos recursos digitais possuem ainda a vantagem da qualidade da gravação e captura do áudio, além de ampliar a quantidade de sessões de entrevistas, que seriam reduzidas caso fosse obrigatório viajar para entrevistar ao vivo e facilitar no esclarecimento de qualquer dúvida que por ventura surgisse após a entrevista já ter sido realizada. Para tal, bastava enviar um *e-mail* ou simplesmente conversar em uma sala virtual de bate-papo com Lílian, o que de fato aconteceu diversas vezes, dada a sua disponibilidade virtual e o compromisso que assumiu, há muito tempo, em *falar de si*.

Para o desenvolvimento deste trabalho foram utilizadas distintas fontes. Em primeiro lugar os testemunhos orais de Lílian Celiberti. Foram oito entrevistas concedidas à autora entre os anos de 2013 e 2014, sendo duas com gravação de áudio feita pela internet através dos programas Google Talk, uma pelo programa Skype, uma pelo bate-papo do programa Facebook, três por *e-mail* e uma presencial, realizada em Porto Alegre em abril deste ano. Vale ressaltar que desde o primeiro contato por *e-mail* com Lílian Celiberti, em 29 de agosto de 2011, ela sempre se mostrou disposta a contribuir para a minha pesquisa e apesar de ser uma pessoa bastante ocupada e que viaja constantemente para fora do Uruguai, respondia meus questionamentos com bastante rapidez. Mesmo tendo ciência de que alguns assuntos abordados em meus questionamentos seriam bastante delicados, pois ativariam lembranças traumáticas vividas por ela, sempre esteve disponível para respondê-las e não se recusou a responder nenhuma pergunta, fazendo questão de apresentar sua versão dos acontecimentos

ou, segundo a professora Marta Gouveia de Oliveira Rovai (2013, p.110-111), a “verdade de seu testemunho”:

Os que se dispõem a falar sobre suas dores assumem a tarefa de contar sua experiência particular emaranhada a outros destinos em comum e reforçam as vozes que se querem fazer ouvir. Trata-se da verdade da memória, que reúne elementos dispersos, apresentando ao mesmo tempo retrato pessoal, coletivo e identitário, por meio dos quais homens e mulheres reconstituem sua própria unidade e identidade num tempo que a narrativa revela complexamente subjetivo, emotivo e racionalizado. Não se trata somente da “verdade histórica”, crítica, distanciada pelo método, decifração e análise dos signos, mas da “verdade do testemunho”, dinâmica, incompleta e sempre presentificada.

Voltando às fontes utilizadas, foram aproveitadas ainda, as entrevistas (transcrição e áudio) concedidas por Lílian Celiberti às professoras Cristina Scheibe Wölff e Roselane Neckel no Uruguai, no início dos anos 2000, que constituíram o ponto de partida para que a pesquisadora se inspirasse a começar a pesquisar a trajetória de Lílian, desenvolvesse a própria pesquisa e chegasse a este trabalho. Todas as oito entrevistas realizadas pela pesquisadora foram traduzidas para a Língua Portuguesa.

Mais ainda, procurei aproveitar bastante seu testemunho sobre a experiência na prisão, publicado em 1989 com o título “Mi habitación, mi celda”, de autoria de Lílian Celiberti e com coautoria de Lucy Garrido. A versão desse livro que utilizei neste trabalho é digital e se encontra disponibilizada no site da Organização Não-Governamental Cotidiano Mujer coordenada por Lílian Celiberti, sendo que neste formato não possui

paginação. Por seu turno, quanto à experiência do sequestro de 1978, utilizei bastante o livro do jornalista Luis Cláudio Cunha intitulado “Operação Condor: o sequestro dos uruguaios” e, em menor medida, o livro do advogado de Lílian e Universindo, Omar Ferri, à época do sequestro, intitulado “O sequestro no Cone Sul: O caso Lílian e Universindo”. A versão utilizada desse último livro está em formato digital disponível no site da Equipo Nizkor, uma organização internacional de promoção de direitos humanos que disponibiliza gratuitamente na internet livros e documentos fundamentais para a compressão da história recente dos países que compõem o continente americano e, também, não contém paginação. Em complemento, sobre a repercussão do caso do sequestro foram pesquisados os acervos virtuais da Revista Veja, um dos semanários de maior prestígio e difusão no Brasil de então e, ainda, os acervos virtuais dos jornais O Estado e Folha de S. Paulo.

Para apreender os significados atribuídos por Lílian Celiberti à suas experiências, além da História Oral, esta escrita recorre também ao conceito teórico de “estruturas de afetividade” ou “estruturas de sentimento” (ambos os termos possuem o mesmo sentido), cunhado pelo crítico literário inglês Raymond Williams. Para Williams (1997), a “estrutura de sentimento” refere-se àquilo que forma o conjunto de referências e experiências do modo ser de alguém ou de um grupo. Isso significa que, o indivíduo é constituído no tempo, mas, também constitui sua história em sua relação com o Tempo Presente, reelaborando suas lembranças. De acordo com isso, as “estruturas de sentimento” estão em constante processo de elaboração e não fixadas por sua relação com o passado. Na realidade, Williams desconfia da existência de uma realidade concreta das formas fixas sobre o passado, pois, para ele, “talvez la muerte pueda ser reducida a formas fijas,

aunque sus registros supervivientes se hallen en su contra (2007, p. 152)”.

Para compreender estas “estruturas” são levados em conta “los significados y valores como son vividos y sentidos activamente”. Para Williams (1997, p.155), “estruturas de afetividades” é a melhor denominação para o que se propõe, pois, outra correria o risco de remeter um de seus sentidos ao tempo passado, e isso seria o obstáculo mais importante para captar em sua plenitude a experiência social. Uma vez apreendida e compreendida a experiência social concreta que está em processo, seria, portanto, contraditório e mesmo equivocado reduzí-la a uma forma fixa e acabada. Por ter essa aparência de algo acabado mas que, de fato, não o é, Raymond Williams assinala ainda que, apesar de ser esta uma escolha metodológica mais complexa “por estar en solución”, é ainda, uma das mais adequadas ao nosso processo cultural presente.

Por outro lado, cabe ressaltar que este trabalho está inserido na dimensão do que tem sido chamado uma História do Tempo Presente em razão do modo como estabelece relação com os relatos das memórias de Lílian Celiberti, uma vez que reconhece e tem plena consciência de que o trabalho com a história e com a memória está voltado para acontecimentos bastante recentes e é desenvolvido a partir de inquietações do presente, além de contar com a presença do sujeito da experiência histórica. O tempo da narrativa é o presente. Os elementos analisados envolvendo o período que das ditaduras do Cone Sul - a rebeldia, a militância política, a identidade e a solidariedade da juventude latino-americana, a luta pelos direitos humanos fundamentais e as histórias de vida - surgem de uma emergência de respostas que partem de um presente latente. Validando o estudo do período em análise, Enzo Traverso (2007, p.72) afirma que a História do Tempo Presente “analiza el testimonio de los actores del pasado e integra las

fuentes orales tanto como los archivos y los otros documentos materiales o escritos”.

A História do Tempo Presente se constitui como uma espécie de ponte entre o passado e o presente e a narrativa do testemunho é parte fundamental para a construção dessa metodologia, por situar-se também neste duplo tempo, o que “transporta” ao vivido e o que transmite a lembrança imbuída de novos significados. Para Enrique Serra Padrós (2009, p.37):

Justamente, a existência de testemunhas/protagonistas dos acontecimentos, verdadeiros arquivos vivos, e a oportunidade de ouvi-los, são das particularidades mais valiosas que o Tempo Presente disponibiliza. O fato de o pesquisador poder ter contato direto com tal testemunha, trocando informações, fornecendo pontos de vista, aferindo o conhecimento nas fases de coleta de dados, de elaboração de hipóteses, de sistematização de dados e até de publicização de resultados parciais ou finais, é um trunfo para quem trabalha com períodos históricos recentes.

Conforme Lucien Febvre (1953), “o homem não se lembra do passado, ele o reconstrói sempre. Ele parte do presente – e é por intermédio dele, sempre, que ele conhece, que ele interpreta o passado” (FEBVRE, apud DOSSE, 2012, p.8). A contribuição de Lílian Celiberti na construção da memória histórica do período das ditaduras e na abertura política da América Latina é de suma importância e também constitui um desafio para a pesquisadora, uma vez que, coexistindo pesquisador e objeto de estudo, este estará atento ao trabalho daquele. François Dosse (2012, p.15) afirma que esta é uma história escrita sob a “vigilância” da testemunha, pois ela tem o poder de contestar o registro histórico se não o reconhecer e o aceitar como válido. Este é uma das grandes

responsabilidades de quem trabalha com a História do Tempo Presente, principalmente se o fato histórico está relacionado com situações-limite que remetem ao sofrimento do testemunho.

Os anos de ditaduras dos países do Cone Sul foram marcados pela violência promovida pelo aparato estatal gerando graves violações dos direitos humanos. De formas distintas, Brasil, Uruguai, Argentina e Chile utilizaram métodos atrozes para punir e silenciar os opositores ao regime, identificado por Enrique Serra Padrós (2005) com o conceito de Terror de Estado. O TDE da América Latina dos anos 1960 a 1980, na forma de guerra contrainsurgente, vinculado aos preceitos da Doutrina de Segurança Nacional (DSN) “consistiu num sistema repressivo aplicado em grande escala pelos setores dominantes e desde o Estado, dentro ou fora das próprias fronteiras” (PADRÓS, apud REIS: 2009, p.918).

Ainda segundo Padrós (2005, p.25), a DSN “foi incorporada como o fundamento teórico justificador da proteção da sociedade nacional a partir da edificação de um Estado que precisava esconder sua essência anti-democrática”. O terror da guerra permanente passou a ser utilizado como política estatal justificando a violência política contra os próprios cidadãos transformando em inimigos internos cada pessoa ou grupo político, social, armado ou não, utilizando métodos clandestinos e truculentos de controle. Na América Latina, conforme Ramiro Reis (2009, p.919) “a política de Terror de Estado deu-se a partir de uma metodologia de detenção ilegal, tortura sistemática, sequestros e desaparecimento definitivo dos opositores”. Nem os exilados deixavam de ser alvos de perseguição. A partir de 1975, os países que viviam sob regime de ditadura fortaleceram suas alianças com o intuito de sufocar os movimentos opositores que agiam além de suas fronteiras. Na prática a coolaboração

repressiva já existia, mas sua intensificação levou a indicar a existência de uma espécie de organização formal cunhada de “Operação Condor”, no entanto, sua existência legítima, enquanto operação concreta, ainda é alvo de debate.

Este trabalho leva em conta ainda, a discussão sobre o protagonismo e simbolismo da juventude do período. Para o jornalista estadunidense John Dinges (2005, p.74-75), nas ruas ou no exílio, a juventude de esquerda da geração de 1970 ouvia o chamado para a revolução como um compromisso político e social, inspirados pela experiência cubana de enfrentamento e resistência à ditadura de Fulgêncio Batista:

A revolução era vista como algo possível. E, para aqueles que acreditavam numa teoria marxista da história, inevitável. Àquela época, a revolução era uma realidade concreta. Era a vitória de Fidel Castro em Cuba, onde um pequeno exército de guerrilheiros tinha derrubado uma ditadura corrupta e realizado a reforma agrária, expropriações e um idealismo desenfreado. A revolução era uma ideia para o futuro imediato. Era ideia de Ernesto “Che” Guevara que um “foco”, uma concentração de alguns lutadores dedicados nas montanhas, podia acender o estopim de levantes dos pobres e das classes médias em todo o país, até em todo o continente. Era uma revolução que se espalharia cada vez mais, por exemplo, pela ideologia, por uma organização casa-a-casa e fábrica-a-fábrica, e – sobretudo – pelo que chamavam la lucha armada, a luta armada. Dezenas de milhares de jovens na América do Sul tornaram-se militantes dessa luta armada. Adotaram para si mesmos o título altivo de “revolucionários” e procuravam viver à altura do desafio de Che – o seu herói morto parecido com Cristo, que lhes disse: “O primeiro dever de um revolucionário é fazer a revolução”.

A própria Lílian Celiberti afirma ter sido marcada por um chamamento revolucionário, como ela mesma recorda: “partíamos de uma atitude visceral, de rechaço às desigualdades, às injustiças, ao empobrecimento de uma sociedade que certamente teve melhores momentos”⁵.

Por fim, cabe assinalar que, muito embora a trajetória política de Lílian Celiberti tenha sido marcada por um momento histórico de grandes transformações políticas e sociais que envolveram uma revolução no comportamento dos jovens e intensas lutas contra as ditaduras e pelo retorno à democracia envolvendo tanto Brasil quanto Uruguai, o foco não será a realização de uma História Comparada, pois, em concordância com o argumento do historiador Carlos Fico (Apud MOTTA, 2011, p.252) “temos que investir mais na compreensão de cada um dos casos nacionais e, depois, partir para a comparação”, pois a complexidade da comparação reside em que há diferenças muito agudas em termos de repressão e políticas econômicas em cada caso. Como exemplo disso, destacam-se os diferentes níveis de envolvimento e presença civil nos governos militares de cada país do Cone Sul das Américas. No Uruguai essa presença foi essencial e esta constatação nos levará a identificar, neste trabalho, o regime de governo imposto no período de 1973 a 1985 naquele país, como uma ditadura civil-militar.

Da mesma forma, mesmo tendo em vista que o trabalho trata da trajetória de vida política de uma mulher militante que torna-se feminista, não será foco deste trabalho um Estudo de Gênero. O trabalho, como já ressaltado, será no sentido de análise crítica e exposição da memória e suas representações do período de ditaduras no Cone Sul. Apesar de serem ambos os caminhos metodológicos importantes – Estudo de Gênero e

⁵ Entrevista concedida a autora em 18 de abril de 2013.

História Comparada – abordá-los neste trabalho exigiria um estudo teórico mais profundo que ultrapassaria os limites de uma dissertação de mestrado.

Este trabalho será dividido em dois capítulos. O primeiro capítulo intitulado “Engajamento de esquerda nas décadas de 1960 e 1970: juventude, rebeldia e militância”, tem como objetivo reconstituir a memória da juventude de Lílian Celiberti, buscando entender quais motivos a teriam atraído para a militância de esquerda e como ela desempenhou esse papel. Para isso, serão discutidas as condições sociais, econômicas e políticas do Uruguai, que levaram a deflagração do golpe civil-militar uruguai em 27 de junho de 1973, dando início ao governo repressivo. Nesse ínterim, discute-se o papel prático e simbólico atribuído à juventude que atuava na resistência ao regime. Com esta discussão, busca-se identificar os elementos que formaram o conjunto de experiências que tornaram a então jovem estudante Lílian Celiberti uma militante engajada, quais sejam, suas influências, suas relações pessoais e políticas, as experiências de violência, as prisões e os espaços políticos onde atuou. Será apresentada ainda, a criação e a estruturação dos partidos e movimentos de esquerda, bem como a perseguição e a repressão sofridas por eles e, ainda, suas ações de resistência mesmo após serem postos na ilegalidade. A apresentação deste percurso mescla-se à trajetória política e de vida de Lílian Celiberti, uma vez que nesse período a uruguaia desempenha uma série de papéis simultâneos, tais como o de estudante, militante, professora e mãe.

O segundo capítulo intitulado “As ditaduras do Cone Sul: violência política, resistência e cotidiano” tem por intuito compreender a atmosfera política a partir de 1975 no Uruguai. Esse período representou a derrocada dos movimentos sindicais, o desmantelamento da luta armada e a consolidação

do regime militar a partir das alianças entre os países do Cone Sul. É nesse período que centenas de militantes partem para o exílio na Europa ou para países vizinhos como a Argentina e o Brasil. Nessa época, Lílian Celiberti segue com seu marido Hugo e seu filho Camilo para a Itália e, três anos depois, parte para o Brasil. No exílio, importantes experiências pessoais, relatadas em seu testemunho, mudam o rumo de sua luta política. É na Itália que Lílian é mãe pela segunda vez, que se separa do marido e que parte para o Brasil com seus filhos, onde, após viverem poucas e, aparentemente tranquilas semanas no Bairro Menino Deus em Porto Alegre, sofre o sequestro que daria novos rumos a conexão do terror articulada entre os países do Cone Sul. Terá destaque neste capítulo o papel e a contribuição da imprensa para a solução do caso do “sequestro dos uruguaios” (entenda-se para a sobrevivência de Lílian, Universindo e as crianças), a tortura sofrida e o retorno para o Uruguai, onde Lílian acabou presa por cinco anos. A última parte deste capítulo discutirá os elementos que apontam para a lenta abertura política do Uruguai e a relação que Lílian Celiberti passa a ter com suas lembranças, uma vez que é constantemente chamada a *falar de si*. Em virtude disso, será discutida ainda as relações e significado das duplicitades em torno da relação *Lílian Mulher* e *Lílian Mito*. Além disso, serão apontados os novos caminhos políticos que a uruguaia passa a trilhar e as razões para essa mudança no foco de luta.

CAPÍTULO 1 ENGAJAMENTO DE ESQUERDA NAS DÉCADAS DE 1960 E 1970: JUVENTUDE, REBELDIA E MILITÂNCIA

1.1 O COLAPSO DA “SUÍÇA DA AMÉRICA”

As ditaduras militares se instalaram nos governos latino-americanos a partir de meados da década de 1960 com a conivência dos Estados Unidos, que buscava a ampliação de uma rede de influência em oposição à União Soviética com a qual disputava a hegemonia mundial. Os governos latino-americanos buscavam o fim dos movimentos revolucionários que ameaçavam os planos da burguesia industrial responsável por liderar as ações golpistas. Os governos militares agiram através da perseguição política, da tortura e da censura às liberdades individuais sempre pautadas por um aparato repressivo.

O Uruguai dos anos 1960 foi sendo afetado externamente pela Guerra Fria, pela Revolução Cubana e pelos golpes que implantaram as ditaduras do Brasil (1964) e da Argentina (1966) e, internamente, era marcado por forte agitação social provocada por uma importante virada no poder político do país e profunda crise econômica. A partir de então, o país começa a vivenciar uma situação de crescentes tensões e conflitos, tendo como um de seus sintomas mais relevantes as ações dos grupos de guerrilha urbana como o Movimiento de Libertación Nacional-Tupamaros (MLN-T) e a Organización Popular Revolucionária-33 Orientales (OPR-33), braço armado da Federación Anarquista Uruguaya (FAU). Sobre as esquerdas dos anos 60 do século passado em todo o mundo, Daniel Aarão Reis Filho (1997, p.33) afirma que “foram anos de movimentos subversivos, de promessas, de transformação, de desafios, em que os sistemas estabelecidos foram postos a rude prova”.

A historiadora uruguaia Maria Ximena Alvarez Martínez (2004, p.1), que possui diversas reflexões publicadas acerca do período da ditadura no Uruguai, principalmente no tocante à análise dos discursos dos militares, além da produção de sua dissertação de mestrado intitulada “O discurso dos militares para uma democracia sem conflitos: Uruguai em ditadura e sua fundação discursiva (1973-1985)” onde analisa documentos oficiais do governo uruguaio e a produção do discurso nacionalista, assinala que, para compreender a atmosfera de violência e crise social em que surge a ditadura no Uruguai devemos nos remeter aos elementos estruturais do país, quais sejam, econômicos e políticos.

Para Martínez (2004, p1.), a história política do Uruguai está estruturada originalmente na coparticipação de dois partidos políticos tradicionais no poder, o Blanco ou Nacional, de tradição rural, e o Colorado, de identificação urbana. O surgimento de ambos os partidos remonta ao nascimento do próprio Uruguai como país independente. O Partido Colorado fixou-se no poder de forma praticamente absoluta por quase um século (desde 1865), quando, com o início da crise econômica em 1955, pôs o Partido Blanco para governar até 1958. As consequências desta estrutura de poder para o Uruguai são avaliadas por Martínez (2004, p.2):

La coparticipación se desarrollaba mediante la distribución de cargos políticos entre los representantes de estos partidos. Esto describía la ausencia de una política nacional propiamente dicha. Esta coparticipación por un lado logró la coexistencia pacífica de los dos partidos políticos principales, pero generó con ello una imposibilidad total de cambio. Por medio de la distribución de empleos en los sectores públicos buscaba la clase política cooptar a su electorado. Este no se lograba por

el ofrecimiento de una ideología o de un programa de gobierno, sino por medio del “favor” o bien dicho “la gauchada”. Este reparto de puestos y de cargos se realizaba con fines políticos de padronazgo y clientelismo. Produjo un fuerte e inaguantable peso para una débil economía, como lo era la nuestra.

O clientelismo despolitizava os partidos que, ocupados com seus compromissos particulares perdiam cada vez mais a capacidade e a vontade política de elaborar programas de governo que buscassem solução para os problemas que se apresentavam. Diante desse cenário “la clase intelectual uruguaya hasta ese momento (con excepciones) no se había identificado políticamente con ninguno de los dos partidos, por eso se dice que los Partidos no poseían Intelligentsia y la Intelligentsia no tenía partido” (MARTÍNEZ, 2004, p.2).

No tocante à questão econômica, o Uruguai adotou desde sua fundação em 1825, o modelo de exportação de matérias- primas, semelhante a vários países da América Latina. Este modelo, conforme Martínez (2004, p.3) “tiene una gran triste característica y que es su modelo de ‘crecimiento hacia fuera’ y enteramente dependiente de las fluctuaciones económicas a nivel internacional”. Tal modelo começou a ser alterado a partir de 1940 pelo sistema de substituição de importações impulsionado por uma indústria que crescia de forma muito rápida, porém, desestruturada. Durante a Segunda Grande Guerra, países exportadores como o Uruguai foram muito beneficiados no comércio externo devido a queda da produção em regiões de conflito e a alta demanda:

El crecimiento industrial de este período estuvo apoyado por el aumento de valores de nuestras exportaciones por causa de la Guerra de Corea (nuevamente un factor externo). Nuestra débil

economía se vio favorecida por la coyuntura del Guerra Mundial y desfavorecida entre otras oportunidades al finalizar las mismas. Durante la guerra de Corea (1950-53) se producen nuestros “años dorados”. El “Estado benefactor” en su máxima expresión, hasta en el fútbol íbamos adelante (MARTÍNEZ, 2004, p.3).

O Estado de bem estar rendeu ao Uruguai o título de “Suíça da América” ou ainda a “Tacita del Plata”. Padrós (2011) explica que esse título se deu principalmente por que havia uma legislação social que garantia uma oferta de serviços de qualidade que chegavam, inclusive, à população pobre. As taxas de analfabetismo e subnutrição eram muito baixas e os serviços de educação pública e saúde eram de qualidade. Além disso o sistema político era considerado um dos mais estáveis do continente americano. O pequeno Estado uruguaio e seus setores urbanos, eram financiados pela atividade agrícola e desconhecia conflitos até o final dos anos de 1950.

Porém, conforme Padrós, o título honroso fora atribuído ao país com certo exagero, pois, os pilares que sustentavam a estrutura econômica, social e política do país eram extremamente frágeis. O cenárioável de então começou a ruir rapidamente quando uma forte crise econômica se instalou e abalou também as estruturas políticas do país, com a saída do Partido Colorado e a ascensão do Partido Blanco. Padrós (2011, p.1) aponta para a origem da crise:

(...) na perda de mercados, na impossibilidade de tecnologias e na falta de reorientação produtiva do país que levou ao crescimento dos saldos comerciais negativos, ao endividamento externo, às negociações com o FMI e às políticas de arrocho salarial e encolhimento do investimento social do Estado.

Com o fim da Segunda Guerra e da Guerra da Coreia, iniciou-se a reconstrução dos países e a retomada da produção, processo que prejudicou o comércio uruguai. Nesse momento, houve queda brusca dos preços dos produtos de exportação e a redução dos lucros para o setor produtivo que, por sua vez, dificultava a mesma distribuição de renda garantida antes para os setores urbanos. Dessa disputa pela divisão de um lucro reduzido, aposentados e funcionários públicos foram os mais prejudicados. O pacto social firmado na sociedade uruguai havia se rompido. A profunda crise econômica desencadeou o desemprego extremo e provocou reações dos trabalhadores no campo, inicialmente com o movimento dos plantadores de cana (los cañeros) que denunciavam a situação de miséria no meio rural e, na cidade, os sindicatos começavam sua organização fundando em 1964 a Convención Nacional de Trabajadores (CNT). Identificados como comunistas esses grupos foram perseguidos por grupos de extrema direita desde o início dos anos de 1960.

No plano político, desde 1951 vigorava um sistema de colegiado que durou até 1966, com as eleições que devolveriam, no ano seguinte, o poder ao Partido Colorado, representado agora pelo general Oscar Diego Gestido. A preferência dos cidadãos por um militar pode ser compreendida pelo desgaste da imagem dos políticos naquele momento, como explica Martinez (2004, p.5):

El Gral. Gestido (Con el triunfo de un ex militar, podemos ver la preferencia por parte de la ciudadanía de la elección de una persona alejada del cuerpo político, y también por tener fama de buen administrador. Era lo que faltaba en esos momentos, por la descredibilidad que la clase política tenía por el sin fin de fraudes que

se habían revelado) el nuevo presidente y luego el vice Pacheco Areco (tras la muerte del presidente) tentaron de diferente forma frenar la creciente inflación y el descontento social reinante.

Todavia, com seu falecimento menos de um ano após as eleições, assumiu o vice Jorge Pacheco Areco, acompanhado de uma equipe de empresários e imediatamente, implantou uma nova Constituição que concedia mais poderes ao executivo. Em poucos dias, alegando combater a subversão e agir em nome da estabilidade política do Uruguai, Pacheco Areco tomou medidas autoritárias que reforçavam ainda mais a centralização do poder, como a dissolução de jornais como *El Sol* e *Época* e os partidos identificados com a esquerda e com a luta armada, entre eles, o Partido Socialista, o Movimento Revolucionário Oriental (MRO), o Movimento de Acción Popular Uruguay, o Movimiento de Izquierda Revolucionária (MIR) e a Federação Anarquista Uruguaia (FAU) da qual Lílian Celiberti fazia parte (PADRÓS, 2011, p.2). A crise instalou-se profundamente no país a partir de agosto de 1968, quando o militante da Federación de Universitarios (FEUU), o estudante Liber Arce foi assassinado por forças policiais.

A escalada autoritária do governo de Pacheco Areco, conhecida como o *Pachecato*, se consolidaria com as leis de exceção, denominadas Medidas Prontas de Seguridad (MPS) que limitavam as liberdades individuais. As Medidas, que deveriam ser usadas de forma excepcional, passaram a se tornar corriqueiras e o governo não poupava meios no uso da violência e da censura. A queda real nos salários repercutiu em manifestações e greves dos trabalhadores. O governo ordenou estado de sítio e convocou os militares para manter a ordem, alterando completamente o clima do país. Para Enrique Padrós (2012, p.48) “durante o governo de Pacheco Areco, o fator

militar foi incorporado, gradualmente, ao projeto autoritário, mesmo que ainda de forma subordinada". A pesar de a utilização das MPS estarem previstas na Constituição e de já terem sido utilizadas, ocasionalmente, na gestão do general Oscar Gestido, com o presidente Pacheco Areco seu uso foi banalizado (PADRÓS, 2011).

Padrós (2005) aponta cinco fatores decorrentes do uso das Medidas que contribuiram para a deterioração das instituições políticas e da própria democracia. O primeiro fator seria o próprio uso indiscriminado e quase que ininterrupto das MPS entre 1968 e 1971, com o intuito de combater os Tupamaros. A aplicação dessas Medidas resultou em uma série de violações à Constituição (como suspensão do *habeas corpus* e das garantias individuais, detenção arbitrária e desrespeito a inviolabilidade de domicílio). Além disso, o Executivo questionava o Legislativo e isso provocava desentendimentos que desequilibravam a convivência entre os poderes. O segundo fator ligado ao uso das MPS está ligado à prática de repressão policial indiscriminada e o uso generalizado da tortura, práticas que violavam os direitos humanos fundamentais. O controle do correio e violação das correspondências (prática comum após o golpe) também foi um recurso das MPS e violava um direito garantido em Constituição. O terceiro fator está ligado às restrições ao trabalho da imprensa. Houve censura à menção de palavras como "tupamaros" e "guerrilheiro" e proibição de circulação de diversos jornais que noticiassem as mobilizações sociais. O quarto fator foi a obrigatoriedade de militarização dos funcionários públicos que consistia em obrigá-los a retornar ao trabalho em caso de greve e enfrentar mudanças no horário e local de trabalho, uma estratégia para desmobilizar e evitar as greves. Além disso, fora imposta a disciplina militar no local de trabalho, obrigando o trabalhador ao exercício físico. O

empregado faltante era enquadrado como desertor. Este fator visava desarticular o movimento operário. O quinto e último ponto decorrente do uso das MPS foram as ações que visavam o controle das instituições de ensino como as invasões contra as ocupações estudantis e a suspensão de cursos através de decretos.

Como resposta popular a esse clima de tensão e repressão do governo autoritário Pacheco Areco, surgiu uma nova forma de luta, a guerrilha armada, com destaque para o Movimiento de Libertación Nacional dos Tupamaros. O MLN-T surgiu em 1963 influenciado pela Revolução Cubana com a proposta até então impensável de tomar o poder político no Uruguai pela via da luta armada. O nome do movimento vem de *Tupac Amaru*, o cacique inca que no século 18 tentou libertar seu povo da dominação espanhola. O movimento era composto por muitos profissionais da classe média e intelectuais, o que deu inicialmente a forma “elegante y sutil” de realizar suas ações, sem violência e visando “apenas” a desmoralização dos governantes. Assim, a forma original do MLN-T foi bastante atípica se comparada com os outros movimentos guerrilheiros na América Latina. A partir de 1968 o movimento dos tupamaros ganhou um novo formato, conhecido como a etapa “Robin Hood”, conforme Martinez (2004, p.4):

Sus principales acciones estaban orientadas a denunciar los casos de corrupción política, o bien de la sustracción de alimentos y distribución en poblaciones marginadas. Todo esto se desarrollaba con grandes técnicas y con una gran “elegancia” y astucia de parte de los revolucionarios, quienes dejaban en ridículo a las fuerzas de represión. Estas acciones generaban una cierta aprobación en gran mayoría de la población. La sociedad miraba

con buenos ojos, y hasta llegaba a aplaudir estas acciones, pero lejos estaba de apoyarla o de intervenir con miras de un cambio más profundo.

A partir de 1969 o movimento guerrilheiro passou a agir de forma mais ousada, “ações como o seqüestro de diplomatas estrangeiros (caso do brasileiro Dias Gomide) ou de agentes diretamente vinculados à repressão (caso de Mitrione, executado após a rejeição de negociações por parte do governo dos EUA)” e com isso os “*tupas*” perderam a simpatia da população (PADRÓS, 2011, p.5). A opção de pegar em armas não tinha a adesão de todos os integrantes de esquerda, assim como não teve adesão de Lílian Celiberti, que por esse motivo, nunca quis se integrar ao MLN-T. A opinião de Lílian com relação ao movimento armado correspondia à convicção do Partido Comunista, que, a partir de uma longa tradição política e inserida nas lutas dos trabalhadores urbanos e com peso no mundo intelectual, discordava totalmente dessa opção (PADRÓS, 2011, p. 4).

No final do ano de 1971 o fazendeiro Juan María Bordaberry, candidato do colorado Jorge Pacheco Areco, venceria as eleições gerais com uma pequena vantagem em relação ao tradicional Partido Blanco. O recém-surgido Partido da Frente Amplio, uma coligação de vários partidos de esquerda e centro-esquerda obteve quase 20% dos votos, um número bastante significativo considerando ser a primeira vez que disputava um arena eleitoral dominada por tantos anos pelos tradicionais Blancos e Colorados (REIS, 2012, p.68). A Frente surgia como opção que media força com os poderes tradicionais:

[...] ela resultou de um processo de amadurecimento dos pequenos partidos e organizações de esquerda, grupos de

intelectuais bem como de setores reformistas que romperam com os partidos tradicionais. Na confluência de ideias, no entendimento da necessidade urgente de reforçar uma via ao socialismo pacífica (marcando distância da opção armada) e ante ao temor do crescimento da espiral autoritária pelo governo, decidiram construir uma ferramenta de luta que configurou na Frente Ampla (PADRÓS, 2011, p.5)

A posição conseguida pela Frente Ampla gerou enorme tensão durante o processo eleitoral. O temor de uma vitória da esquerda levou o governo uruguai o a solicitar ajuda do governo brasileiro, conhecida como Operação Trinta Horas. Segundo Ramiro Reis (2012, p.39) a operação, que consistiu em um plano militar de invasão do território uruguai o pelo exército brasileiro, caso a Frente Ampla vencesse as eleições de 1971, representou um dos principais feitos da conexão repressiva entre Brasil e Uruguai. O nome Trinta Horas seria em virtude do tempo previsto para a ocupação do território uruguai o. Com a derrota da esquerda, não foi necessário pôr a operação em prática.

O novo governo civil iniciava com o apoio dos militares, mas enfrentando muita resistência, além de não possuir a maioria parlamentar, era considerado por muitos setores como ilegítimo. Após as eleições os Tupamaros passaram a agir de forma ainda mais violenta (inclusive com assassinatos de policiais) e o Parlamento reagiu decretando “estado de guerra interna” perseguindo-os ferozmente. A capital do Uruguai virou uma praça de guerra. No ano seguinte, o presidente Bordaberry deu carta branca para que as Forças Conjuntas do país (exército e polícias) lutasse m contra os movimentos oposicionistas, em especial, o armado, era a dissolução do MLN-T. Desde 1962, oficiais do exército

treinavam nos Estados Unidos, mecanismos de repressão mais eficientes e mais violentos do que aqueles já utilizados pela polícia. O exército uruguai passava a ocupar assim, um papel de garantidor da segurança interna, tal como os Estados Unidos queriam que fosse a política de segurança contra o comunismo na América Latina.

Em fevereiro de 1973, foi criado o Consejo de Seguridad Nacional (COSEN), pelo Exército, e tinha como secretário geral o chefe das Forças Conjuntas, com o objetivo de auxiliar o presidente em suas tarefas nacionais. Tratava-se da institucionalização do poder militar, com a anuência do presidente civil. O auge da crise seria projetado em 27 de junho de 1973 quando da ocorrência da dissolução do Parlamento pelos militares e a criação do Conselho de Estado composto apenas por membros nomeados, novamente com o aval do presidente Bordaberry. O autogolpe de estado dado pelo presidente civil Juan María Bordaberry tinha o apoio das Forças Armadas e se estenderia por doze anos na República Oriental do Uruguai. A ditadura se instalava progressivamente no país, sem um golpe definitivo de força. O pacto de Boiso Lanza, como o Golpe ficou conhecido, tem esse nome, pois, a negociação entre os militares e Bordaberry ocorreu na base militar de mesmo nome.

A Convenção Nacional dos Trabalhadores (CNT) reagiu convocando os trabalhadores para uma greve geral contra o golpe que se instalava. O movimento mobilizou a ocupação de empresas, fábricas, sindicatos e ganhou as ruas. A paralisação que começou no dia 17 de junho e durou até o dia 11 de julho, não conseguiu impedir o golpe de Estado e as reformas políticas autoritárias. A greve terminou com a dissolução da CNT e a demissão de vários funcionários públicos. Medidas como a ocupação de postos da administração pública pelos militares, o banimento dos partidos

políticos e a prisão de líderes como o presidente da Frente Ampla, Líber Sregni, a supressão da imprensa, a suspensão do direito de greve e a perseguição aos sindicatos passaram a fazer parte da reforma constitucional idealizada pelo governo golpista, que tinha o intuito de institucionalizar o que chamava de “processo revolucionário”.

O conflito de interesses que desequilibrou a generosa distribuição de riquezas no Uruguai levando ao colapso da “Suíça da América” contribuiu para a formação de grupos políticos de oposição. A radicalização desses movimentos foi interpretada pelos governos militares da América Latina e pelos Estados Unidos como sinônimo de subversão à ordem social e símbolo do avanço comunista. No geral, as ditaduras latino-americanas tiveram resultados bastante semelhantes ao adotar um aparato repressivo contra qualquer manifestação de oposição como a suspensão dos direitos de liberdade individuais e ruína de qualquer possibilidade de equilíbrio social. No entanto, os processos que levaram a esse resultado foram diferentes em cada país latino-americano. No caso chileno, por exemplo, a presença militar foi muito forte durante todo o período de ditadura. No caso da ditadura no Brasil, verifica-se a presença civil na deflagração do golpe de Estado de 1964, realizado em conjunto com os militares. Sobre o caso brasileiro, o historiador Carlos Fico (2013, p.469) afirma que, apesar de o Golpe ter sido executado por civis e militares, o regime que se seguiu foi sobremaneira militar. Ainda conforme Fico “logo depois do golpe, os próprios civis que participaram foram paulatinamente afastados, entre os quais Carlos Lacerda e Adhemar de Barros, além de outras lideranças civis. Tudo foi decidido pelos militares”. O historiador defende por esta razão, no caso do Brasil, que a nomenclatura “civil-militar” tem relação mais com a participação efetiva dos sujeitos históricos

durante o Golpe e não só pelo apoio. Para Fico, no Brasil, a ditadura foi militar e golpe foi civil-militar.

No entanto, no caso do Uruguai, o processo que levou a militarização do Estado se deu de forma progressiva e contou com efetiva presença do governo civil em dois momentos cruciais. Nesse sentido, defende-se aqui que a ditadura instaurada na República do Uruguai entre 1973 a 1985 foi definitivamente civil-militar. O primeiro momento, entre 1968 e 1971, quando o presidente civil Jorge Pacheco Areco participou efetivamente do projeto autoritário ao decretar as Medidas Prontas de Seguridad e incorporou o fator militar ao governo. O *Pachecato* foi a expressão do avanço autoritário do governo e representou um esboço do TDE implantado a partir do golpe em 1973 que marcou o início da ditadura. O segundo momento, entre 1971 e 1975, contou com a colaboração e atuação do civil Juan María Bordaberry (primeiro presidente da ditadura uruguaia) que defendia que o poder devia ser centrado no Conselho de Estado, órgão controlado pelo Exército. Bordaberry percebendo atritos no interior do poder alegava que a administração e o governo deveriam ficar sob controle dos civis, pois evitaria desgastes por parte das Forças Armadas. É sob o governo civil de Bordaberry que se intensificam a censura e a repressão, multiplicam-se as prisões, a perseguição e a tortura forçam milhares de pessoas a viverem de forma clandestina ou partirem para o exílio, é também onde ocorre a derrocada da guerrilha tupamara e a marginalização dos partidos políticos e dos movimentos sociais.

Portanto, o desenvolvimento e consolidação de uma política do Terror durante a ditadura no Uruguai têm suas raízes nos governos dos presidentes civis Pacheco Areco e Bordaberry (PADRÓS, 2012, p.502-516). De acordo com o que Carlos Fico observou sobre o caso brasileiro, podemos concluir que houve de fato apoio civil na ditadura uruguaia,

mas, neste caso houve uma participação mais ampla de civis do que no caso brasileiro. No Uruguai houve presença civil na elaboração do projeto golpista e na efetivação do golpe de Estado e consolidação do governo autoritário.

1.2 A FORMAÇÃO DA ESQUERDA NO URUGUAI

Em meio a crise econômica e de representação do poder no Uruguai é gestado a partir da segunda metade da década de 1950 movimentos organizados de diversos setores sociais. O enraizamento desses grupos mudaria para sempre a estabilidade experimentada pelos partidos Blanco e Colorado acostumados a controlarem o poder desde a fundação do país como república independente. Em outubro de 1956 militantes independentes, sindicalistas, agremiações estudantis e militantes espanhois refugiados se unem para formar a Federação Anarquista do Uruguai. A nova organização surge em um contexto interno de eclosão da crise econômica e política do Uruguai e a influência e interferência dos Estados Unidos que disputava a hegemonia mundial com a URSS no contexto da “Guerra Fria”. Nessa época surgem no país diversas frentes de lutas populares.

De diretriz marxista-anarquista, conhecida no interior da Federação como *la síntesis*, a FAU objetivava a luta antiimperialista latino-americana e a ruptura com o sistema capitalista. Segundo um membro da FAU, o militante Hugo Cores, essa junção, que buscava a reivenção do anarquismo “significava que nosotros podíamos avanzar en marxismo leyendo y tomando enseñanzas de distintas corrientes porque nunca estuvimos vestidos con el frac y el miriñaque de una ortodoxia, ni moscovita, ni trotkista, ni china” (CORES Apud REIS, 2012, p.72).

Devido a divergências internas, a FAU sofre uma ruptura em 1964. O apoio da organização a movimentos armados, a centralidade da classe trabalhadora nas principais atividades da Federação, a integração de militantes na Convenção Nacional dos Trabalhadores e a adoção de atividades clandestinas diante da repressão do governo geraram discordância no interior do movimento e um grupo de militantes estudantis decide se desligar da FAU. Permaneceriam ainda os operários, antigos militantes, entre os quais ainda muitos estudantes. A Federação foi declarada ilegal em 1967 e seus principais dirigentes foram presos. A partir desse período a FAU irá sobreviver a partir da ramificação de diversos grupos oriundos deles. Enquanto alguns grupos atuam na CNT e outros agem na clandestinidade, sendo inclusive considerado foragido, a FAU se reinventa e se divide como estratégia para sobreviver.

No ano de 1968 integrantes da clandestina FAU de base majoritariamente operária e estudantil formou a Resistência Obrero Estudantil (ROE), associação de bases literárias contra o crescente autoritarismo instalado nas estruturas políticas do país. As ações de massa da ROE, que tinha como lema a frase *Arriba los que luchan* consistiam nas manifestações, panfletagem e contava com seu periódico Compañero, um importante veículo de comunicação que tinha ampla circulação.

Em paralelo ao surgimento da ROE, surge a Organização Popular Revolucionária-33 Orientales (OPR-33), que age como um braço armado da FAU, praticando ações de expropriações de valores, sequestro de empresários e políticos, sabotagens e apoio à greves e ocupações de empresas. Com as perdas de companheiros nos confrontos com os militares e com a eminência do golpe, a OPR-33 recua e seus integrantes buscam asilo na Argentina, onde planejam a continuação de sua ofensiva.

A Frente Amplio (FA) surgiu em 5 de fevereiro de 1971 como uma aliança de grupos integrados por vários partidos políticos de esquerda e organizações sociais. A Frente estreou neste mesmo ano no processo eleitoral e tinha como indicado para concorrer à presidência do Uruguai o líder Líber Seregni. Surgia em um contexto de grande tensão em que os grupos guerrilheiros se enfrentavam com as forças militares. A crise que se instalou na sociedade uruguaia era fruto do esgotamento do modelo industrial baseado na substituição de importações, do fracasso da luta armada e do modelo de bem estar social, empobrecimento da população e a radicalização da classe média influenciada pelos movimentos de esquerda de Cuba e o desenvolvimento do sindicalismo. O surgimento da Frente Amplia justifica-se como uma reação à decadência política e econômica e uma série de derrotas eleitorais enquanto atuasse fragmentada. A criação da Frente antecede em apenas dois anos o Golpe de Estado e reflete o esgotamento do *Pachecato*.

Oscar Bruschera traçou os três pilares fundamentais da base de lutas da Frente Amplia que são a superação da crise estrutural, a restituição ao país do destino de nação independente e reintegração dos direitos e liberdades individuais, políticos e sindicais. Os três pilares fundamentais sustentariam os propósitos secundários quais sejam, a planificação nacional, reforma agrária, nacionalização do sistema financeiro, dos grandes monopólios e do comércio exterior, desenvolvimento do cooperativismo, reforma do sistema de tributos e nova política salarial (BRUSCHERA, 1971 Apud: DUARTE, 2011). A Frente Amplia obteve grande receptividade do eleitorado, o que tornou sua disputa eleitoral viável.

A consolidação do movimento sindical com a junção de duas frentes em 1966, quais sejam, a Confederação Sindical do Uruguai (CSU) de orientação majoritariamente socialista e a

União Geral dos Trabalhadores (UGT) de orientação comunista, formando a CNT, foi fundamental para a formação sólida de um partido em condições de disputar o bipartidismo entre Blancos e Colorados. Além de contar com o sindicalismo, A Frente era composta pelos Partidos Socialista e Comunista e, de uma vertente, fruto da cisão dos partidos tradicionais e setores independentes e, curiosamente, tinha em seu líder máximo o general Seregni.

Com a derrota no processo eleitoral e com o advento do Golpe dois anos depois, a Frente Amplia assim como qualquer outra manifestação de oposição fora suprimida. A Frente ressurgiria com a democracia, recuperando seu espaço e se colocando como opção concreta na disputa aos partidos tradicionais, desintegrando para sempre o bipartidismo. A Frente Amplia tem hoje na presidência do Uruguai o seu representante, o ex-guerrilheiro tupamaro José “Pepe” Mujica e, antes dele, o médico Tabaré Vázquez.

Pouco mais de um ano após a implantação da ditadura civil-militar no Uruguai, instalada a partir do Golpe de Estado de junho de 1973 esses movimentos de oposição estão praticamente dizimados. O último suspiro da FAU está presente na greve geral que paralizou os serviços nas fábricas durante quinze dias. Depois disso, os militantes que restavam partiram para o exílio em Buenos Aires, na Argentina, onde já se encontravam alguns integrantes da OPR-33 e da ROE. Para Reis (2012, p.70), a escolha deste país deve-se ao fato de, além de contarem com a facilidade de falarem o mesmo idioma mas que, com queda de Salvador Allende, no Chile, a Argentina era a única democracia que restava. A resistência desde o exílio passa a ser a única esperança dos movimentos de oposição para uma abertura política, tanto para quem ficou no Uruguai como para quem precisou partir.

O Congresso realizado em Buenos Aires em julho de 1975 reuniu membros da OPR-33, FAU e ROE que se fundiram em um único Partido, o PVP, de vertente socialista. Segundo o historiador Ramiro Reis (2012, p.53), a estratégia política do Partido por la Victoria del Pueblo, que tinha como líderes os sindicalistas Gerardo Gatti, León Duarte e Hugo Cores, consistia principalmente:

Na denúncia internacional da ditadura instaurada no país. Era o auge do terrorismo estatal no Uruguai, quando a única estratégia que restava aos opositores era, praticamente, a denúncia das violações dos direitos humanos, realizada desde exílio, já que o sindicalismo estava totalmente controlado e a luta armada desmantelada”.

O PVP mantinha-se com os bens da OPR-33 expropriados do empresário holandês Frederico Hart, sequestrado pela organização, em março de 1974. O plano foi bem sucedido, segundo Ramiro Reis (2012, p.71), a OPR-33 deteve em seu poder a vultuosa quantia cerca de US\$ 10 milhões. Com o novo Golpe de Estado instalado na Argentina em 1976, os núcleos do PVP se dispersaram e o partido foi praticamente aniquilado. Para escapar da repressão argentina, os militantes do PVP buscaram asilo na Europa e lá buscariam mais uma vez se reorganizar. Universindo buscaria asilo na Suécia em 1977. A essa altura, muitos companheiros haviam desaparecido, acumulavam-se histórias de tortura, sequestro e morte. Da Europa, a estratégia continuava sendo a reunião de elementos de denúncia de direitos humanos praticadas no Uruguai e nas outras ditaduras do Cone Sul.

Em 1977 o PVP realizou um Congresso na França para fazer um balanço dos avanços e perdas e decidir as estratégias de organização da resistência através das denúncias. Além de

grupos instalados na Europa, o PVP instalava em 1978 bases clandestinas no Brasil, representada por Lílian Celiberti e Universindo Rodríguez Díaz (em Porto Alegre) e outras bases em São Paulo (onde se fixaria o líder Hugo Cores). A militância de esquerda em toda a sua amplitude de bases e formas de luta uniu-se e resistiu às ditaduras militares. Com a abertura democrática, esses grupos se integraram ao PVP que se aliou à Frente Ampla em uma aliança que permanece até hoje.

1.3 “ÉRAMOS JÓVENES”: A RESISTÊNCIA E A MITIFICAÇÃO DA JUVENTUDE

Juventude e Liberdade.
Liber Arce. *Liberarse*. Libertar-se.
Lilian Celiberti. “Se liberte”. Liberte-se.

Existe uma forte tendência em se interpretar a resistência política nos tempos de ditaduras na América Latina como uma época de protagonismo da juventude, não sem razão. Os movimentos estudantis, por exemplo, principalmente das universidades, revelam que a participação jovem nos movimentos de resistência foi bastante expressiva. Havia de fato na América Latina das décadas de 1960 a 1980, um “clima de despertar” de uma geração jovem, que buscava a mudança radical do sistema político, das relações entre homens e mulheres, da revolução sexual, de independência, de liberdade, de autonomia e de uma busca por uma sociedade diferente, a partir de uma perspectiva revolucionária. Os jovens foram um dos grandes protagonistas dessa grande mudança cultural. Havia de fato uma emergência jovem por respostas políticas, carregada de uma “estrutura de sentimentos” tipicamente impulsiva, visceral, contestadora, “entre as Mães e os Filhos, o sujeito da memória dessas décadas é a juventude essencial,

congelada nas fotografias e na morte” (BEATRIZ SARLO, 2007, p.56).

É preciso lembrar antes de tudo, da existência de uma imposição de época, que são as ditaduras, os regimes autoritários, a violência política. Há também uma característica da época que identifica na juventude posturas de solidariedade, de disponibilidade, de entrega e de compartilhamentos. E no momento em que esses fatores se chocam, começa a se formar um *jogo de duplos*. Esse jogo, aparentemente, persiste até hoje, não mais em uma situação de ditadura mas, entre a mitificação e a pessoa de *carne e osso*:

Os textos de inspiração memorialística produzidos sobre as décadas de 1960 e 1970 se referem à juventude de seus protagonistas e narradores. Não se trata de um simples dado demográfico [...] mas antes da crença em que certa etapa de uma gigantesca mobilização revolucionária se desenvolveu sob o signo inaugural e iminente da juventude” (BEATRIZ SARLO, 2007, p.55).

Grande parte desses jovens, integrariam os partidos, sindicatos ou organizações de esquerda, engrossando consideravelmente as fileiras da oposição aos regimes totalitários implantados a partir dos anos 1960 nos países do Cone Sul. Milhares desses jovens compõem até hoje as listas de desaparecidos da ditadura e ainda são procurados por suas famílias. Grande parte dos jovens que viveram esse momento político e participaram da luta política contra o regime passou por algum tipo de experiência traumática relacionada à violência física ou psicológica, durante as sessões de interrogatório e a prisão nesse período. Mas são os próprios testemunhos desses personagens históricos, obtidos em entrevistas ou auto-biografias, quem tem contribuído para

reforçar uma discurso mitificador da juventude. É importante considerar, no entanto, que a resistência política foi representada também por outros personagens (parentes de militantes, militantes experientes, etc) e lugares (a mídia, por exemplo).

O discurso de exaltação à coragem, astúcia, persistência, determinação, perseverança, protagonismo e auto-sacrifício da juventude latino-americana dos anos de 1960 e 1970, remete ao arquétipo dos heróis da mitologia greco-romana e configura-se em um problema historiográfico, uma vez que acabamos esquecendo que esses jovens não eram sobre-humanos, e sim de “carne e osso”. É possível analisar essa duplicidade juventude e o mito da juventude - através do estudo sobre as experiências cotidianas. A particularidade da experiência possibilitada pela análise das memórias, permite visualizar a trajetória desses personagens em uma dimensão subjetiva, singular e personalizada. Essa questão do heroísmo da juventude, os riscos que a juventude corria, por outro lado, acaba por reproduzir uma nostalgia difusa de sentimentos.

Assim como muitos jovens da época, Lílian Celiberti posiciona-se, em seus relatos, desde um lugar de agente ativo em um momento específico da história em que a juventude assumia muito rapidamente as direções das organizações e desempenhava, por isso, atividades de grande responsabilidades políticas. Lílian reproduz o que seria então, um movimento específico de uma geração de jovens que ganhava proporções internacionais, segundo ela, “éramos jóvenes [...] fiz parte desse movimento porque, aqui, foi o movimento de 68 que lançou os jovens e as jovens à política”, e demonstra identificar-se profundamente com o protagonismo

dessa juventude quando afirma que “a gente se apossou da própria história”⁶.

Lílian Celiberti demonstra em seus relatos, elementos que identificam-se com esse *Lugar de Experiência* em que se transformou a “Suíça da América”. As experiências profundas vividas em sua juventude acompanharam as também profundas transformações políticas, econômicas, sociais e culturais do Uruguai. Os anos 1960 e 1970 no Uruguai foram anos de mudanças extremas. Da estabilidade econômica para o desemprego alarmante, da liberdade de expressão para a violenta repressão, da estabilidade social para o caos total. É nesse lugar específico de experiência, de mudanças extremas, em que se tornou a imagem da “Suíça da América” daqueles tempos é que se constituiu a trajetória de centenas de jovens uruguaios, e também, de Lílian Celiberti.

Ao afirmar ter feito parte de um movimento com uma grande adesão de jovens que não se sentiam maduros intelectualmente, mas que possuíam grande disponibilidade para aprender e para travar uma importante luta contra as rápidas e bruscas mudanças de cenário que se apresentava no país, qual seja, a censura, a perseguição, a violação dos direitos e a violência, Lílian Celiberti apresentou para a pesquisadora sua percepção do que chamou de tempo de “um despertar generacional”:

Eu acredito que nesse momento, houve uma quebra, no Uruguai, do modelo do Uruguai como a “Suíça da América”. Estamos falando de 1966 a 1968, onde houve uma mudança não somente na perspectiva individual, de uma

⁶ Entrevista concedida à professora D^{ra} Roselane Neckel em 28/03/2008

pessoa, mas, na perspectiva coletiva dos que tinham nesse momento 18 anos e uma perspectiva de vida que parecia unida ao maio francês, mas na verdade, não tinha nada a ver com o maio francês. As razões pelas quais os jovens, esse despertar geracional da juventude que se sentia em um mundo por razões diferentes. O caso concreto do Uruguai era muito unido a uma perspectiva revolucionária, de uma mudança radical por uma busca de uma sociedade diferente, mas sem ter muito claro como fazer e nem ter estudado profundamente a respeito. Olhando de hoje penso que éramos jovens, tão jovens. Tão jovens e tão ignorantes! Mas, para a história da sociedade, quinze, vinte anos não são nada, não é? Acredito que isso se uniu a uma mudança cultural muito mais profunda e que tinha a ver com a revolução sexual, com as relações entre homens e mulheres, com a relação e o protagonismo da juventude, como os jovens foram protagonistas de sua história e do acontecer político e que isso não havia acontecido antes, com outras gerações. Essa juventude se integrava ao destino de um país construído a partir do bipartidarismos entre Blancos e Colorados. Estamos falando de pouco tempo e de uma geração que tinha 19, 20, 21, 22 quando se deu o golpe de Estado, que viveram a tortura, vivendo em sua maioria como prisioneiros políticos. Eram jovens! Éramos jovens! Todos entre 18 e 25 anos, vivendo experiências de tortura, perseguição, norte, sofrimento, foi vivido por uma geração de homens e mulheres tão jovens!⁷

⁷ Entrevista concedida à autora em 18/04/2013.

No ano de 1968 a juventude tornou-se um símbolo de redenção para grande parte da juventude estudantil que o viveu. Era um ano utópico, de promessas e sonhos. O endurecimento do governo civil no Uruguai e a sucessão de golpes civil-militares nos países latino-americanos implantando um regime de terror a partir de meados dos anos 1960 depositou na geração jovem da época um marcante protagonismo político. O emblemático assassinato do estudante uruguaio Liber Arce no dia 14 de agosto de 1968, primeiro estudante vítima das forças policiais do Uruguai transformou o jovem no primeiro mártir da luta contra a ditadura. Todos os anos, nesta mesma data, milhares de jovens uruguaios organizam uma marcha pelas ruas do país para lembrar os *estudantes- heróis-vítimas* da repressão daqueles tempos. Conforme Marcelo Ridenti (1997,p.13):

Movimentos de protesto e mobilização política surgiram por toda parte, especialmente no ano de 1968: das manifestações nos Estados Unidos contra a guerra no Vietnã à Primavera de Praga; do maio libertário dos estudantes e trabalhadores franceses ao massacre de estudantes no México; da alternativa pacifista dos hippies, passando pelo desafio existencial da contracultura, até os grupos de luta armada, espalhados mundo afora. Os sentimentos e as práticas de rebeldia contra a ordem e de revolução por uma nova ordem fundiam-se criativamente.

Os jovens de 1968, tornaram-se heróis rebeldes pois ao optarem pela oposição ao regime tiveram que conviver com a violência da perseguição do governo de seu próprio país. Ao escolherem se opor, se rebelar e discordar, muitos foram presos por anos, foram expulsos de seu país, torturados, humilhados e centenas foram mortos. A busca era pela mudança e de fato, o

regime mudou. A democracia, mesmo com todos os seus defeitos certamente ainda é preferível à ditadura.

No entanto, nem todos os jovens optaram pelo confronto ao governo, mas os que o fizeram tem o direito de terem reconhecidas, valorizadas, discutidas e registradas suas participações nos capítulos da História. Os riscos da escolha que a juventude fazia eram de fato, muito altos. Não há, sobretudo, a menor pretensão de fazer julgamento daqueles que preferiram seguir outros rumos, afastando-se da atividade militante. Assim como persiste aqui, um esforço por atribuir um caráter humano em oposição a uma tradição que primou por atribuir um caráter sobre-humano, mitificado, da juventude.

A resistência política da esquerda trazia consigo os ricos de dilacerar o futuro da juventude, destruir lares, impedir sonhos. Os jovens que se arriscavam na militância tinha consciência das provações desse caminho. O pior fim era a morte e a principal angústia era a do desaparecimento. Centenas de jovens militantes são até hoje, procurados por suas famílias. Registrar as memórias da juventude da resistência desses tempos não significa reconstruir a história com nostalgia e sim com o dever histórico de mostrar que a participação da juventude de 1968 foi importante e provocou mudanças na política, na cultura e na sociedade.

1.4 A MILITÂNCIA POLÍTICA DE LÍLIAN CELIBERTI NO URUGUAI

Lilian Celiberti foi atraída pelo contexto de luta e mobilização social que ganhava força no Uruguai da década de 1960 e que teve na juventude um importante símbolo de resistência, através da militância política e da rebeldia, na contestação e quebra de padrões culturais e sociais. A relação única que Celiberti estabeleceu com suas experiências durante

o período de ditaduras na América Latina fornece elementos que compõe o que Raymond Williams identificou como “estruturas de afetividade” ou de “sentimento”. Segundo o sociólogo inglês Paul Filmer (2009, p. 372), o método de Williams prima sobretudo pela especificidade da experiência ao sustentar que “a estrutura é sempre a do sentimento real, ligado à particularidade da experiência coletiva histórica e de seus efeitos reais nos indivíduos e grupos”.

A partir do método proposto por Raymond Williams, foi possível o entendimento de que um sentimento sociocultural, como o vivido em relação a ditadura civil-militar uruguaia, não deve alimentar um saudosismo e sim, em um sentimento em constante transformação, atendendo às necessidades de respostas políticas que partem do presente. Tais estruturas, ainda, podem ser reconhecidas em outros campos, além do sociocultural, como por exemplo, a religião, a política e a economia, conforme salienta o filósofo e teólogo Edvaldo Rogério Santos Teixeira (2013, p.98), que abordou a “estrutura de sentimento” na religiosidade popular e acredita que os elementos do passado não podem ser reduzidos a formas fixas, uma vez que estes estão em constante transformação. O sentimento do vivido em tempos passados é atualizado, assim, a partir das experiências no presente:

Todos os acontecimentos socioculturais que marcaram épocas e que hoje são estudados e aprofundados por nós, defendiam uma ideologia identitária que tinha em si um valor inestimável, uma vez que, a sociedade em meio a tantas transformações, tende a reproduzir os acontecimentos afastando-se da vivência de uma época. É certo que os acontecimentos, embora sendo analisados após o ocorrido, estão em constante transformação [...]. Na concepção de Williams os acontecimentos sociais não

podem ser resumidos, simplesmente, a um sentimento que ficou no passado. Embora as instituições sociais apresentem alguns valores que sustentem na sua trajetória uma ideologia, não podem ser avaliadas como produtos acabados ou fixados, mas, sim como instituições vivas e atuantes que carregam, no presente momento, sentimentos que estão em constante transformação na vida social e cultural (TEIXEIRA, 2013, p.99-100).

Busca-se apreender os significados atribuídos no Tempo Presente, por Lílian Celiberti, às experiências vividas e compartilhadas em sua juventude na época das ditaduras na América Latina. O exercício de (re)lembrar é um importante momento para (re)significar a memória, adicionando ou reduzindo valores à experiência, atualizando assim o passado diante do presente.

Conforme Archanjo, “representar implica uma figura e no que ela significa, ou seja, numa forma e em seu sentido. O sentido é que dá caráter simbólico à representação” (ARCHANJO apud BRETASSONI, p.21, 2004). A memória (re)significa a lembrança, pois novas experiências se mesclam às experiências de um passado mais distante. A memória é entendida aqui como representação, como atribuição de sentido e de significação do passado. Procura-se assim, compreender como Lílian Celiberti sentiu suas experiências de violência, trauma, separação, superação, não como uma verdade do passado, mas como algo que muda e ganha novos sentidos com a experiência. Considera-se a memória, desta forma, como um processo em formação dentro de um presente específico, nesse caso materializado nas entrevistas.

A trajetória de vida política da uruguaia Lílian Celiberti confunde-se com marcos importantes da História dos países do Cone Sul das Américas como a interrupção democrática e a

implantação de regimes autoritários e representa uma opção de vida de uma geração de jovens que buscava mudar o mundo. Entretanto, nessa história de envolvimento com a política social, que já soma mais de quarenta anos de ininterrupto compromisso com a militância, um evento bastante importante ganhou notoriedade durante os anos. O sequestro sofrido por Lílian Celiberti em 1978 no Brasil, junto com seus filhos e seu companheiro de partido, ocorrido dez anos depois de iniciada sua militância política. A importância do fato histórico do “sequestro dos uruguaios” revelado pela imprensa e que causou enorme constrangimento para os governos militares do Uruguai e do Brasil (aliados nesse crime, como será explicado no próximo capítulo) não diminui a importância de um percurso político que Lílian já havia traçado anos antes.

Ao fazer uma busca rápida pela internet por “Lílian Celiberti” é quase unânime que os resultados apresentados dão destaque para o sequestro. Na última entrevista concedida à pesquisadora em Porto Alegre em abril deste ano, Lílian Celiberti afirmou que sempre teve um entendimento de que falar sobre suas experiências na ditadura era importante, mas era uma tarefa demasiado cansativa, sobretudo, porque os questionamentos eram sempre baseados em seu sequestro. Mesmo assim, fosse para ajudar na superação de seus traumas, pois compartilhar suas experiências de violência era como dividir o peso de tantas lembranças difíceis ou para contribuir para o esclarecimento dos fatos obscuros da história das ditaduras militares do Cone Sul, o *falar de si* sempre foi uma escolha para a militante. “Eu tive que falar. Isso acabou sendo uma coisa que me despersonalizava. Narrar o sequestro, narrar a tortura parecia ser uma coisa dos outros, então de alguma forma eu me sentia livre para falar, não me custava nada”⁸.

⁸ Entrevista concedida à autora em 05/04/2014.

Lílian afirma que a repetição do vivido, mecanizou em certo momento, a reprodução de um relato tão delicado e profundo como foram suas experiências de vida, ao ponto de que, em certo momento, não parecia mais contar sobre sua própria vida, mas sobre a vida de um outra pessoa. Parece pesar sobre Lílian, a esta altura, o fardo do “Dever da Memória”. No entanto, demonstra em vários momentos, afirma que ter escolhido assumir esse Dever, trouxe para si benefícios, como por exemplo, a superação de traumas.

Alimentada pela imprensa, pela História e de certa forma pela própria Lílian, a história de vida da militante uruguaia parece ter ficado encapsulada ao evento do sequestro. Defende-se nesta dissertação, que o “sequestro dos uruguaios” deve continuar a ser lembrado, uma vez que marcou uma importante ruptura no sistema de colaboração do terror entre as ditaduras de países vizinhos, é preciso resguardar seu importante lugar reservado nas páginas da História das ditaduras latino-americanas. Por sua vez, lembra que é também importante esclarecer que dentro de um contexto de “estrutura de afetividades” próprio das décadas de 1960, 1970 e 1980 existe uma mulher de “carne e osso” construindo sua trajetória política. E essa trajetória que representa uma “estrutura de sentimento” da juventude latino-americana, também merece ser lembrada.

Lílian Elmira Celiberti Rosas nasceu em 1949 na pequena cidade de Durazno, no Uruguai, onde morou até os seus dois meses de vida, quando se mudou com seus pais para Montevidéu. Até completar quinze anos, Lílian viajava para a pequena Durazno todos os anos, durante as férias de verão. Dedicou-se desde a juventude, a lutar pelo que chama de justiça política. Viveu anos reclusa nas prisões de Montevidéu, outros anos exilada na Europa. Vive hoje um pouco em seu país, outro tanto viajando, dividindo seus conhecimentos,

compartilhando suas memórias acerca de suas experiências de vida e lutando pelo direito das mulheres.

Em sua bagagem, histórias de uma mãe, de uma militante política, estudante, professora, sequestrada, prisioneira, presidiária, exilada, casada, divorciada, torturada, feminista, autodidata, de uma sobrevivente. Lílian representa sua memória pessoal mas também a memória pública, sob o signo da ONG Cotidiano Mujer, fundada com a retomada da democracia. É uma mulher que vive de malas prontas. Todo esse conjunto de referências representa a trajetória de vida política de Lílian Celiberti, e suas lembranças desses momentos de sua vida, bem como as reações geradas a partir disso, tais como, alegria, tristeza, angústia, nostalgia e sofrimento, assim como a forma de se lidar com elas tais como enfantizar, encurtar, estender, repetir ou até mesmo silenciar, são os lugares específicos da experiência, onde residem as “estruturas de sentimentos”:

Dizendo de outro modo, o lugar específico de uma estrutura de sentimentos é a comparação incessante que tem que se dar no processo de formação da consciência entre o articulado e o vivido. Vivido, se vocês quiserem, é apenas outra palavra para experiência, mas temos que encontrar uma palavra para esse nível. Pois tudo isso que não é completamente articulado, tudo que aparece como um distúrbio, uma tensão, um bloqueio, um problema emocional, parece-me ser precisamente uma fonte para as grandes mudanças nas relações entre significante e significado, seja na linguagem literária seja nas convenções. (CEVASCO p.155, 2001)

Em 1966, Lílian Celiberti terminava seus estudos secundários e, entre as opções de fazer o curso preparatório

para a faculdade ou cursar o magistério, optou pela carreira de professora, que iniciaria em março daquele ano. Naquele mesmo ano, durante as férias de setembro, participou da Missão Sócio-pedagógica em uma escola rural carente, durante quinze dias, promovida pelo seu curso. Lílian conheceu e conviveu durante as duas semanas de viagem com estudantes que integravam a Agrupación Nº 3, um grupo independente de esquerda composto por anarquistas e cristãos. Alguns destes estudantes se tornaram grandes amigos pessoais de Celiberti e integram hoje a lista de desaparecidos da ditadura uruguaia. Ela destaca a presença de Gustavo Insaurralde, anarquista, integrante da FAU e que militou pelo PVP, como uma das mais importantes nesse momento para sua vida pessoal e política:

Gustavo é uma pessoa que teve grande significado em minha vida pessoal e em meu crescimento porque era como um mestre. Não somente no plano político, mas também no plano pessoal. Era uma pessoa com quem poderíamos falar sobre várias coisas como poesia, cinema, etc. Foi uma pessoa muito importante.⁹

A escola se localizava no centro de uma pequena comunidade rural chamada Capilla de Farruco, localizada no departamento de Durazno. As crianças que estudavam ali, vinham de outra comunidade distante. A jovem Lílian afirma ter sido impactada por essa realidade tão dura de saber que outros jovens como ela não tinha as mesma oportunidades, pela simples condição te estarem vivendo em lugares diferentes de um mesmo país. Lílian diz ter pensando que poderia ter

⁹Entrevista concedida à autora em 05/04/2014

nascido ali e estar vivendo naquela situação. O choque diante da realidade de pobreza e desigualdade social era também pessoal. Além de Lílian ter sido registrada em Durazno, sua mãe e sua avó teriam passado grande parte de suas vidas na pequena comunidade de Capilla de Farruco, em condições muito semelhantes à daquelas crianças que agora conhecia. Lílian admite que inclusive utilizou do argumento de visitar suas raízes para convencer os pais a deixarem participar da Missão que se tratava de um acampamento misto. Diante da negativa dos pais, Lílian utilizou deste artifício e sensibilizados acabaram permitindo sua ida.

Ao voltar desta experiência os alunos deveriam apresentar reflexões sobre a experiência vivida, juntamente com seus professores. A jovem Lílian diz ter sido surpreendida pelo seu professor José Maria Veras quando foi escolhida em nome da turma para apresentar. A responsabilidade a teria deixado em estado de pânico. Celiberti aponta que em muitos momentos de sua vida a liderança e as responsabilidades de grupo foram sendo atribuídas naturalmente a ela. Mesmo sem entender o motivo, nunca fugiu desse tipo de atribuição que lhe foi dada.

O retorno de Lílian da Missão Sócio-pedagógica marca um turbilhão de transformações em sua vida e ao mesmo tempo na vida política do país. Em 1967, o presidencialismo volta a vigorar no Uruguai e as eleições de novembro confirmariam que a população, farta dos desmandos dos políticos, escolheria um militar para ocupar a presidência do país. O general Gestido devolveria o poder aos Colorados mas seu mandato não duraria um ano. No lugar do presidente falecido precocemente, assumiria o fazendeiro Jorge Pacheco Areco que daria continuação a gestão anterior com alto grau de autoritarismo.

Nesse contexto, em outubro desse mesmo ano, Lílian é convidada para fazer parte da Agrupação Nº 3 e disputar a direção do grupo. Segundo ela, pela falta de experiência que tinha, foi obra do acaso a escolha para assumir um papel de liderança no grêmio estudantil da escola. Obra do caso parece ser uma observação um pouco simplista, pois, sua trajetória demonstra que, na medida em que o país se transformava a jovem buscava participar politicamente. Frequentando o mesmo meio que militantes de esquerda, não parece ter sido obra do acaso que suas atuações tenham sido reconhecidas em algum momento. Tanto é que, no ano seguinte, passa a dirigir a Associação dos Estudantes. Este ano foi marcado por uma explosão nas matrículas para o curso de magistério, que teve grande presença de alunos homens que buscava, naquele contexto de crise econômica, uma carreira curta que garantisse oportunidades de trabalho. A procura por vagas foi tanta que Lílian se recorda que as salas viviam cheias e alguns alunos não tinham nem onde sentar. Esse foi um dos vários problemas que ela, ainda tão inexperiente, teve que enfrentar no comando do Grêmio Estudantil.

Um dos primeiros registros de seu ativismo político data de 1967, durante um protesto de estudantes na Praça da Liberdade, contra o vice-presidente dos Estados Unidos, Nelson Rockfeller, segundo Ramiro Reis (2012, p.67) “ela bradava em praça pública um fervoroso discurso contra a repressão, depois de ver uma colega sangrando após ter sido golpeada por um policial”. Lílian Celiberti recorda que o machucado nem era tão grave, e a polícia não usou mais do que cacetetes para conter a manifestação, era apenas um pequeno fio de sangue, mas causou tanta revolta e indignação falando com tamanha segurança que naquele dia muitas pessoas a tomaram como uma referência em liderança política e, a partir

desse evento Lílian passou a subir nos escalões da agrupação a qual pertencia.

Também é em 1967 que Lílian, por questões de classe, rompe com a Igreja Católica após um tempo de experiência em um espaço progressista chamado Paróquia Universitária. Segundo ela, nesse ponto, passa de um cristianismo anarquista para o anarquismo ao aceitar o convite do amigo Gustavo Insaurralde para integrar a Federação Anarquista Uruguai, quando inicia, segundo ela, sua militância política de fato¹⁰. Apesar de não se considerar comunista nem ser oriunda de uma família com orientação política de esquerda e, além disso, se afirmar como católica independente, Lílian afirma ter se envolvido com a FAU porque, apesar de o anarquismo e o cristianismo possuírem vertentes muito diferentes, ambos tinham uma semelhança importante que a atraía: o espírito de fraternidade. O anarquismo da FAU inspira-se até hoje dias de hoje nas ideais de coletividade do anarquista russo Mikhail Aleksandrovitch Bakunin. Mostra dessa importância foi a comemoração no dia 30 de maio deste ano, quando a Federação lembrou os duzentos anos do nascimento de Bakunin, promovendo debates e apresentação da edição especial de sua revista “Lucha Libertaria”.

Apesar de iniciar sua militância em uma organização anarquista, que possuía uma vertente que defendia a luta armada, Lílian recorda que não se sentia atraída por esta opção de confronto de guerrilha e dela nunca participou. Esse sentimento de pertencimento a luta política pela via da não violência, foi se desenvolvendo ao longo de sua trajetória estudantil. Com o tempo, assumiria essa postura de forma muito clara, mesmo existindo grupos assumidamente armados

¹⁰ Entrevista concedida à professora D^{ra} Cristina Scheibe Wolff em 28/03/2008.

como os Tupamaros, que haviam adquirido grande prestígio, Lílian diz ter sentido maior atração pelo que denomina de “militância de massas”, ou seja, as assembleias:

Nunca cheguei a fazer parte, a pesar de que fazia parte de uma organização que tinha tinha um aparato armado, na realidade, um aparato! E eles tinha uma decisão de enfrentamento. Mas, eu pessoalmente, não sentia vocação, não estava totalmente de acordo com essa opção, nem tão pouco tinha suficientes argumentações para me juntar a eles. Além disso, era jovem demais para ter tantas opiniões.¹¹

Na Federação Anarquista do Uruguai Lílian Celiberti desenvolveu-se como estudiosa e militante da esquerda atuando lado a lado com pessoas com mais de trinta anos de militância, como por exemplo, Raul Cariboni e Gerardo Gatti, dirigentes da Federação. Ambos foram torturados no temível Centro Clandestino de Detenção em Buenos Aires, onde funcionava a oficina mecânica Automotores Orletti. Lílian desempenhava na FAU, junto aos companheiros, atividade de planfetagem noturna pelos bairros de Montevidéu. Cariboni e Gatti integram a lista de uruguaios desaparecidos durante a ditadura até hoje. Conforme Celiberti, esses ícones de uma geração eram muito respeitados entre os jovens militantes, tratava-se de “uma relação muito particular que se deu no interior das organizações com outra geração mais adulta que havia sustentado a luta sindical e a luta política durante muitos anos e que ainda por cima se tornaram nossos mestres”.¹² Lílian recorda-se das caminhadas noturnas com Raul, professor

¹¹ Entrevista concedida à autora em 15/07/2013.

¹² Entrevista concedida à autora em 18/04/2013.

de história, militante experiente. No final das atividades, costumavam parar em algum bar para beber e debater ideias, onde a jovem afirma que ouvia mais do que falava, pois, era uma oportunidade de aprendizado. Ainda na FAU, Lílian é escolhida para compor uma comissão de formação de grupos, uma atividade, novamente, de responsabilidade de liderança. E novamente, fruto de seu engajamento político notório.

Em 1968, Lílian Celiberti tornou-se secretária geral do grêmio dos estudantes do magistério, composto em sua maioria por mulheres que se mobilizavam por melhorias na educação. Nesse ano, percebe-se um aumento na participação dos movimentos estudantis, ao passo que, cresce também o autoritarismo do governo. A perseguição e a tortura aos movimentos de oposição tornam-se evidentes e aparecem os primeiros casos de militantes mortos. Ainda nesse mesmo ano, iniciou suas atividades como militante política na Resistencia Obrero Estudantil que, tempos depois, integraria-se ao Partido por la Victoria del Pueblo.

Neste ano Lílian conhece Aníbal, um integrante do MLN-Tupamaros, com que tem o primeiro relacionamento amoroso. Poucos meses após o início do namoro, Aníbal é preso e interrogado, passando a agir na clandestinidade. Em junho, Lílian que ainda não tinha completado dezoito anos também é chamada para interrogatório, para esclarecer sobre atividades e companhias suspeitas. Apesar de persistir na falta de experiência e maturidade, Lílian demonstra ter tido certa facilidade naquela ocasião lidando bem com a pressão dos policiais. Devido ao turbilhão de acontecimentos daquele momento, Aníbal e Lílian, encontraram-se poucas vezes e em segredo. Celiberti lembra que nunca houve um fim exato do relacionamento e que logo em seguida conheceu Hugo Roberto Casariego Palumbo, com que se casaria meses depois e teria

dois filhos, Camilo que nasceu no Uruguai nos final dos anos de 1970 e Francesca, que nasceria no exílio na Itália em 1975.

O casamento era entendido como uma chave para a liberdade e independência dos pais. Uma transição necessária para a consolidação da maturidade. O casamento aconteceu em outubro de 1968 e houve uma modesta celebração familiar. No dia seguinte, o jovem casal militante já participava de uma reunião no grêmio estudantil.

Lílian e Hugo se conheceram no grêmio estudantil da Escola do Magistério. O rapaz havia ingressado durante a onda de matrículas que encheram as classes de homens em um lugar comumente dominado pelas moças. Hugo, segundo Celiberti, era um líder muito carismático, exercia muita sedução o modo como defendia seus argumentos durante as assembleias. De personalidades diferentes mas, de objetivos e lutas em comum, formou-se o casal. Pouco tempo depois Lílian ficou grávida de seu primeiro filho. Camilo nasceu saudável de uma gestação tranquila. Nesta época, a uruguaia tinha um emprego fixo trabalhando como professora em uma escola e tinha uma vida relativamente estável.

Celiberti lecionou até novembro de 1972, quando foi presa, depois, segundo ela, “até a recuperação democrática os destituídos não poderiam trabalhar no ensino público [...] assim, retornoi a minha atividade de professora somente me 1985, onde permaneci até 1990”¹³. A última escola que Lílian trabalhou chamava-se Escola Argentina e que depois passou a se chamar Escola Julio Castro, em homenagem a um professor desaparecido no auge da ditadura, em 1977.

Em outubro 1971 o casal Casariego-Celiberti foi preso por associação à subversão. Com o casal e os companheiros,

¹³ Entrevista concedida à autora em 11/02/2014.

havia sido encontrado material pertencente a Organización Popular Revolucionaria-33 Orientales, braço armado da Federação Anarquista do Uruguai (REIS, 2012, p.68). Hugo foi processado e permaneceu preso no na prisão de Punta Carretas até 1972. Lílian ficou presa por dois meses e não participou do pleito que levou à derrota da organizada esquerda da Frente Amplia diante do colorado Bordaberry. No início de 1972 Lílian é presa por três dias ao ser delatada pela vizinha de sua tia como comunista. E novamente em novembro de 1972.

Naquele momento, seu histórico de militância e sua associação a Hugo, a OPR-33 e a FAU, a tornava um sujeito da mais alta suspeição e por isso ficou retida, mesmo tendo o direito de ficar em liberdade, de setembro de 1973 até maio de 1974, por questão de segurança no âmbito das MPS. Nesse momento, quando Lílian vale-se de uma opção constitucional para deixar a prisão e partir para o exílio, o governo militar já era uma realidade definitiva no país. Naquela altura sindicato, imprensa e partidos estavam devidamente silenciados e o pequeno Camilo sofria com as constantes ausências dos pais.

Em 1973, no auge da consolidação do Golpe, Lílian havia sido transferida para o Hospital Militar para fazer alguns exames, pois, estava bastante debilitada tendo constantes quedas de pressão, desmaios, problemas estomacais e crises nervosas por conta do esgotamento físico e mental oriundo de uma greve de fome e de inúmeras atividades desempenhadas até então, como professora, mãe e militante. Durante a entrevista concedida a pesquisadora no hall do Hotel Everest, em uma manhã ensolarada de sábado, Lílian descreveu em poucas palavras os sentimentos ainda latentes que transbordavam de sua memória:

Terminei exausta! Foram três loucuras en un
ano de loucura. [...] Eu entrei em colapso,
porque apenas comia de manhã. Em 1971 fiz

um concurso e trabalhei como auxiliar em uma escola, em outra e depois outra e mais outra, etc. Em 1972 estive dois meses presa e quando saí prestei concurso. No ano seguinte fui chamada e escolhi uma escola que ficava muito longe de minha casa em Montevidéu, perdia uma hora e dez minutos indo de ônibus. Dormia poucas horas, trabalhava muito e ainda tinha que levar e buscar Camilo no Jardim de Infância. No fim do dia, tinha reuniões do partido. Chegou um momento em que a comida não era necessária. E eu passei a ter muitos desmaios por conta de quedas de pressão. Eu simplesmente estava andando e de repente, “póim”, eu desmaiava.

A partir daí decidiu procurar ajuda e tirou licença médica de um mês da escola. A licença coincidiu com a greve dos professores contra a proposta da Lei de Enseñanza do governo e, enquanto Lílian ainda se recuperava, voltou a ser presa. Com a saúde ainda bastante debilitada, foi aí então que precisou ser internada no Hospital Militar. Enquanto estava internada ouvia os soldados comentando do que acontecia nas ruas, principalmente sobre a greve geral. Na enfermaria do Hospital Militar, onde homens e mulheres eram tratados juntos, divididos apenas por lençóis, vigiados por soldados, a uruguaiã recorda que os militares ligavam os rádios no último volume, de propósito, dando conta da intervenção militar do Uruguai e também do Chile¹⁴.

Entre os jovens militantes que fizeram parte da trajetória de vida política de Lílian Celiberti, destacam-se alguns casos emblemáticos como Elena Quinteros, uruguaiã sequestrada na embaixada da Venezuela, em Montevidéu, enquanto pedia asilo aos gritos. Elena era amiga pessoal de

¹⁴ Entrevista concedida à autora em 15/07/2013.

Lílian desde os tempos de estudante e participou inclusive, da Missão Socio-Pedagógica no meio rural. Sara Mendes, uruguaiã, presa e torturada na Argentina, que foi separada de seu filho e que o reencontrou após vinte e cinco anos de busca. Universindo Rodrígues Díaz, falecido no dia 2 de setembro de 2012, sequestrado e torturado pela ditadura uruguaiã junto à Lílian e seus dois filhos. Hugo Casariego, com quem se casaria em 1968 e teria dois filhos, Camilo, nascido em Montevidéu e Francesca, nascida em Milão. Eram todos jovens gremialistas, que iniciavam em 1960, sua trajetória política.

Nesta mesma entrevista, Lílian Celiberti recordou que, nessa época, ela e seus companheiros se reuniam para discutir os textos de Ernesto “Che” Guevara, Mao Tse Tung, Jean-Paul Sartre, Bakunin, Ho Chi Minh, Lenin, Alberto Camus, Simone de Beauvoir, e ouvir a Declaração de Havana, conteúdos que traziam à tona acaloradas discussões regadas a muito vinho e pizza pelas madrugadas afora na casa de Elena Quinteros, desaparecida. Na pauta das reuniões dos jovens ativistas constavam ainda diversas questões como o existencialismo, as consequências da Revolução Espanhola, a Guerra do Vietnã e as lutas sindicais. A juventude de Lílian, como a de muitos amigos, tinha influência do rock internacional dos Beatles, Bob Dylan, Joan Baez. Apreciava também, músicas de protesto, Alfredo Zitarrosa, Daniel Viglietti. Do Brasil, a Bossa Nova, Maria Creuza. Admirava Che Guevara, Fidel Castro, Camilo Cienfuegos, Saco, Vanzetti, Albert Camus. No cinema Marcello Mastroianni, Ingmar Bergman. Além das leituras coletivas e da formação no magistério Lílian Celiberti se considera uma grande estudiosa, uma leitora livre, autodidata. Talvez por isso, preferiu seguir seus estudos sem obter para isso um diploma universitário, estudando e refletindo a partir de seus próprios interesses.

A formação política de Lílian deve, além dos jovens militantes e os militantes experientes dos partidos e organizações que integrou, à sua família. Lílian teve sempre de seu pai o incentivo à militância política, o que é interessante de se perceber, posto que se trata de uma sociedade machista da década de 1960, na qual duas meninas – Lílian e sua irmã Mirtha – recebiam do patriarca, a mesma orientação e incentivos políticos que seus irmãos, dentro e fora de casa. Esboçando nostalgia e tristeza ela recorda do pai, o senhor Homero Celiberti, já falecido, militante do Partido Nacional: “Ele sempre me defendeu, me levava para as assembleias e me dizia que eu tinha que fazer política, contudo, não acreditava que eu pudesse querer fazer política de esquerda. Mas, na realidade, ele sempre me incentivou a fazê-lo”.¹⁵

Apesar de crescer em uma família ligada à política tradicional, Celiberti aponta o quanto fundamental foi o estímulo à participação política que recebeu de seu pai e de seu avô. Desde criança acompanhava o pai, Homero Celiberti, nas assembleias, reuniões de comitê e campanhas eleitorais. Quando era já uma adolescente ouvia o insistente apelo do pai: “tens que te envolver, tens que te envolver”, e com um sorriso chega a lógica conclusão, “ora, acabei me envolvendo”¹⁶. Certamente seu Homero Celiberti esperava que a filha fosse seguir seus passos no Partido Blanco. Lílian, contudo, relembra no mesmo depoimento que apesar de tornar-se uma militante de esquerda, o pai, no fundo, sempre a apoiou:

Meu pai não entendia nesse momento, minhas opções políticas, não estava de acordo, então, tínhamos muitas discussões, mas, na realidade sempre foi uma família em que predominou a

¹⁵ Idem, ibdem.

¹⁶ Entrevista citada, concedida em 18/04/2013.

solidariedade, o vínculo, ou seja, meus pais sempre estiveram presentes quando precisei, ou seja, nesse sentido eu os valorizo enormemente porque sempre estiveram nos piores momentos, foram um grande pilar para a minha vida.

Ao ativar as lembranças de sua relação com o pai, Lílian tem um tom sereno em sua fala, outrora agitada e firme. Parece reagir à lembrança familiar como se as duas identidades – a da juventude e a da maturidade - se juntassem para acertar suas contas e esclarecer que tudo que viveu. As memórias passaram assim a reescrever o seu passado e dos entes queridos e suas reações a essa lembrança são como imagens vívidas de representações do passado, como se estivessem, por um instante, se tornado presente (MESTRE, 2004, p.36).

Lílian era a mais velha dos quatro filhos de seu Homero Celiberti e dona Lilia Rosas. Mirtha, um ano mais nova que Lílian, era militante do MLN-Tupamaros nos anos de 1970, após ser presa foi exilada, vivendo todo o período da ditadura uruguaia na Venezuela e na Itália. Ariel, falecido de câncer em janeiro deste ano, cinco anos mais jovem que Lílian, viveu toda a ditadura no Uruguai, serviu no exército mas não seguiu carreira e militava em organizações católicas de base contra a ditadura e em movimentos solidários. Álvaro, catorze anos mais jovem era um menino quando do golpe de estado no país, não foi militante e faleceu vítima de AIDS há pouco mais de dez anos, aos trinta e seis anos.¹⁷ Como a irmã Mirtha, Lílian viveria também as experiências da prisão e do exílio, a partir dos anos 1970.

Oriunda de uma família de classe média baixa, tinha no patriarca o líder e o mantenedor. O pai era o único que trabalhava fora enquanto a mãe cuidava da casa e dos filhos,

¹⁷ Entrevista concedida à autora em 21/12/2013.

Lílian e seus irmãos não deveriam trabalhar, somente estudar para que conquistassem algo na vida. Em certo momento Lílian lembra que sua mãe havia comprado uma máquina de costura e com ela conseguia algum dinheiro extra. A irmã Mirtha auxiliava a mãe apenas porque gostava do serviço de costura. Nesse tempo, era costume comprar a crédito dos vendedores “turcos” de artigos para a casa que vendiam seus produtos de porta em porta. Além desses produtos a mãe costumava também comprar tecidos com os quais confeccionava roupas que garantiam que as meninas estivessem na moda, sem necessitar pedir dinheiro ao pai. Lílian recorda que a mãe pedia sigilo sobre as compras que faziam para que o pai não descobrisse que faziam dívidas, pois, seria uma vergonha. Bem humorada afirma que nesse tempo “comprar a crédito era um descrédito”¹⁸.

O papel da mãe de Lílian está muito além das grandes responsabilidades domésticas que desempanhara. Ele é representativo das transformações por que passaram as pessoas que foram envolvidas pela conjuntura política da ditadura. Dona Lílian era uma dona de casa que cuidava de seus filhos e não demonstrava o menor interesse pela política. No entanto, entre tantos episódios de horror promovidos durante a escalada repressiva do *Pachecato*, Lílian recorda-se da reação instintivamente política que sua mãe teve. Entre 1972 e 1973, por exemplo, três moças, identificadas como integrantes do MLN, de vinte e poucos anos, invadiram seu apartamento e as assassinaram. Indignada com o ocorrido e sem se importar com o alerta dos outros, dona Lília fez questão de estar presente no enterro das três jovens. Vale ressaltar que, mesmo com o MLN praticamente dizimado em 1972, ainda era considerado muito

¹⁸ Entrevista concedida à autora em 05/04/2014.

perigoso ser suspeito de integrar o movimento dos *tupas*. Este episódio não foi um fato isolado. A ditadura uruguaia chegava cada vez mais perto da família Celiberti e exigia a participação da matriarca.

O cenário político e econômico do país transformou-se bruscamente em um espaço de tempo muito curto. Lílian tinha a sensação de viver em um país pacato em que nada de importante acontecia e em pouco tempo viu tudo sendo modificado muito rapidamente. As bruscas mudanças pessoais que Lílian atribui ao acaso, como a sua rápida ascensão a lideranças de organizações de esquerda são compatíveis com a conjuntura política que se vivia. Admitindo que, desde cedo possuía uma vocação para ajudar o próximo, um espírito coletivo, um desprendimento, que sempre cultivara a solidariedade, podemos perceber que o trajeto político que percorreu no período da ditadura não foi mera obra do acaso, mas fruto de uma “estrutura de sentimento” de época e de características pessoais que, unidas, a atraíram para a militância política. A conjuntura política modificava o país e transformava as pessoas. As “estruturas de sentimento” predominantes na narrativa das experiências de Lílian Cliberti invocam a presença de valorização do coletivo, de uma forte espírito de independência, de um desprendimento e da solidariedade, do protagonismo da juventude.

CAPÍTULO 2 AS DITADURAS DO CONE SUL: VIOLÊNCIA POLÍTICA, RESISTÊNCIA E COTIDIANO

“A experiência é o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca. Não o que se passa, não o que acontece, ou o que toca. A cada dia se passam muitas coisas, porém, ao mesmo tempo, quase nada nos acontece”. (Jorge Larrosa)

A Doutrina de Segurança Nacional (DSN) foi utilizada como a principal base ideológica das ditaduras militares e civil-militares da América Latina entre os anos de 1960 e 1980. O principal ponto da Doutrina tem relação com as disputas entre a União Soviética e os Estados Unidos no contexto de Guerra Fria. Os Estados Unidos alegavam que a influência do comunismo soviético subvertia os países e era necessário lutar contra essa situação. Na proposta de “guerra permanente” contra a “subversão” e em defesa de um “mundo livre”, a superpotência americana incumbiu aos países latino-americanos tarefas militares que os ajudariam na proteção de seus territórios. Entre as principais tarefas estava uma nova profissionalização das Forças Armadas, que deveriam estar preparados especificamente para a missão de combater a subversão. Para tal, era necessário subordinar o poder civil ao militar (PADRÓS, 2012).

A orientação e aplicação dos valores de disciplina, hierarquia e ordem eram essenciais na construção e manutenção de uma nação que deveria erigir-se sob os pilares do desenvolvimento e da segurança. Nessa lógica, o fator militar, foi inevitavelmente incorporado ao projeto de governo dos países do Cone Sul. No Uruguai, esse fator foi sendo incorporado, ainda que em pequena medida, já no breve

período de governo do General Gestido e com a deflagração e consolidação do Golpe, tornou-se política de Estado.

2.1 A DITADURA CIVIL-MILITAR NO URUGUAI: A CONSOLIDAÇÃO DO REGIME DE TERROR

A DSN foi o principal fundamento da política repressiva do Estado uruguaio durante o regime civil-militar. Pautada pela DSN, os militares agiam em nome da segurança nacional para justificar o terror como necessário no combate aos inimigos da nação. O historiador Enrique Padrós (2012) considerou que a DSN no Uruguai sintetizou cinco elementos fundamentais inspiradores de sua aplicação. Primeiramente, a ideia de “guerra psicológica” diante da necessidade de manipulação da sociedade civil, conceito inspirado na repressão colonial francesa nas guerras de independência da Argélia e da Indochina. O segundo elemento aponta para a ideia de que a instituição militar deveria conduzir a política do país e combater o inimigo interno (comunistas, marxistas, subversivos, terroristas), conceito inspirado na Espanha do general Franco unido ao catolicismo conservador. Um terceiro elemento seria a denúncia do avanço comunista e a necessidade de combatê-lo de forma radical e a crítica massiva à democracia liberal, ideais aplicados à DSN uruguaia inspirados na corrente nazifascista. O quarto elemento apresenta como inspiração a interpretação argentina e brasileira da DSN (caso do ideal de Tradição, Família e Prosperidade e dos métodos repressivos da Escola Superior de Guerra). Por fim, o quinto elemento trata da DSN em si, baseada na justificativa estadunidense da guerra permanente entre um “mundo comunista” e um “mundo livre”. O Uruguai tornaria-se um grande aliado da proposta do governo estadunidense

representado por Ronald Reagan em combater o “inimigo em comum”.

A implementação do projeto autoritário de governo no Uruguai é identificada na bibliografia por três momentos. O primeiro, trata da deflagração do autogolpe pelo próprio presidente civil Juan María Bordaberry com o apoio dos militares, da aplicação definitiva de medidas repressivas de saneamento das instituições com o intuito de colocar “a casa em ordem” e dos conflitos entre o presidente e os militares levando à derrocada desses. É ainda nesta fase que se consolida e se formaliza a aliança transnacional repressiva entre os países do Cone Sul no âmbito da chamada “Operação Condor”, buscando eliminar a resistência existente no exílio. O segundo momento caracteriza-se pela incorporação da nova ordem militar nas instituições e eliminação dos partidos políticos e a busca de apoio popular. A convocação de um Plebiscito em 1980 indica, ainda nesta fase, uma lenta abertura política. O terceiro momento marca o processo de redemocratização do país e o fracasso do projeto de transição da ditadura para um regime democrático tutelado. Além disso é fase de mobilizações e buscas pelos desaparecidos e esclarecimentos e punições dos crimes cometidos durante o período militar.

2.1.1 PRIMEIRA FASE: “PONER LA CASA EN ORDEN”

Sem um projeto claro para o novo governo, o período entre 1973 e 1976, que compreende desde a consolidação do autogolpe de Estado no Uruguai imposto pelo presidente Bordaberry até sua destituição pelos militares, foi marcado pela busca de “poner la casa en orden” (CAETANO; RILLA. Apud; PADRÓS 2005, p.377). O objetivo era consolidar o novo regime golpista através da imposição da ordem e da disciplina na sociedade. Para tal, os militares e o presidente civil valeram-

se de dois pilares fundamentais: a segurança e o desenvolvimento como único meio onde poderia erigir-se a nação. Por segurança, comprehende-se a eliminação dos “subversivos”, entendido aqui como qualquer opositor ao regime ou que tivesse colaborado de alguma forma para a subversão. Os critérios para a seleção de quem era escolhido inimigo da nação, contudo, nem sempre eram claros. Para tal ação de perseguição, o governo violou em vários momentos a própria Constituição, como por exemplo, ao ignorar o direito de greve e censurar as formas de expressão.

As Forças Armadas eram a base que sustentava o novo regime. Segundo Enrique Padrós (2005, p.376), o TDE aplicado de forma limitada durante o *Pachecato*, consolidava-se como política de Estado “sendo ampliadas e potencializadas de tal forma que se tornavam característica fundamental da ditadura de Segurança Nacional (SN) uruguaia”. Para Padrós, o Golpe no Uruguai fortaleceu a “linha dura” militar identificada como “brasileiros” devido à valorização e identificação com a ditadura brasileira e inspiração nas Forças Armadas desse país.

A historiadora María Ximena Martins (2004, p.6) chama atenção para a contradição no pilar desenvolvimentista, pois, o governo ditador não poderia pôr em prática esse projeto ao mesmo tempo em que condenava à prisão ou ao exílio, homens e mulheres “cuyos recursos intelectuais y morales son los más necesarios para el desarollo de un país”. A “limpeza e arrumação da casa” atingiram em cheio os setores educacionais. Durante a consolidação da repressão, segundo Martins, centenas de professores universitários foram demitidos e presos.

Após uma tentativa frustrada de cooptar membros das universidades para formar alianças e demonstrar respeito à autonomia universitária, buscando assim uma imagem favorável ao governo, o novo regime reagiu com ferocidade

decretando em 27 de setembro de 1973 a intervenção da Universidade (PADRÓS, 2005, p.379). Não só o ensino superior seria atingido pela onda repressiva de controle e descontaminação da educação mas também o ensino secundário e primário. Centenas de discentes, docentes e funcionários foram perseguidos, demitidos e presos. Muitos fugiram para outros países e outros foram obrigados a exilar-se. A ocupação militar nas instituições educacionais gerou grande perda na qualidade científica. A Lei de Ensino Nº 14.101 de janeiro de 1973 regulamentava as mudanças nos quadros e programas de ensino. O ensino primário, secundário e técnico passava a ser controlado e orientado pelo novo Conselho Nacional de Educação (CONAE).

O governo estenderia a operação de “saneamento” para além da esfera educacional. Na política, os partidos de esquerda continuavam ilegais e qualquer atividade política seria condenada ao silêncio. Com a derrocada da CNT, o governo impôs ainda uma nova relação com os trabalhadores e os empresários por intermédio da nova Regulamentação Sindical através do decreto lei nº 622/1973. O novo instrumento jurídico transformava o movimento sindical em um colaborador e aliado da nova política. Para atuar, os sindicatos eram obrigados a obter um Registro Nacional de Sindicatos (RNS) fornecido pelo Ministério do Trabalho e Seguridade Social. A concessão do RNS era proibida para o funcionalismo público, que ficou impedido de formalizar qualquer tipo de associação. A obtenção do registro dava-se a partir da declaração de diversas informações. Devido aos seus controversos critérios de obtenção a RNS não durou muito.

Como consequência deste controle sobre os diversos setores sociais, houve queda no poder aquisitivo da população, situação que se agravaria com o avanço da ditadura. Com o aumento do desemprego desencadeou-se uma crescente

pauperização de vários setores sociais. A queda no padrão de vida, contudo, não afetaria os grandes empresários nem o capital estrangeiro, que tiveram inclusive, seus lucros aumentados. O novo governo tinha como base esse desequilíbrio econômico estratégico. O país fomentou as exportações do setor agropecuário elevando as condições competitivas do setor. No geral, contudo, a economia ficou subordinada à economia estrangeira e houve aumento da dívida externa.

O período inicial da ditadura uruguaia também é marcado pela violenta perseguição aos elementos de oposição dentro e fora do país. A perseguição atravessaria as fronteiras do Uruguai para coibir e eliminar até o último suspiro de oposição. É marca deste período, o aumento das atividades de colaboração entre as ditaduras do Cone Sul. Em nome da segurança e do controle dos subversivos, alianças entre as ditaduras do Brasil, Chile, Argentina, Uruguai, Paraguai e Bolívia que já existiam, foram fortalecidas, permitindo, por exemplo, a caça aos comunistas uruguaios exilados na Argentina, com aval do governo deste país. Com o banimento de diversos partidos de esquerda, a resistência buscava sobreviver na clandestinidade, agindo desde o exílio. A comunidade de exilados uruguaios na Argentina já contava, neste momento, com integrantes do Partido Nacional como Ferreira Aldunate e da Frente Ampla, como os senadores Erro e Michelini em com vários integrantes do PVP. O mesmo aconteceu com integrantes da imprensa, os que não foram presos, foram expulsos do país sob ameaça de morte.

Controlando importantes setores que representavam foco provável de subversão – imprensa, educação, sindicatos, economia e partidos – a militarização do governo avançava atingindo e modificando as relações sociais. A ordem moral era imposta em nome de um bem comum, representado pela nação.

A forma de se vestir, de se portar, de falar estava enquadrada na lógica da disciplina militar e era vigiada de perto pelo governo. O empobrecimento cultural diante da censura que limitava a expressão artística também era visível. Segundo Goday (2007, p. 294):

Se lleva adelante un control a escala individual que busca atemorizar y neutralizar a la población. Se instala un Estado que ejerce prácticas totalizantes y desaparecedoras para enfrentarse a un conjunto diverso de sujetos que atenta contra el proyecto de Nación Oriental.

Mesmo com a oposição sob controle em 1973, as Forças Armadas insistiam na continuidade da repressão argumentando que era extremamente perigoso a sobrevivência desses movimentos clandestinos a partir do exílio. Assim, o inimigo continuaria a ser combatido e os militares justificavam a manutenção no poder. Nesse sentido, as Forças Armadas tornam-se as responsáveis pelo “Processo de Reorganização Nacional”. Nesse contexto de luta interminável, o aumento da população carcerária transformou-se em um sério problema (GODAY, 2007).

A Lei Orgânica Militar Nº 14.157, formalizada em 21 de fevereiro de 1974, explicitava o comando do governo nas mãos das Forças Armadas e consagrava a DSN. Os poderes, foram divididos em quatro instâncias que militarizaram o Estado e a Administração Pública. Vários funcionários foram substituídos por militares e, além disso, a integração de novos efetivos, antes possibilitada através de concurso público, passou a ser possível apenas por indicação de membros oficiais em uma tentativa de coibir o controle externo da instituição militar (PADRÓS, 2005).

As eleições também se enquadram no quesito necessidade de segurança e o cronograma existente foi suspenso. Até aquele momento, a população e importantes personalidades como os juristas Alberto Demichelli e Aparício Mendez ainda acreditavam que, mesmo com as ações de repressão justificadas pelo Golpe de Estado, que colocavam “ordem na casa”, o governo respeitaria o calendário que previa eleições para o ano de 1976. O próprio presidente Bordaberry tratou de responder à esses anseios afirmando que não haveria espaço para os partidos, nem para o pleito, somente para “a nação”.

Bordaberry propunha um governo de inspiração franquista, o que implicava no desaparecimento total dos partidos políticos, pois era segundo ele, os responsáveis pela fragmentação social e ausência de uma unidade nacional, o que não agradou aos militares, pois, estes afirmavam pretender realizar uma transição da ditadura para uma democracia tutelada, mas com a existência de partidos, sobretudo o Blanco e o Colorado, com quem mantinham relações de apoio de quadros civis. Os militares não queriam abrir mão desse apoio. Interessava a eles apenas a eliminação dos partidos responsáveis pela crise, quais sejam, os subversivos marxistas.

O presidente Bordaberry era grande admirador de Francisco Franco, o general que liderou o Golpe de Estado na Espanha que derrubou o governo republicano em 17 de julho de 1936 e que mergulhou o país em uma profunda guerra civil deixando um terrível saldo de quase meio milhão de mortos. Os militares nacionalistas venceram a guerra civil espanhola em 1939 e instauraram apartir de então a ditadura na Espanha que durou quase 40 anos. O presidente uruguaio propunha criar um Estado inspirado no falangismo espanhol e no fascismo e demonstrava pretensões de continuar uma atenta vigilância aos inimigos da nação. A democracia, sob qualquer forma, não

tinha espaço na proposta de Bordaberry.

Diante dos impasses, os militares teriam muitos desafios pela frente. Primeiramente precisavam se decidir por um projeto político efetivo, se optavam por uma abertura política ou pela efetivação do processo eleitoral e se decidiam pela continuidade ou não do apoio ao presidente Bordaberry. A postura do presidente amedrontava a população e a afastava cada vez mais do governo, o que contrariava a campanha militar de aproximação e busca por aceitação popular. A promoção de inúmeros eventos foi utilizada no ano de 1975 como importante elemento de busca pela união nacional, e representou apporte essencial na promoção de uma apropriação simbólica da História. Inúmeras festas e comemorações cívicas que marcavam os feitos e as glórias militares do passado, tal como a comemoração dos cento e cinquenta anos da declaração da independência do Uruguai com a declaração do Ano da Orientalidade, foram celebradas para forjar uma imagem positiva do país e de seu povo, contradizendo a realidade caótica de pobreza e violência que acumulavam histórias terríveis nos cárceres e centros de detenção e tortura.

Nesse sentido, a historiadora Martina Goday (2007) aponta que a Comisión Nacional de Educación Física (CNEF) assume um importante papel de protagonismo na ocupação e utilização dos espaços públicos, ao ser utilizada para promover uma série de eventos desportivos-militarizados que permitiram a participação e união popular em uma nova instância. Só em 1975 a CNEF promoveu 7 importantes eventos que reuniram milhares de estudantes. Entre eles, o Campeonato Nacional Interplazas de Deportes de Fútbol de Salón, o Festival Gimnástico-Atlético realizado no Estado Centenário, os Juegos Atléticos Deportivos Estudiantiles e o Campeonato Atlético Escolar Nacional. Em 1976, eventos como as Jornadas Docentes de Integración a nível Pre-escolar, o Campeonato

Atlético Escolar Nacional “250 años de la Ciudad de Montevideo”, o Festival de Multiactividad na comemoração dos 250 anos do Processo Fundacional de Montevideo, o Festival Nacional de Educación Física no Estadio Centenario, o Campeonato de Baby Fútbol e o Campeonato Nacional Interplazas de Deporte de Fútbol de Salón reuniu mais de 200 mil estudantes.

No interior do governo o clima era de tensão e disputa. O presidente Bordaberry defendia ainda, a radical proposta de eliminação da Constituição de 1967 e sua substituição por outra que se adaptasse melhor a realidade que o Uruguai vivia. Sem acenar para quais tópicos seriam levados em consideração na elaboração das novas regras civis, a proposta de Bordaberry causou alvoroço dentro e fora do governo. Enrique Padrós (2005) assinala outros fatores que desgastaram a relação entre o presidente civil e os militares levando a ruir em definitivo a relação de apoio entre eles. Bordaberry que buscava reestabelecer alianças com as oligarquias tradicionais e os setores mais conservadores questionaria a participação das Forças Armadas (FFAA) nas questões políticas e defenderia uma maior centralidade do poder. Para o presidente, as FFAA deveriam concentrar-se apenas, e na não menos importante, tarefa de defesa da nação. Essa postura conflitava com o que os militares pensavam. Para eles, era vital sua participação no Executivo.

Ambos os lados, estavam, claramente, medindo forças. As graves divergências dentro do governo acarretaram uma espécie de “golpe dentro do golpe” quando o presidente Juan María Bordaberry é deposto pelos militares - os mesmos que o haviam colocado no poder - em 29 de junho de 1976. O regime de governo iniciado por Bordaberry duraria mais tempo que o seu próprio governo. Afastado da vida política, Bordaberry seguiu com o trabalho de empresário rural. A Lei de Anistia

que perdoou em 1989 os crimes cometidos pelos militares durante a ditadura, não previa àqueles cometidos no exterior, caso de Bordaberry. Em 2006, quando o governo uruguai reabriu os casos de crimes cometidos durante a ditadura, o ex-presidente Bordaberry, de idade já avançada, foi preso e julgado a trinta anos de cadeia (pena máxima no país), por crimes de lesa-humanidade. Faleceu em 2011 enquanto cumpria prisão domiciliar, benefício concedido por alegar problemas de saúde. Por ter violado a Constituição, foi enterrado sem honras militares.

O modelo político do ex-presidente Juan María Bordaberry inspirou o neologismo “bordaberrização” utilizado nas ciências políticas para se referir à política internacional. O termo refere-se a um presidente civil que é manipulado como um fantoche por militares – os reais donos do poder – e que transformam uma democracia em uma ditadura encoberta, com aparência civil. O próprio presidente civil Alberto Demicheli, que substitui Bodaberry, seria um “bordaberrizado”, assim como, seu sucessor, Aparício Méndez.

2.1.2 SEGUNDA FASE: A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO NOVO REGIME

De 1976 a 1980 se consolida a política do Golpe. Com o presidente Bordaberry afastado do poder, as Forças Armadas acreditariam que, eliminando, mesmo que de forma temporária, a influência dos partidos políticos, o projeto de governo conseguiria a legitimidade do povo, mediante o voto popular restaurado em 1981.

Os militares substituíram Bordaberry pelo advogado, membro do Partido Colorado, Pedro Alberto Demicheli Lizaso, que era também, naquele momento, o Presidente do Conselho de Estado. Demicheli, ocupou a presidência por apenas oitenta

dias (de 12 de junho a 1º de setembro de 1976). No entanto, teve participação em decisões importantes ao firmar os primeiros Atos Institucionais. O primeiro deles suspenderia as eleições gerais, no segundo, o Poder Legislativo ficava subordinado às Forças Armadas. Com o terceiro, criou-se o Conselho da Nação, composto pelo Conselho de Estado e pela Junta de Oficiais Generais das Três Armas. A Junta seria responsável por indicar os nomes dos próximos presidentes.

Pouco tempo depois, surge uma divergência entre os militares e o presidente. Demicheli recusou-se a assinar o Ato Institucional Nº 4 que bania os partidos políticos que atuavam nos últimos anos e, por esse motivo foi substituído pelo também advogado, professor de Direito e membro do Partido Blanco, Aparício Mendez Manfredini, que ocuparia a presidência até setembro de 1981. Segundo Enrique Padrós (2005), o AI Nº 4 “excluía da vida política do país, por um prazo de quinze anos, cerca de 15 mil cidadãos”. O Ato Institucional Nº 7 destituiria ainda, milhares de funcionários públicos.

No plano estrutural, foi criada a Escola Superior de Segurança e Defesa Nacional, que, inspirada no modelo brasileiro da Escola Superior de Guerra, tinha por missão capacitar oficiais e civis para enfrentar os problemas do desenvolvimento nacional, ou seja, visava formar uma elite civil-militar para administração, conforme o pilar da segurança e do desenvolvimento (PADRÓS, 2012).

A partir de 1978 há um pequeno sinal de abertura política com a proposta de um Plebiscito em 1980 - decidido no Conclave de Santa Teresa em agosto de 1977 - que propôs a consulta popular de um projeto de reforma constitucional. No tocante à eleição do presidente, o projeto consistia, na escolha de um único candidato previamente escolhido pelos militares e que o pleito se daria em 1981. Segundo Alvarez (2004, p.6), o

projeto continha elementos da política tradicional e da Doutrina de Segurança Nacional. Apesar de apresentar um suspiro democrático demonstrado com a nova proposta que considerava a opinião popular, ignorada desde o Golpe de Estado em 1973, a repressão seguia sendo utilizada ao passo que os direitos humanos eram cada vez menos respeitados. Apesar do apelo e repercussão que a campanha para o Plebiscito movimentou, os resultados não foram favoráveis, 57,2% dos uruguaios disseram “no” à nova Constituição. No texto do anteprojeto da nova Constituição, o presidente Aparício Mendez buscava consolidar na lei, o que já acontecia “na marra”. Mantinha as Medidas Prontas de Seguridad e criava novos “estados de emergência”, ‘estado de guerra’ e ‘estado de subversão’, que na prática, poderia ser qualquer ato que, de acordo com a interpretação do governo, ameaçasse a vida, a liberdade e a segurança da nação. Ou seja, a subversão “podia ser tudo e qualquer coisa” (CUNHA, 2009).

2.1.3 TERCEIRA FASE: TEMPOS DE NEGOCIAÇÃO E TRANSIÇÃO POLÍTICA

Sem dúvida as Forças Armadas foram surpreendidas pelo resultado do Plebiscito. Em tempos de limitada liberdade de expressão, os militares estavam seguros de que a população aceitaria sua proposta por bem ou por mal, por medo ou pela simpatia da propaganda de uma nação unida. De qualquer forma, o fato de não considerarem o resultado negativo representou grande impacto no interior da cúpula do governo. Aumentar a repressão parecia uma saída demasiado problemática, insustentável. A negociação parecia ser a saída mais sensata, principalmente, pensando em relação a nova administração Carter, que assumia o governo dos Estados

Unidos apartir de 1976 e posicionava-se em defesa dos direitos humanos.

Com o fracasso da proposta constitucional de 1980 se produz uma nova etapa da ditadura no Uruguai. A partir de 1981 os militares continuaram o regime sem uma figura “bordaberrizada” ao designar o primeiro militar da ditadura à presidência, o general Gregorio Conrado Álvarez Armelino. O governo do general Álvarez não conseguiu apresentar avanços na economia. As ditaduras latino-americanas desmoronavam diante da pressão internacional. Diante desse cenário o governo do Uruguai propôs um cronograma que previa a reabertura política. O governo delineia então, as bases da abertura democrática, como os acordos entre os partidos (menos a Frente Amplia, que permanece banida até 1984, quando do Pacto del Club Naval).

2.2 MEMÓRIAS DO EXÍLIO: A EXPERIÊNCIA POLÍTICA DE LÍLIAN CELIBERTI NA ITÁLIA

O modo como se conduzia a resistência organizada no exílio na Europa era muito distinto daquele outrora conduzido no Uruguai antes do Golpe de Estado. No exílio, não havia o cotidiano da militância, tampouco interação frequente entre os companheiros. Além disso, nesse momento, todos estavam muito abalados emocionalmente com os testemunhos que chegavam do Uruguai e da Argentina. Essa “estrutura de sentimentos” que caracterizou uma rede solidária entre os companheiros que viviam a maior parte do tempo sozinhos, isolados, afastados de seu país, de sua família, de seus lares, formava uma relação precária de apoio, de ajuda mútua para sobreviver emocionalmente ante os relatos e as experiências de tortura.

Em maio de 1974, os pais de Lílian Celiberti trataram dos trâmites de sua saída do país. Aos militares coube definir a data da partida, emitir um passaporte, definir a data da viagem, permitir um encontro de uma hora para a despedida de seu Homero e dona Lília com a filha, o genro e o neto e vigiar até o último minuto, para que os três – Lílian, Hugo e Camilo – não tentassem fugir. Da prisão, foi direto para o exílio. Lílian se recorda com amargura do momento em que, privada de sua liberdade, teve de deixar o país:

Nunca saí na rua, nunca recuperei a liberdade. Colocaram-me da prisão direto em um barco e me mandaram para a Itália. Ou seja, me expulsaram! Eu estive nessas condições desde que saí em liberdade, que foi em setembro do ano de 1973 e até que fui embora em maio de 1974. Ou seja, nunca me deram a liberdade para sair, ir a minha casa. Simplesmente me levaram a um prédio da polícia e fizeram os passaportes. A própria polícia! E depois disso me levaram ao navio, onde fui com meu marido e meu filho de três anos, rumo à Itália.¹⁹

Como única saída para livrar-se da prisão do Uruguai, Lílian foi obrigada a sair do país. Com sua família, pediu asilo na Itália, onde já vivia em condição semelhante, sua irmã e seu cunhado. Mirtha, militante do MLN-Tupamaros, havia sido presa meses antes quando, com a ajuda do sogro, cidadão italiano, foi abrigar-se em Genova.

A longa viagem até a Europa proporcionou o reestabelecimento dos laços na família Celiberti-Casariego, separados havia dois anos. Questionada sobre qual era sua principal lembrança daquela longa viagem - quarenta anos

¹⁹ Entrevista concedida à autora em 15/07/2013.

depois - Lílian respondeu que houve muitos momentos alegres, com festas, bailes, passeios e cinemas, mas a que mais se recorda foi o dia do desfile em comemoração a passagem pela linha do Equador, um costume comum nos cruzeiros turísticos, em que o menino Camilo desfilou vestido de índio. O pequeno Camilo fora fotografado feliz, desfilando sua inocência e ignorando os motivos daquela viagem. O registro fotográfico acabou ficando com o futuro ex-marido Hugo Casariego, na Itália, mas o sentimento em relação àquela lembrança da alegria do filho, Lílian a guardou consigo. Naquele momento, a uruguaia não só retomava a relação com o filho mas também com o marido, que também estava preso, essa era sem dúvida uma viagem muito particular. Na viagem, Lílian conheceu uma chilena, que já não recorda o nome, que estava sendo mandada para o exílio na França e tinha um filho da mesma idade que Camilo. Elas passaram muito tempo juntas com as crianças.

Os sentimentos se misturavam. A revolta por ter sido expulsa do próprio país era sentida ao mesmo tempo em que lembra como se alegrava de poder voltar a conviver com o filho e o marido. Foram dezessete dias a bordo do Vapor *Augustus* em que a família vivia um momento de transição, de construção de um convívio tranquilo, situação que não viviam há muito tempo. Ali, sem se preocupar com absolutamente nada, não havia perigo de prisão, nem de eles se afastarem novamente. Todos os dias passeavam pelo enorme navio, iam ao cinema e faziam novos amigos. Pareciam estar vivendo em um sonho, em outro tempo.

A tranquilidade da viagem, contudo, contrastava com o comportamento do pequeno Camilo. O menino, tão pequenino, que já havia sido afastado dos pais várias vezes, expressava uma inquietação que espantava a todos à bordo, vivia correndo e caindo e muitas vezes se machucava. A inquietação emocional do menino, refletia a de tantos lares latino-

americanos em que pais e filhos eram privados de conviver ou de viver de forma tranquila, pois faziam parte de uma geração engajada politicamente e que assumia os riscos de um duplo e complexo papel de lutar por uma causa e, ao mesmo tempo, terem de abandonar seus lares. Camilo chamou a atenção inclusive do comandante que chamou certo dia os pais, Hugo e Lílian, para questionar se havia algo de errado com a embarcação que estava prejudicando a criança, que passava boa parte de seu tempo na enfermaria. Dos três anos e meio de vida, Camilo havia convivido apenas pouco mais de um ano com a mãe e com o pai. Na maior parte do tempo, vivia na companhia dos avós maternos. Algumas vezes, o menino ia com os avós à prisão visitar os pais, mas, não havia uma regularidade nas visitas. Às vezes, passavam mais de um mês sem se ver. Diante disso, é compreensível que Lílian atribuía o momento da partida para o exílio como algo maravilhoso e gratificante, como se fossem duas semanas de férias e não como o único meio que tinha de viver longe da prisão.

Na Itália, a irmã Mirtha foi quem recorreu aos sindicatos e pessoas solidárias para que ajudassem Lílian e sua família assim que chegasse a Milão, o que aconteceu em junho de 1974. O navio aportou em Gênova e de lá tomaram um trem até Milão, onde já haviam pessoas esperando pelos três. A família ficou cerca de um mês em uma casa emprestada, onde viviam outras pessoas de sindicatos e organizações em defesa dos direitos humanos. Além disso, tiveram o amparo de uma assistente social, que acabou se tornando grande amiga de Lílian Celiberti, que não cita o nome em suas entrevistas. Diante do desgaste de uma viagem de navio de dezessete dias, com um menino pequeno para cuidar e recém saída da prisão, uma das experiências que mais marcou a trajetória de Lílian, segundo ela, no entanto, foi a solidariedade surgida dessa experiência. Longe dos pais, expulsa de sua pátria e sem

dinheiro, Lílian, Hugo e o menino Camilo foram amparados por uma rede de pessoas solidárias até que conseguissem trabalho e pudessem se estabelecer na Itália.²⁰

Esse primeiro ano e meio em que Celiberti viveu na Europa, foi basicamente dedicado a cuidar da família, foram momentos muito delicados. Aquele sonho da viagem marítima parecia dissipar-se rapidamente como uma nuvem. Afastada da vida política, em 6 de agosto de 1975 Lílian deu a luz à menina Francesca. Lílian afirma que nesse momento desejava ter outro filho, estava feliz com a maternidade e se sentia segura e feliz na Itália. A gravidez teve acompanhamento pré-natal em Milão através do serviço de saúde. Francesca nasceu muito abaixo do peso e o hospital de Milão sofria naquele momento uma epidemia de Salmonela, era verão na Europa e a menina precisou ficar internada por cerca de dois meses. Ao sair do hospital, pesava pouco mais de dois quilos. Mas ganhou peso e saúde rapidamente. Nesse mesmo ano, Camilo sofreu uma queda e fraturou o fêmur, ficando um mês internado. Pouco tempo depois, Camilo que tinha apenas cinco anos, contraiu meningite.

Enquanto lutava para vencer a doença do filho mais velho, a uruguaia percebeu que não encontrava no marido apoio suficiente. Extremamente abalado com a possibilidade da morte do filho, ele repetia constantemente “se meu filho morrer, eu me mato”²¹. Hugo apresentava sinais de depressão, foram momentos bastante difíceis, pois, somada a essa situação, começava a chegar notícias de companheiros mortos ou desaparecidos na comunidade de uruguaios na Argentina. Para Lílian, “foi um golpe muito difícil, porque eram as pessoas com quem começamos a militar, com 17 anos, 16 anos.

²⁰ Entrevista concedida à autora em 15/07/2013.

²¹ Entrevista concedida à autora em 15/07/2013.

E era toda uma geração. E muitos eram companheiros de nossos grupos”²².

Vivendo um turbilhão de sentimentos, a jovem mãe se afastava do filho doente apenas para tomar banho. Diante da fragilidade do marido que passava por uma profunda crise depressiva e da sobrecarga que recaía sobre si, ela começava a refletir que não havia sentido em um casamento se o casal não se apoiasse nos momentos de angústia e dor. Diante da crise familiar, Lílian sentia que ela era o equilíbrio da casa, e novamente atribuía para si um papel de líder frente à situação familiar, frente aos filhos e desse homem completamente abalado pela situação que viviam. Nesse período, chegou à Itália um casal de uruguaios que haviam saído da Argentina devido a perseguição que sofriam. Prontamente Lílian ofereceu sua casa para que pudessem se estabelecer no exílio e estes retribuíram cuidando de Francesca, possibilitando Lílian de ir cuidar de Camilo que estava internado no hospital.

Um ano mais tarde – com Camilo já curado da meningite – Lílian Celiberti decidiu se separar de Hugo. Nessa época, seu Homero Celiberti havia se aposentado e recebido uma generosa pensão. Com o dinheiro, decidiu viajar com dona Lília e seu filho mais novo, para a Itália para encontrar as filhas. O pai ficou quase cinco meses na casa de Lílian e a mãe e o irmão permaneceram ainda por mais cinco meses. Nesse momento, Lílian deixou as crianças e Hugo com os pais e viajou para Montevidéu, onde permaneceu de forma clandestina por quinze dias. Sobre esse momento, a uruguaia considera a decisão de viajar e de se separar, como um momento de crescimento pessoal, “se faço tudo sozinha, então estou sozinha. Então fui construindo minha autonomia, mas sem uma reflexão, digamos, feminista. [...] foi nesse período

²² Entrevista concedida à Roselane Neckel em 28/03/2008.

que eu diria que ocorreu a construção dessa jovem... em 76... 77 na verdade, quando me separei definitivamente”²³. Sem dúvida, as experiências políticas e pessoais de Lílian nesse período a identificam como uma mulher de luta e possibilitam compreender a sua transformação, ao longo do tempo, em uma militante feminista engajada.

Segundo a reflexão de uma obra coletiva sobre memórias de mulheres no exílio, organizada por Albertina de Oliveira Costa (1980, p.20-21) nos períodos finais do regime militar, portanto, no calor das experiências vividas, existiram mulheres exiladas de vários tipos, e esses tipos estavam diretamente relacionados com a maneira com que cada uma lidou com a situação, desta forma:

Houve diferentes graus de recusa/aceitação, diferentes capacidades ou possibilidades de viver em certas condições, diferenças nos modos como as vidas foram afetadas. Atitudes de rejeição e de resistência – de quem ficou e de quem saiu – foram também muito mais diversificadas do que aquelas que aparecem socialmente, publicamente, como as óbvias.

Enquanto Lílian enfrentava uma crise pessoal com a doença do filho e a depressão do marido, o Uruguai vivia a crise do endurecimento e consolidação do regime militar ao afastar o civil Bordaberry, e, a resistência uruguaia, sofria dura perseguição no exílio na Argentina. Muitos militantes da esquerda haviam sido presos, mortos ou exilados. A sobrevivência das organizações dependia de escassa comunicação. Enquanto Lílian estava na Itália – inclusive, era a única de seu partido a viver em Milão – outros companheiros

²³ Entrevista concedida à autora em 15/07/2013.

se encontravam exilados em diferentes cidades da Europa. No exílio, sentiam-se mais seguros.

Após organizar a vida em Milão e com o agravamento da situação dos companheiros que viviam na comunidade uruguaia na Argentina, Lílian retomaria suas atividades políticas em 1976 colaborando com informações sobre a tortura no Uruguai e buscando informações sobre as detenções e os desaparecimentos, na sede da Comissão dos Direitos Humanos da ONU. Nessa época, o líder do PVP, Hugo Cores, havia saído da prisão na Argentina e iniciado as mobilizações na Europa. A partir de junho desse ano, Lílian e os companheiros se encontravam de quinze em quinze dias em Paris e compartilhavam notícias e informações sobre o que acontecia no Uruguai e com seus companheiros. Esses eram momentos bastante delicados, pois, os relatos da tortura sofridas nos Centros de Detenção na Argentina eram muito chocantes.

Para sobreviver na Itália, Lílian trabalhou como cuidadora de crianças, mas sem registro, e tinha que renovar a cada três meses um visto temporário. Naquele momento não havia leis que legalizassem os exilados. Sua irmã Mirtha, não tinha esse problema, pois, casada com um italiano, possuía cidadania italiana e vivia portanto, de forma legal no país. De origem italiana, Lílian buscara também – muito tempo depois – esse direito. Tempos depois, Celiberti abandonou o emprego de babá e passou a trabalhar em uma biblioteca de um convento, de responsabilidade de um padre de orientação de esquerda, que ficava ao lado do hospital onde Camilo ficara internado para tratar da meningite. O padre inicialmente ofereceu um pouso para que a jovem, que naquele momento vivia visivelmente esgotada pelo acúmulo de tarefas, pudesse descansar, dormir, comer e tomar um banho e tempos depois lhe ofereceu o trabalho. Ali, em meio aos livros, mesmo que

muitos deles estavam escritos em latim, cuja língua não dominava, lembra que sentia-se feliz.

Porém, novamente, ao reproduzir aos memórias das experiências em que acumulou sobre si inúmeras atividades que desempenhava como mãe, dona de casa e militante posiciona-se como esgotada física e emocionalmente, mas que, não havia outra forma de ser. Admite enfim que este era o papel que ela mesma teria atribuído para si, e não via naquele momento outra forma de ser. O trabalho na biblioteca começava às nove horas da manhã e terminava às cinco da tarde. Antes e depois do trabalho, era ela quem levava e buscava Francesca no Jardim de Infância e Camilo na escola. O filho mais velho, praticava aulas de natação após a escola, e também era a mãe que o acompanhava nessa atividade semanal. Quando voltava para casa no fim do dia, ainda tinha que cumprir os trabalhos domésticos e da militância, que retomava aos poucos:

Nesse momento estávamos todos muito chocados pelos testemunhos que nos chegavam sobre os companheiros que desapareciam. Estamos falando do ano de 1975 e 1976, toda a repressão na Argentina, era um momento emocionalmente dos mais destrutivos porque eu recordo que ia dormir, e ao tocar o telefone, pensava: Quem teria sido capturado? Quem teria desaparecido? Quem seria dessa vez? E toda essa emoção era muito impressionante! As notícias da tortura eram impressionantes. Não poderíamos acreditar no que estava acontecendo no Uruguai²⁴.

²⁴ Entrevista concedida à autora em 15/07/2013.

Celiberti chegou a assumir um papel de liderança na organização do PVP no exílio, única mulher que desempenhou essa função. Segundo ela, houve um consenso entre o grupo para elegê-la representante. Uma das razões para tal, teria sido o equilíbrio emocional que afirma ter demonstrado, diante dos tantos desaparecimentos de companheiros. Fazia parte da estratégia do grupo assumir a liderança para sustentar a estrutura do partido e para dar apoio e ânimo e obter iniciativas políticas na luta contra a ditadura. Pessoas como Hugo Cores, por exemplo, que estava exilado na França era, para Lílian, como uma “maquina de generar ideas” para mobilizar pessoas em campanha para localizar desaparecidos. Esse era então, o papel principal das lideranças assumidas no PVP e indicadas pelo grupo no exílio. Lílian afirma que ter assumido esse papel trazia tranquilidade.

Diante do fracasso da atuação do partido na Argentina e da dispersão devido a repressão do governo, em 1977 os membros do PVP se reuniram em uma Conferência em Paris para decidir os rumos e ações do partido a partir dali. Entre as principais decisões tomadas seriam o retorno da atuação política nos países do Cone Sul. Diante do cenário de abertura política que despontava no Brasil, o país foi escolhido como base para as ações dos militantes. Os primeiros integrantes chegaram de forma clandestina e buscavam viver dentro de uma aparente legalidade, sem despertar suspeitas.

O casal Hugo-Lílian já não vivia como marido e mulher há algum tempo, mas, naquelas condições de exilados na Europa, vivendo com os filhos praticamente de favor na casa que alugavam de um amigo de Hugo Cores, Lílian afirma que não tinha condições de sair de casa e pagar aluguel sozinha, para morar com as crianças. Então, a separação foi acontecendo aos poucos, como um processo. A ida para Montevidéu fora pensada também no sentido de fazer com que

a mãe de Lílian preparasse Hugo, com o qual tinha boa relação, para entender e aceitar a separação. A decisão de Lílian de ir para o Brasil foi impulsionada por razões pessoais e políticas. A deterioração do casamento era nítida e Lílian desejava todos os dias se afastar daquela situação.

Quando surgiu a oportunidade de partir na missão para o Brasil, a uruguaia se ofereceu prontamente, vendo ali a oportunidade para se separar do marido e ao mesmo tempo poder desempenhar um papel político mais significativo. Apesar da resistência de alguns companheiros do PVP, que acreditavam que Lílian estava arriscando a segurança dos próprios filhos, uma vez que Lílian pretendia buscá-los mais tarde, mesmo assim, dada como desequilibrada por companheiras bastante próximas a ela, decidiu partir. É interessante perceber, que, nesse momento em que a resistência buscava, com muita dificuldade, se reorganizar no exílio e que carecia de representantes com características de liderança, Lílian foi hostilizada pelo próprio grupo por sua condição de mãe.

O exílio para Celiberti representou um momento de importantes mudanças pessoais, que trouxeram para si, amadurecimento, autonomia e independência. Aprendeu italiano, conheceu muitos lugares e pessoas e teve seu primeiro contato com o movimento feminista organizado. Quando chegou na Itália, estava acontecendo um referendo sobre o divórcio e sobre aborto. Esse novo cenário político contribuiu para que Lílian tivesse contato, mesmo que de forma superficial, com suas primeiras reflexões feministas. O feminismo naquele país já tinha uma expressão enorme com movimentos bastante organizados. Celiberti chegou a participar de uma reunião de um grupo feminista com uma amiga, mas naquele momento afirma que tinha outras preocupações

políticas. Não se sentia atraída por essa luta, pelo menos, diretamente.

2.3 A CONEXÃO REPRESSIVA ENTRE OS PAÍSES DO CONE SUL: O “SISTEMA” CONDOR

Embora não haja dúvidas sobre a existência do estabelecimento de alianças entre os regimes militares dos países do Cone Sul que buscavam coordenar ações repressivas aos opositores das ditaduras instaladas na região, há ainda amplo debate historiográfico em torno da existência formal dessa coalizão de forças, como um operativo oficializado sob o nome de “Operação Condor”, com data e local de início. O professor Martín Almada, por exemplo, que recebeu o Prêmio Nobel Alternativo em 2002, descobriu em 1992, no Paraguai, um impressionante volume de evidências documentais denominado de “Arquivo do Terror”. Para Almada, o conjunto documental continha registros de movimentos de prisioneiros, correspondências entre as forças de segurança chilena, boliviana, argentina, uruguaia, brasileira e estadunidense, antecedentes de milhares de prisioneiros paraguaios e estrangeiros, entre eles, muitos desaparecidos que levam a crer que a “Operação Condor” não só existiu de fato, como tinha data e local de nascimento, Santiago do Chile, 26 de novembro de 1975. Na ocasião, representantes das forças de segurança das ditaduras do Cone Sul reuniram-se durante uma semana na capital chilena, a convite do general Augusto Pinochet, que, pretendia apresentar um plano para dizimar os comunistas de seus territórios. A reunião, teria sido conduzida pelo braço direito do general chileno, o coronel Manuel Contreras, o poderoso chefe da Direção de Inteligência Nacional (MARCOLINI, ANO VIII).

O historiador uruguai Enrique Serra Padrós (2012, p.113-114), autor de vasto estudo sobre a ditadura uruguai defende a existência e formalização da “Operação Condor” e afirma que sua prática foi resultado da potencialização do Terror de Estado já aplicado no interior dos países. Segundo Padrós, esse processo transformou a atuação terrorista dos governos “em uma inédita rede de atividades de cooperação entre os aparatos repressivos regionais, com o intuito de trocar informações e experiências, de organizar operações conjuntas contra alvos escolhidos e de sistematizar um grande arquivo de informação”. Padrós alerta que, apesar da formalização dessa prática ter ocorrido em novembro de 1975, mesmo ano em que se reorganizava a esquerda uruguai na Argentina em nome do PVP, houve inúmeras atividades de colaboração entre os governos ditadores do Cone Sul já desde o início dos anos 1960 e que essas ações também continuariam após a queda dos regimes militares a partir de 1985.

O historiador Ramiro Reis (2012), que possui amplo estudo sobre o caso do “sequestro dos uruguaios” também defende a existência do pacto formal transnacional denominado “Operação Condor” a partir de 1975. Para Reis, a “Operação Condor” existiu de fato e possui características específicas, podendo ser, inclusive, analisadas em três fases: a primeira seria o esquema previsto de troca de informações por parte dos serviços de inteligência de cada país a partir de intensa espionagem à comunidades de exilados; a segunda seria sequestrar, torturar e levar de volta aos seus países os presos políticos de cada país, para depois e, na maioria das vezes, assassiná-los e desaparecer com seus corpos, fase restrita à América Latina, sobretudo na Argentina; a terceira fase seguia a mesma lógica da segunda, adicionando as áreas de atuação dos Estados Unidos e Europa Ocidental. Nessa divisão constam os documentos do FBI de setembro de 1976. Quando o ditador

chileno foi preso em Londres, em 1998, muitas informações sobre o período de formação e atuação da “Operação Condor” vieram à tona. Os documentos revelavam ainda um maior envolvimento do governo dos Estados Unidos. Dessa forma, Reis concluiu que não só a “Operação Condor” existiu de fato, como o sequestro de Lílian Celiberti, Universindo e as crianças, seria resultado típico da atuação do operativo coordenado entre os países do Cone Sul, nesse caso entre Uruguai e Brasil, na segunda fase:

A Operação Condor unificou a perseguição política transfronteiriça de maneira coordenada, deixando de lado, inclusive, históricas rivalidades regionais, no intuito de assegurar e conservar os interesses de setores dominantes em cada país e eliminar as tentativas de organização da resistência desde o exílio (2012, p.40).

Em suas pesquisas, Reis (2012, p.41) aponta para a localização recente de documentos pela pesquisadora McScherry que demonstram a origem da formalização da clandestina “Operação Condor” em 1974, durante o Primeiro Seminário de Polícia sobre a luta anti-subversiva, realizada em fevereiro daquele ano, em Buenos Aires, na Argentina, e que reuniu representantes da área de segurança dos países que integrariam em 1975 a Operação, com exceção do Brasil. Para ele, o marco oficial do início da Condor é o mesmo apontado pelo professor Martín Almada.

O renomado jornalista e pesquisador estadunidense John Dinges, que trabalhou como correspondente no Chile do jornal Washington Post, entre 1972 e 1978, foi um dos primeiros a defender a existência formal da Operação como um plano secreto elaborado pelo general chileno Augusto Pinochet.

Dinges dedica-se desde então, à pesquisa sobre as ditaduras latino-americanas e tornou-se uma das principais referências sobre o assunto. O jornalista defende a existência formal do “Operativo Condor” a partir dos documentos a que teve acesso durante o governo de Bill Clinton, nos Estados Unidos (1993-2001). Conforme Reis (2012, p.48), o nome “Condor” teria sido atribuído, ainda que pouco citado e utilizado em código, à ave símbolo da Cordilheira dos Andes presente no brasão do anfitrião Chile:

Na reunião de Santiago assinaram a ata de fundação: o coronel chileno Manuel Contreras; o capitão da marinha Argentina Jorge Casas; o major boliviano Carlos Mena; o coronel uruguai José Alberto Fons; e o coronel paraguaio Benito Guanes Serrano. Além desses, cada país levou alguns delegados para acompanhar o nascimento oficial do Condor. O Brasil mandou observadores, mas não assinou o documento de fundação. Essa reunião representou um marco na consolidação do bloco autoritário, com o definitivo fim das fronteiras territoriais em benefício da percepção das ‘fronteiras ideológicas’.

Mesmo alvo de controvérsias, é inegável que a partir de 1975, as ditaduras do Cone Sul das Américas articularam-se com maior vigor e puseram em prática inúmeras ações clandestinas de colaboração do terror, sob um forte aparato repressivo que tinha como intuito exterminar as comunidades de exilados no Cone Sul. Entre essas ações, destaca-se o assassinato do ex-presidente boliviano, de tendências socialistas Juan José Torres, em Buenos Aires, no ano de 1976. Outro crime atribuído à “Operação Condor” seria o assassinato do ex-embaixador do Chile em Washington Orlando Letelier, também em 1976, durante o governo de Salvador

Allende. Letelier era considerado o opositor mais notável de Pinochet nos Estados Unidos. O sequestro dos uruguaios Lílian, Universindo, Camilo e Francesca, em 1978, na cidade de Porto Alegre também está inserido como resultado dessa sinistra rede repressiva. Lílian Celiberti, Universindo e as crianças, sobreviveram a este macabro sistema que transformou muitos seres humanos, em “bonecos soluçantes”:

A humilhação era total. Algemados numa cama de metal, nus e com os braços e as pernas abertas, com correntes elétricas nas partes mais íntimas e sensíveis de seus corpos, as vítimas perdiam o controle físico. Os esfíncteres se relaxavam, os músculos se contraíam em espasmos. Todo o corpo se estremecia e sacudia em ondas de acessos violentos. Enforcamentos, afogamentos, asfixias, surras, estupros e execuções falsas constituíam variações na rotina básica. Alguns prisioneiros eram atropelados por caminhões. Esse era o horror da vida real com suor, cheiros e gritos, ossos se quebrando e o jorro de todo o tipo de refluxo humano (DINGES, 2005, p.155-156).

A consolidação do Golpe de Estado na Argentina em março de 1976 coincidiu com o momento em que o terror atingiu o ápice no Estado uruguai. Uma das ações mais importantes e devastadoras, consequência da ação da “Condor” foi a coordenação binacional repressiva entre o Uruguai e a Argentina para capturar os exilados uruguaios nesse país. A estratégia de captura foi possibilitada através da organização conhecida por Organismo Coordinador de Operaciones Antisubversivas (OCOA) que chegou a montar cerca de 500 Centros de Clandestinos de Detenções (CCD) na Argentina.

O mais famoso CCD ficava localizado na Rua Venancio Flores nº3519, em Buenos Aires, e funcionou de maio a

novembro de 1976, na antiga oficina de carros Automotores Orletti. Segundo a jornalista Adriana Marcolini (Ano VIII), comandado pela Secretaria de Inteligência de Estado (SIDE), esse temido centro de detenção chegou a interrogar, prender e torturar cerca de 200 pessoas, entre os quais, argentinos, uruguaios, chilenos, paraguaios e cubanos, que teriam sido capturados pela “Condor”.

Um dos grupos que mais sofreu com as perseguições e sequestros no exílio foi o PVP. Além de buscar eliminar a resistência no exílio, os militares buscavam também apropriar-se dos bens que esse partido possuía. Foram mais de setenta detenções de seus membros só de julho a setembro de 1976. Para Reis (2012), essas pessoas sofreram com o que a “Operação Condor” ofereceu de pior em termos de violência, entre eles, o sequestro e morte de crianças pequenas ou recém-nascidas. Muitas das crianças, filhas de membros do PVP, que foram sequestradas foram entregues à famílias de policiais e registradas com seus nomes. As primeiras vítimas do “voo do Condor” além-fronteiras foram os dirigentes do PVP Gerardo Gatti e León Duarte, capturados na Argentina em 1976 e até hoje, desaparecidos.

Com relação a posição dos Estados Unidos nas ações de colaboração do terror entre os países do Cone Sul, muito embora havia sido fundamental na formação das ditaduras, a partir da administração de Jimmy Carter, os norte-americanos assumiam um discurso em favor da democracia e dos direitos humanos. Apesar disso, ao que tudo indica, não há registros de que nesse momento os Estados Unidos tenham tomado alguma medida para impedir as ações do “Condor”, mesmo tendo claros indícios de que os governos anteriores de Nixon e Ford sabiam de sua existência (REIS, 2012).

Já em relação a participação de fato do Brasil na “Operação Condor”, há ainda um amplo debate em andamento,

pois, sua atuação coincidiria com a “abertura lenta e gradual” do presidente Ernesto Geisel a partir de 1974, o que causa estranheza. Reis (2012) aponta contudo, que é justamente por isso, que a participação do Brasil teria sido mais velada que as outras, mas, que com certeza existiu. A pesar do clima de normalidade aparente anunciado pela “abertura” e que propiciou inclusive o fim da censura à imprensa, a repressão era ainda uma realidade que assombrava a sociedade e agia de forma cada vez mais silenciosa e clandestina. O massacre contra operários no Araguaia em 1975 era um exemplo de que os fantasmas da ditadura continuavam rondando a sociedade brasileira e a *Operación Zapato Roto*, que levou ao sequestro-desaparecimento de Lílian Celiberti, Universindo e as crianças em 1978 em Porto Alegre, são exemplos disso.

Lílian Celiberti foi sequestrada em uma ação planejada pela Compañía de Contra Informaciones do Uruguai, com a colaboração de membros do Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (DOPS) através do delegado Pedro Seelig, do policial Orandir Portassi Lucas, ex-jogador de futebol do Internacional de Porto Alegre conhecido como Didi Pedalada. A ação, batizada de *Operación Zapato Roto*, visava prender os militantes do PVP que viviam clandestinamente no Brasil. O principal alvo dessa busca era o líder do PVP Hugo Cores, o professor dos “sapatos gastos” que deu origem ao nome da operação e que vivia em São Paulo.

2.4 “O SEQUESTRO DOS URUGUAIOS” EM PORTO ALEGRE: MEMÓRIAS DE UMA SOBREVIVENTE DO CONDOR

A trajetória de Lílian Celiberti está vinculada à história recente do Uruguai e do Brasil, essencialmente nos anos que compreendem a ascensão e a queda das ditaduras na América

Latina. Sua atuação política teve maior proeminência entre as décadas de 1970 e 1980, quando viveu marcantes experiências nos cárceres dos regimes militares e quando viveu e atuou na resistência durante o exílio na Europa, de modo que suas memórias contribuem significativamente para uma melhor compreensão das atividades de repressão que buscavam o extermínio dos grupos de esquerda. Muito embora milhares de jovens tenham vivido experiências semelhantes à de Lílian, o vivido por ela foi irrepetível, adquirindo um sentido próprio e configurando a sua personalidade. Esse lugar específico da experiência, alvo da busca deste trabalho, é denominado pelo professor Jorge Larrosa Bondía (2002, p.27) como o “saber da experiência”:

Por isso, o saber da experiência é um saber particular, subjetivo, relativo, contingente, pessoal. Se a experiência não é o que acontece, mas o que nos acontece, duas pessoas, ainda que enfrentem o mesmo acontecimento, não fazem a mesma experiência. O acontecimento é comum, mas a experiência é para cada qual sua, singular e de alguma maneira impossível de ser repetida. O saber da experiência é um saber que não pode separar-se do indivíduo concreto em quem encarna. Não está, como o conhecimento científico, fora de nós, mas somente tem sentido no modo como configura uma personalidade, um caráter, uma sensibilidade ou, em definitivo, uma forma humana singular de estar no mundo, que é por sua vez uma ética (um modo de conduzir-se) e uma estética (um estilo).

Em realidade, o ativismo político de esquerda neste contexto de ditaduras conservadoras implicou em lembranças que se foram rearranjando com a passagem do tempo, uma vez

que novas experiências, e novas memórias, acabaram por se mesclar e se influenciar. Afinal, como assinala Marilza Bertassoni (2004, p.20-21), “quaisquer experiências de vida dependem da passagem do tempo e das situações pelas quais se passou” e, nesse sentido, “é ela, a experiência, que determina a apropriação de valores, de ideias e tradições e da consciência de si”, o que significa dizer que nenhuma experiência permanece congelada, petrificada, de maneira a reproduzir com exatidão o momento e o modo como transcorreu, de sorte que nenhuma memória que se tem acerca desta experiência permanece, também ela, congelada, petrificada, sem receber qualquer interferência de ocorrências posteriores.

Voltando à Lílian, no início de 1978 a uruguaiã viajou para o Brasil com a missão de realizar uma campanha pela busca dos companheiros uruguaios desaparecidos na Argentina. Separada do marido ela conheceria, em solo brasileiro, o companheiro de partido e de missão, o jovem estudante de medicina Universindo Rodriguez Díaz, ou *Yano*, como era conhecido entre os amigos. Universindo havia fugido do Uruguai em 1975, diante do caos político e social com a deposição do presidente Bordaberry e com o poder ainda mais centrado nas mãos dos militares. Não havia mais espaço nesse momento para a oposição, que estava destruída. Universindo se juntaria aos companheiros na Argentina, amparado pelo Alto Comisariado de las Naciones Unidas para los Refugiados e, em 1977 se refugiaria na Suécia.

Com a missão de canalizar informações sobre a violação dos direitos humanos no Uruguai para as entidades internacionais na Europa e nos Estados que denunciavam a violência política no Cone Sul, Lílian e *Yano* viajaram, em voos separados, para o Brasil e ali se encontraram. Foram primeiramente ao Rio de Janeiro onde já havia alguns poucos companheiros, depois a São Paulo onde havia já uma base

maior e finalmente, em maio de 1978 estabeleceram sua base de ação em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul. Ali percebiam movimentos favoráveis a eles como, por exemplo, uma campanha pela anistia, havia algumas iniciativas democráticas por parte da imprensa e, também, pela proximidade com o Uruguai, onde haveria possibilidade de encontrar companheiros na fronteira. Porto Alegre, desse modo, parecia lhes oferecer mais possibilidades de se desenvolver o trabalho que o PVP pretendia. Para Lílian, Porto Alegre parecia “más abarcable” que São Paulo, por exemplo, em termos de dimensão:

Inicialmente fomos verificar as possibilidades de estabelecimento. Fomos ver, explorar as cidades e depois fomos encontrando razões, te digo, como o jornal, com profissionais independentes, nascia a cooperativa (Lílian refere-se ao Coojornal) que parecia que estava trabalhando com uma cabeça diferente e que recebiam e publicavam nossas informações e que eram mais acessíveis e que permitia, enfim, que nosso trabalho pudesse ser mais acessível na cidade de Porto Alegre.²⁵

Segundo Ramiro Reis (2009), a denúncia era praticamente a única estratégia que restava aos opositores do regime, pois o terrorismo estatal alcançava o auge, com o sindicalismo totalmente controlado e a luta armada desmantelada. O PVP foi duramente reprimido e quase aniquilado apenas um ano após sua fundação e tentava se restabelecer criando um canal de contato com os companheiros do Uruguai a partir do Brasil. Inicialmente, os dois uruguaios alugaram um apartamento na Rua Santo Antônio, próximo à

²⁵ Entrevista concedida à autora em 15/07/2013.

Estação Rodoviária de Porto Alegre, onde permaneceram por cerca de três meses e depois se mudaram para o apartamento 110, no número 621, bloco 3, da Rua Botafogo, no bairro Menino Deus. O apartamento ficava próximo ao estádio Beira Rio, onde Universindo costumava assistir aos jogos do Internacional. Lílian voltou para a Itália, entre agosto ou setembro, para buscar os filhos.

Os uruguaios viviam da forma mais discreta possível, buscando estabelecer apenas contatos com setores políticos democráticos e evitando aproximações mais pessoais (REIS, 2012). Um desses contatos, ainda que de forma superficial, foi o jornalista Luiz Cláudio Cunha (2009), que em seu livro de memórias, afirma ter sido no mês de outubro o dia em que teve o primeiro contato com Universindo Díaz. O rapaz, como muitos outros, apareceu no prédio da Revista Veja pedindo permissão para pesquisar o arquivo que se localizava bem em frente a mesa de trabalho de Cunha. Diante da dificuldade do rapaz em localizar o que procurava em tão vasto volume de materiais, Luiz Cláudio ofereceu ajuda. Universindo, que naquela altura apresentava-se como Miguel, respondeu que buscava notícias sobre o Uruguai. Cunha indicou algumas matérias sobre a crise no Uruguai e seus desdobramentos e disse ao rapaz que tinha grande interesse nos materiais confiáveis sobre seu país, pois, com o Golpe de Estado de 1973, as fontes que tinha haviam desaparecido. O discreto rapaz prometeu pensar no assunto e, agradecido, tirou as cópias das matérias e foi embora.

Cerca de três semanas depois, Miguel (Universindo) voltou à sucursal da Veja, trazendo consigo “uma pasta de cartolina rosa encapando dezenas de cópias xerox de recortes de jornais europeus, documentos de entidades internacionais, todos abordando a crítica situação dos direitos humanos no Uruguai” (CUNHA, 2009, p.41). Ao ir embora, deixou para

Cunha um panfleto de Compañero, o periódico do PVP. Miguel retornou ainda mais umas cinco vezes, e sempre que podia, trazia novas edições do periódico. Em uma dessas rápidas visitas, Miguel chegou acompanhado de uma moça que foi apresentada como Maria, mas que na realidade, chamava-se Lílian, Lílian Celiberti. Depois desse dia, Miguel e Maria, ou melhor, Lília e Universindo, não voltaram mais na sede da Revista Veja.

No curto período em que os uruguaios estiveram em Porto Alegre (cerca de nove meses) os uruguaios viveram momentos bastante (in)tensos. Lílian praticamente não saía de casa, onde redigia o dossiê de denúncias, enquanto, Universindo, fazia os contatos políticos. Era um país desconhecido, uma cidade desconhecida. Não tinham vínculos ali. Não dominavam muito bem o idioma, apesar de que a semelhança do português com o espanhol já ajudava bastante. Em um contexto político de tanta insegurança, Lílian afirma que os quatro buscavam viver de forma mais “normal” possível. Não buscavam envolver-se com ninguém. Queriam passar desapercebidos. Não havia tempo e nem espaço para criar laços, fazer amizades, pois, estavam ali por um motivo e deveriam concentrar seus esforços nele. Não fazer amizades era também um modo de preservar a segurança das outras pessoas, não só deles próprios. Assim, não se sentavam em um bar para falar com ninguém e não convidavam ninguém para ir a sua casa, por exemplo.

Lílian matriculou as crianças na escola maternal Cisne Branco, localizado na Avenida José de Alencar, próximo ao apartamento onde viviam. Segundo Reis (2012) a uruguaia havia deixado as mensalidades pagas até fevereiro de 1979. Em Porto Alegre, os uruguaios buscavam ser discretos pois sabiam que, apesar do clima de abertura que se vivia no Brasil, a caçada à oposição continuava e de forma cada vez mais

clandestina. É possível verificar uma dualidade nessa situação. Os quatro uruguaios viviam uma espécie de clandestinidade dentro da clandestinidade. Há uma dualidade nesse viver livre mas de forma discreta, tolhida. Lílian indicou que costumava passear com os filhos no Parque da Redenção e afirmou não ir ao cinema ou teatro, não porque não queria ser vista, mas porque as crianças tinha dificuldade em entender o português. Camilo a essa altura, tinha um sotaque bastante confuso, que misturava o espanhol, o italiano e o português. A única pessoa que os uruguaios tinham certa aproximação era com uma vizinha do apartamento em frente ao seu, e que no dia do sequestro, pensou em deixar os filhos com a mulher, cujo nome já não recorda. Justamente naquele dia 12 de novembro de 1978, a mulher não estava em casa. Por isso, Lílian teve que levá-los consigo.

Lílian, Universindo, Camilo e Francesca acabariam sendo sequestrados em uma operação conjunta das polícias brasileira e uruguaia denominada *Operación Zapato Roto* que buscava capturar os membros do PVP no Brasil. Essas operações de colaboração entre as ditaduras do Cone Sul ocorriam no âmbito do esquema clandestino conhecido como “Operação Condor”. Suas consequências na história são assim definidas pelo jornalista Luiz Cláudio Cunha (2009, p.216), que acompanhou o drama dos uruguaios desde o início do desaparecimento em novembro de 1978:

[...] entre a frieza dos números e a indignação das vítimas, restará sempre o saldo de morte e sofrimento que torna a Operação Condor a mais articulada e mais ampla manifestação de terrorismo de Estado na história mundial. Nunca houve, nem mesmo em períodos de guerras ou conflitos internos, uma coordenação tão extensa entre tantos países para um combate

tão impiedoso e sangrento a grupos de dissensão política ou de luta armada, confrontados à margem das leis por técnicas consagradas no submundo do crime. A Operação Condor trouxe para dentro do Estado ilegítimo das ditaduras as práticas ilegais da violência de bandos paramilitares, transformando agente da lei em executores ou cúmplices encapuzados de uma polícia oficial de extermínio. A Condor criminalizou os regimes militares do Cone Sul.

O governo uruguai tinha verdadeira fixação pelos exilados uruguaios, principalmente pelos integrantes do PVP. O advogado francês Jean Louis de Weil explica que isso se dava porque de fato esses militantes mobilizavam a opinião pública internacional. Hugo Cores, o líder do PVP era o principal alvo, devido a sua capacidade de articulação junto a organizações internacionais e jornalistas. O governo uruguai tinha ciência de como essa atitude mobilizava a opinião pública contra o Uruguai e por isso, perseguia os militantes tão obstinadamente (CUNHA, 2009).

No dia 2 de novembro de 1978, membros do PVP foram capturados e presos no Uruguai. Entre eles, Rosário Pequito Machado. Durante uma sessão de tortura que a levaria a sua morte, contou aos agentes que havia em Porto Alegre um homem e uma mulher, ambos membros do PVP que faziam a conexão entre o partido e seu líder máximo Hugo Cores, escondido no Brasil. No comando da caçada à Lílian e Universindo que se iniciou a partir daí, estava o coronel Calixto de Armas (CUNHA, 2009, p.371).

No dia 12 de novembro daquele ano, às nove horas da manhã, Lílian Celiberti aguardava “tranquilamente” um grupo de familiares de desaparecidos políticos na rodoviária de Porto Alegre quando, um homem em tom amável, a abordou e pediu

seus documentos. Lílian entregou prontamente seu passaporte uruguai e o homem a conduziu a um escritório, nos fundos da rodoviária. Como sua situação no Brasil era legal, Lílian achou que não devia se preocupar. No escritório, um uruguai a cumprimentou como se a conhecesse e imediatamente tomou consciência do perigo que corria. Aquele homem era o senhor “Capitán Giannone, 1973, Punta de Rieles, famoso por la depredación que hacía con los paquetes que los familiares enviavam, pero más por su sostenida aureola de *crueldad*” (CELIBERTI; GARRIDO, 1989).

A uruguai aterrorizada foi levada para o prédio da Segurança Pública, onde funcionava o DOPS gaúcho (Departamento de Ordem Política e Social) sofrendo a primeira sessão de tortura em solo brasileiro - para que entregasse seu líder, o professor dos “sapatos rotos”, Hugo Cores. Enquanto Universindo se preparava para ir com Camilo e Francesca assistir ao jogo do Internacional contra o Caxias, pelo campeonato gaúcho, Lílian era torturada na sede do DOPS. Com arames nos ouvidos e nas mãos, recebia descargas elétricas e água, repetidamente (CELIBERTI; GARRIDO, 1989).

Segundo Lílian, naquela ocasião, uma confusão de sentimentos tomou conta de si. Primeiro a dor, depois a incerteza do que aconteceria depois, a vergonha de ter perdido o controle do corpo, a humilhação de ter exposta a intimidade do corpo nu diante de homens desconhecidos e extremamente crueis. Depois da sessão de interrogatório e tortura, os homens a vestiram e a levaram para o seu apartamento, no bairro Menino Deus, onde detiveram Universindo que foi levado em um carro separado para ser interrogado. Os policiais permitiram que Lílian deixasse as crianças com os vizinhos. Os militares brasileiros, diferente do que acontecia no Uruguai, não queriam envolver crianças no caso. Lílian não estava com

sorte, bateu na porta de todos os vizinhos, ninguém estava, ninguém respondia. Lembra que sentiu-se impotente, pois, tinha a oportunidade de deixar os filhos em segurança e não pôde. Lílian e Universindo, com a permissão dos militares, teriam se falado por breves minutos, desejaram sorte um ao outro. Depois desse encontro, os amigos voltariam a se ver somente cinco anos depois.

O delegado brasileiro Pedro Seelig levou Lílian com as crianças em um carro e o levaram de volta ao prédio da Segurança Pública, onde também funcionava o DOPS. Era uma situação de tensão muito grande. Universindo também foi levado ao prédio da polícia, em um carro separado para ser interrogado e torturado, mas ele nada revelou, mesmo com ameaça de ser mandado de volta ao Uruguai. Enquanto isso, Francesca, na inocência de seus três anos de idade brincava de comidinha com uma policial, enquanto Camilo, calado, certamente pensava na partida de futebol que iria perder. A mãe havia ido ao banheiro. Em seguida, as crianças ouvem gritos e pessoas correndo em direção de sua mãe que tem os braços ensanguentados. Na tentativa de sair daquela situação, Lílian havia ido ao banheiro e quebrado o espelho para cortar-se e assim, fazer com que a levassem a um hospital, onde talvez conseguisse ajuda de alguém. Francesca assustada, começou a chorar. As guardas correram para tentar estancar o sangue nos pulsos de Lílian e, improvisando um curativo, não precisaram levá-la ao hospital. A tentativa de desesperada de Lílian em obter socorro fora fracassada (CUNHA, 2009).

Segundo Luiz Cláudio Cunha (2009) durante a madrugada, Lílian e os filhos foram levados às pressas em direção ao Chuy. O delegado Seelig afirmava que era pressionado pelos uruguaios para levá-los para a fronteira. A fuga, teria relação com o fato de terem aparecido crianças na operação, o que não era previsto e não era bem quisto pelos

policiais brasileiros. Camilo e Francesca durmiram durante a viagem, enquanto a mãe, alerta, pensava no que fazer. Lílian pensava nos planos que fazia de viver com os filhos no Brasil. Era preciso voltar, tinha que fazê-los voltar.

No Chuy, conforme Lílian (1989), ela e as crianças mudaram do carro para uma caminhonete, enquanto homens armados os esperavam. Lílian tentava tranquilizar os filhos avisando que estavam indo para o Uruguai. Francesca estava cansada e chorona enquanto Camilo estava muito sério e quieto. Enquanto uns homens ficavam vigiando as crianças, outros levaram Lílian para a segunda sessão de tortura no Forte de Santa Tereza, o local faz parte do Parque Nacional de Santa Tereza na cidade de Castillos, departamento de Rocha, no Uruguai. Ali, perto do mar, interrogaram novamente Lílian sobre suas atividades, quem conhecia, quem era seu líder e onde ele estaria. Sob constante ameaça de morte, simulavam seu fuzilamento.

Celiberti afirma, em suas memórias, que enfrentou os policiais dizendo que não acreditava que os matassem e que em troca da segurança de seus filhos teria algo que lhes importaria. Disse que teria marcado um encontro com alguém muito importante – o que era verdade – mas que ela não conhecia, e que certamente seria alguém muito importante no PVP, em seu apartamento em Porto Alegre no final daquela semana. Lílian (1989) considerou este plano, baseado em um esquema de segurança orientado pelos companheiros:

[...] yo contaba con algo que le había mandado decir por otro que había viajado a San Pablo: después de recibir una carta en la que me contaban que había detenidos compañeros en Montevideo, le expliqué que no iba a viajar a la frontera y que teníamos que comunicarnos el martes, miércoles y jueves por teléfono dado

que la situación era muy riesgosa. Estas comunicaciones eran previas y necesarias antes de que él se trasladara el viernes a mi casa. Esto decía la lógica y yo me aferraba a ella. Pero en ese juego había algo muy peligroso, de lo que era consciente y por eso me asustaba. Sentía una gran inseguridad.

Se algo desse errado, se o companheiro não aparecesse, tudo estaria perdido. Sua vida e de seus filhos corriam enorme risco. Contudo, Lílian recorda que tinha em mente que, naquele momento, o Brasil oferecia condições para a denúncia de violações dos direitos humanos. A política anunciava uma progressiva redemocratização, anunciada pelo futuro presidente, o general Figueiredo, que assumiria o governo a partir de março de 1979. Por isso para Lílian, era fundamental voltar para Porto Alegre e a partir de sua falta de contato com seu companheiro, conforme combinado, este acionaria algum órgão de imprensa dando conta de que os quatros uruguaios haviam desaparecido e que havia suspeita de sequestro por parte dos militares.

O plano de Lílian parecia ser muito arriscado uma vez que, segundo ela, os agentes não aceitaram sua condição de trazer consigo seus filhos. Para os militares uruguaios, as crianças, na condição de reféns funcionariam para os militares como forma de pressão psicológica sobre os subversivos. Lílian lembra ter suplicado desesperadamente aos policiais que entregassem seus filhos em segurança para os seus pais no Uruguai, o que aconteceu, por fim, após quase duas semanas. Sobre o momento da despedida dos filhos ao assumir a arriscada decisão de deixá-los nas mãos dos militares, Lílian (1989) recorda, “lo viví muchas veces [...] de todas las cosas que he vivido, la más difícil, la que me ha causado más angustia y sufrimiento es ésa: mi condición de madre en la etapa histórica que me tocó vivir”. Lílian sentia profundamente

que sua condição de mãe interferia fatalmente nas decisões de militante política.

Na volta para Porto Alegre Lílian diz ter exigido ver o amigo *Yano*, para assegurar que o companheiro estava vivo, e que os militares permitiram que o visse de longe. Apesar de os jornais da época do sequestro se reportarem à Lílian e Universindo como “la pareja” ambos não formavam um casal. Segundo Lílian, eles chegaram a ter um breve envolvimento mas que no fundo a amizade e o companheirismo acabaram prevalecendo. Segundo Lílian, sua relação com *Yano* se transformou em uma espécie de “irmandade de dor” pelo que passaram de 1978 a 1983. A partir do sequestro, os dois ficaram praticamente incomunicáveis durante quase cinco anos. Durante o primeiro ano e meio em que ambos estiveram presos “às escondidas”, conviveram com a angústia de não saber se o outro havia sobrevivido às sessões de tortura. Ao sair em liberdade, não voltaram logo a se ver. *Yano* viveu um tempo na casa dos pais de Lílian, e sua mãe dona Lília, o tratava como filho. Tempos depois Lílian e Universindo voltaram a se encontrar, e de uma forma ou de outra, ao longo dos anos, mesmo distantes, sempre mantiveram contato.

Ao retornar para Porto Alegre, Celiberti foi levada mais uma vez para o DOPS para uma sessão de interrogatório e depois a levaram de volta ao apartamento de Porto Alegre, para aguardar a chegada do misterioso companheiro. O retorno ao apartamento, segundo seu depoimento, provocava asco. Segundo a uruguaia, tudo estava revirado, sujo, quebrado, ultrajado, violado. Os militares mantiveram todo o tempo as janelas fechadas sem que entrasse a luz do dia. Na tocaia, estavam o capitão uruguai Ferro e cinco brasileiros. Os agentes questionavam sobre tudo o que encontraram ali, inclusive sobre onde conseguira o livro “O pequeno príncipe”, de Saint-Exupéry, presente que Lílian havia dado ao menino

Camilo quando completou 6 anos de idade. Os agentes haviam encontrado, sem muita dificuldade, o endereço dos membros do PVP através do boleto de mensalidade do Jardim de Infância Cisne Branco, frequentado por Camilo e Francesca.

Lílian afirma que, apesar da situação, divertia-se com o comportante dos brasileiros. Segundo ela (1989), eles tinham uma postura diferente da dos uruguaios, ofereciam comida, compravam vários tipos de fruta e insistiam para que deveria comer para que não ficasse doente, representavam o “bom vizinho”. Ao passo que os uruguaios sempre faziam a linha dos “malvados”. O momento de maior tensão durante a longa espera no apartamento da Rua Botafogo, teria sido para ela quando chegou um telegrama de Paris com os seguintes dizeres “Beca otorgada, llamar urgente”. Com esse recado Lílian diz ter entendido que os companheiros não haviam compreendido o que se passava com ela, *Yano* e as crianças e a complicada operação de resgate estaria por um fio. Lílian estava a quase uma semana escondida no apartamento com os policiais e ninguém ainda havia aparecido. O capitão Ferro ordenou que Lílian ligasse então para a pessoa do telegrama em Paris. Lílian diz ter ligado e pedido que avisassem ao companheiro de São Paulo que como ela não teve como falar com ele no sábado anterior, e não tinha seu telefone para avisá-lo seu endereço, que avisasse a ele que ela estaria em sua casa em Porto Alegre esperando por ele na sexta-feira, conforme combinado. Contudo, ardilosamente, Lílian teria utilizado uma palavra que para os companheiros do PVP significava “imprensa”, ou seja, que eles estavam em perigo e era preciso avisar a imprensa antes que eles desaparecessem. Que palavra era essa, Lílian nunca revelou. Era quinta-feira, e a espera até o dia seguinte foi para a uruguaias uma longa noite de tortura psicológica.

Alertado pelo companheiro que estava na França, Hugo Cores, que estava em São Paulo, procurou imediatamente

contato com vários órgãos de imprensa. Naquela chuvosa sexta-feira, 17 de novembro de 1978, toda a imprensa gaúcha estava em polvorosa com as eleições para deputados e senadores, que ocorreriam em dois dias. Naquela manhã, Hugo ligou para diversos jornais de Porto Alegre, inclusive para a revista *Veja*, mas, sem sucesso, não conseguia falar com ninguém. Hugo Cores decidiu ligar uma segunda vez e insistir para que Loreley, a secretária da revista *Veja*, passasse a ligação para Luiz Cláudio.

Conforme Cunha (2009) mesmo um pouco contrariado pois estava muito ocupado com o fechamento da edição daquele dia, que tratava das eleições, resolveu atender de uma vez o insistente homem que não se identificou e dizia falar de São Paulo. O homem, que falava com certa ansiedade e com carregado sotaque espanhol disse que um casal de uruguaios e duas crianças estavam desaparecidos há uma semana em Porto Alegre. Em seguida passou o endereço de onde moravam (Bairro Menino Deus, Rua Botafogo, Número 621, Porto Alegre) e suplicava que alguém fosse verificar se os quatro ainda estavam no endereço fornecido, pois eles não estavam mais dando notícias e isso o deixava extremamente preocupado.

O jornalista insistiu em obter mais informações do outro lado da linha, se o sumiço não poderia ser por conta de alguma viagem ou algum passeio, quando teve a seca resposta de que se fosse isso, com certeza se saberia. Então, para confirmar ainda mais uma vez a seriedade daquele caso, Cunha questionou ao estrangeiro qual seria o significado de “desaparecidos” e obteve a impactante resposta: “detenidos” (CUNHA, 2009, p.92). O conteúdo deste diálogo está reproduzido no livro publicado pelo jornalista Luiz Cláudio Cunha sobre o “sequestro dos uruguaios” e seu envolvimento pessoal no episódio.

Intrigado, Luiz Cláudio, juntamente com seu colega, o fotógrafo já falecido João Baptista Scalco, atenderam no final da tarde ao apelo do intrigante telefonema anônimo. A ligação anônima que Luiz Cláudio havia recebido na redação da Veja era na verdade de Hugo Cores, o líder máximo do PVP, o *ratón* que a polícia esperava capturar em sua armadilha na rua Botafogo. Seguindo o endereço indicado, às cinco da tarde, os dois jornalistas bateram na porta do apartamento de Lílian e Universindo. Naquele momento, Lílian (1989) sentiu recorda que sentiu enorme euforia aovê-los, mas sem poder demonstrar. Estaria com aqueles dois homens, a real chance de sobrevivência dos quatro uruguaios. Luiz Cláudio reconheceu imediatamente a moça de olhos pretos que havia atendido a porta, a calada moça chamada Maria, que na verdade se chamava Lílian, que havia visitado a sucursal da Veja, juntamente com seu amigo Miguel, Universindo, um mês antes. Lílian diz ter imaginado um desfecho diferente para aquele arriscado jogo de estratégia. Esperava que vários fotógrafos e repórteres chegariam para registrar o crime flagrante e ficou um pouco frustrada e temerosa quando se deparou com apenas dois homens assustados.

Ao se deparar com dois jornalistas gaúchos, ao invés do líder do PVP Hugo Cores na “*ratonera*” que haviam preparado, os militares perceberam que, na realidade, eram eles próprios quem haviam sido capturados e enganados por Lílian, com a ajuda dos companheiros. O sistema da “Condor” apresentava uma falha irreparável e, o que era para ter sido uma ação secreta, corria o risco de tornar-se público pelas mãos dos jornalistas. O encontro do apartamento na Rua Botafogo, naquela tarde de sexta-feira, foi reproduzido, com riqueza de detalhes, na edição nº 534 da revista Veja do dia 29 de novembro de 1978 e trazia a imagem de Lílian Celiberti e de

sua mãe, Lília, que procurava desesperadamente notícias da filha:

Figura 1 – Dona Lília e sua filha Lílian Celiberti.



Fonte: Revista Veja, Edição nº 534, p. 34. 29/11/1978

Segundo a revista Veja (1989), ao chegar ao apartamento da rua Botafogo, Luiz Cláudio Cunha e J.B. foram recebidos e revistados por dois homens, cada um apontado um revólver entre os joelhos dos jornalistas:

Braços levantados, Cunha e Scalco foram empurrados para dentro da sala, escurecida pelas persianas baixadas, enquanto a moça era levada para outro cômodo. Na sala, três outros homens – de roupa esporte, sem máscaras e também armados – assistiram a um breve interrogatório, feito pelo chefe do grupo num português correto e com sotaque gaúcho. Ao saber que eram jornalistas e que haviam sido informados por um telefonema anônimo, ele

saiu do apartamento enquanto os outros ficavam de guarda – em absoluto silêncio. Minutos depois, o chefe retornou, mandou os repórteres baixarem as mãos, anotou seus nomes e afirmou que o grupo ficaria no apartamento “até aparecer o cara”. Cunha perguntou qual era o problema. A resposta foi vaga: “É, sabe como é... Estrangeiros no país, essas coisas”. Os jornalistas tiveram de abandonar o apartamento – e desde então não se teve mais notícias de Lílian Celiberti, de seus filhos Camilo, 7 anos e Francesca, de 3, e do exilado Universindo Rodríguez Díaz, de 29 anos. A militância contra o regime uruguai faz supor que o casal tenha sido sequestrado por motivos políticos [...].

Após esta descrição de um cenário sombrio e atemorizante, o texto da Veja concluia com uma consideração que pode ser lida, simultaneamente, como um complemento das informações jornalísticas nele apresentadas e como uma fina ironia acerca dos procedimentos policiais da época:

Na semana passada, as autoridades brasileiras mostravam desinformação sobre o sequestro. “Não participamos disso”, afirmou o superintendente da Polícia Federal em Porto Alegre, Edgar Fuques, “e se outro órgão tivesse agido, estaríamos sabendo e não ficaríamos procurando a esmo, como estamos”.

Logo após os jornalistas saírem do apartamento, os militares trataram de abandonar o local, levando Lílian consigo. Luiz Claudio e Scalco voltaram no dia seguinte ao apartamento, mas já não havia mais ninguém. A pressa em deixar o Brasil, representava o entendimento de que *Operação Zapato Roto* havia falhado. Era para ser secreta, mas tornaria-

se rapidamente pública através dos jornalistas. Segundo Celiberti (1989), os militares brasileiros, bastante nervosos, repetiam à ela “não me reconheças, por favor, esta é uma operação normal, como qualquer outra”. Era nítido que os militares brasileiros precisavam deixar Lílian em território uruguai, para que a polícia de lá tratasse de “dar um jeito” no problema que ela havia se transformado. Durante todo o trajeto, Celiberti diz ter uma certeza, seria morta ao chegar ao seu país. Depois disso, ninguém mais soube do paradeiro dos uruguaios.

Os companheiros do PVP buscaram ajuda de organizações de defesa dos direitos humanos. O advogado Omar Ferri, fora avisado do sumiço dos uruguaios – naquela mesma sexta-feira em que Luiz Cláudio recebeu o telefonema anônimo – por Luís Eduardo Greenhalg, membro do Comitê de Defesa dos Direitos Humanos para os Países do Cone-Sul, entidade vinculada à Arquidiocese de São Paulo e conhecida pela sigla CLAMOR. Demasiadamente atarefado, Ferri só conseguiu chegar ao apartamento às 9 horas da noite, quando não havia mais ninguém. Àquela altura, os quatro uruguaios eram levados, clandestinamente, rumo ao Uruguai.

Dias depois, os companheiros do PVP entraram em contato com a família Celiberti. Em pânico, querendo saber onde estavam sua filha e seus netos e ignorando as ameaças dos policiais para que não se intrometesse no caso, dona Lília tomou um ônibus no Uruguai e foi sozinha procurar por eles em Porto Alegre. A obstinada senhora, que não falava uma palavra em português e nunca tinha estado no Brasil chegou na rodoviária de Porto Alegre, entrou em um táxi e pediu que a levassem ao principal jornal da cidade. Para denunciar o caso à imprensa, dona Lília contou com a ajuda de Omar Ferri. Disse ao advogado que recebeu, naquela semana, telefonemas durante a madrugada ameaçando para que não viajasse, pois

algo de ruim poderia acontecer a ela. A partir dessa atitude a pacata dona de casa ganharia destaque no cenário público. Mesmo com a insistência dos jornalistas em pedir esclarecimentos sob o sumiços do quatro uruguaios, uma semana após o sequestro, a polícia afirmava que se tratava “apenas” de um “desaparecimento” (CUNHA, 2009).

Conforme Cunha (2009) no dia 25 de novembro de 1978, as crianças foram entregues ao avô, o senhor Homero, no Uruguai, após 13 dias desaparecidas. O fato foi relatado na edição de N° 535, do dia 6 de novembro, que ocupava três páginas da revista Veja:

Figura 2 – A matéria exibia Camilo e Francesca livres após 13 dias na condição de detidos-desaparecidos, junto dos avós, dona Lílian e seu Homero Celiberti, e ainda, uma foto da irmã de Lílian, Mirtha.



Fonte: Revista Veja, Edição nº 535, p. 29. 06/12/1978.

O jornalista Luiz Cláudio Cunha e sua equipe, passaram a investigar e publicar matérias sobre o caso do “sequestro dos uruguaios” em praticamente todas as edições da revista até a

edição do dia 30 de julho de 1980. O fato ganhou repercussão internacional e as autoridades brasileira e uruguaias eram chamadas a dar explicações, onde sempre afirmavam que o sequestro nunca aconteceu e que de nada sabiam do paradeiro dos quatro uruguaios. Diante da negativa em assumir o caso e de tantos fatos apontando para a responsabilidade da polícia, o renomado escritor gaúcho Luiz Fernando Veríssimo escreveu uma muito interessante crônica, que foi publicada em fevereiro de 1979 no Coojornal:

Novos fatos que vieram à luz a respeito do suposto sequestro dos uruguaios, em Porto Alegre, desmentem todas as versões imaginosas [...]. Foram os uruguaios que sequestraram a polícia! Esta conclusão deverá ser anunciada oficialmente em breve para pôr um fim, de uma vez por todas, ao rumoroso caso. No dia 17 de novembro de 1978, os exilados uruguaios Lílian Casariego e Universindo Rodríguez Dias [sic], acompanhados dos dois filhos menores de Lílian, invadiram o prédio da Secretaria de Segurança do Rio Grande do Sul, subiram até o segundo andar onde funciona o DOPS, e renderam todos os policiais que ali se encontravam. Lílian e Universindo portavam pistolas automáticas, o menino Camilo uma espingarda de dois canos, de fabricação tcheca, e a menina Francesca, com dificuldade, uma metralhadora. Os policiais foram levados para o apartamento da Rua Botafogo [...]. As armas dos policiais estavam descarregadas e todos os seus movimentos eram controlados, da cozinha, pelos uruguaios, que disparariam sem piedade se qualquer um deles tentasse fugir ou alertar os jornalistas. (REIS, 2012, p.107)

O Coojornal, surgiu em Porto Alegre em novembro de 1975 como uma alternativa de um jornal apartidário de se fazer um jornalismo independente. Fundado por um grupo de jornalistas do jornal Folha da Manhã, tais como José Antônio Vieira da Cunha, Elmar Bones da Costa, Rosvita Saueressig Laux e Jorge Polydoro, o Coojornal nasceu quase um ano depois da fundação da Cooperativa de Jornalistas, com o objetivo de servir de informativo para os associados. Apesar de seus membros alegarem em várias declarações que o jornal não tinha o objetivo de fazer um papel de oposição ao governo, o confronto com o regime militar foi inevitável e cinco integrantes chegaram a ser detidos. O jornal, que nascia com o intuito de ser um mensário independente e livre, proporcionando uma versão satirizada dos fatos, foi extinto ainda durante a ditadura, em março de 1983. A jornalista Núbia Oliveira (2011) aponta as brigas internas, o excesso de assembleias e a repressão política como motivadores do fechamento do Coojornal. O informativo que começou com apenas oito páginas foi ganhando espaço entre os leitores do Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e São Paulo e chegou a atingir sessenta páginas. Jornalistas de fora do estado gaúcho assim como membros de organizações de esquerda latino-americanos, colaboravam com o Coojornal enviando suas matérias pelo malote da Editora Abril aos cuidados do jornalista Luiz Cláudio Cunha.

O papel da imprensa foi extremamente importante na solução do caso do “sequestro dos uruguaios”. Os principais veículos de comunicação do Brasil foram incansáveis em seu trabalho, dando enorme visibilidade ao caso, não permitindo que aquele crime, com cada vez mais evidências da participação dos altos escalões dos governos do Brasil e do Uruguai, caísse no esquecimento. Com a enorme mobilização de familiares, entidades de defesa dos direitos humanos e da

imprensa, o fato de que quatro uruguaios haviam desaparecido no Brasil, e, dois deles – as duas crianças – haviam aparecido misteriosamente no Uruguai, aumentava ainda mais as especulações em torno do caso. O acervo digital do O Estado de S. Paulo, um dos principais jornais diários do Brasil, contém, entre os dias 22 de novembro de 1978 e 27 de dezembro de 1980, 208 matérias referentes ao caso do desaparecimento de Lílian, Universindo, Camilo e Francesca. O periódico diário o Estadão, a pesquisa apontou 105 menções ao caso dos desaparecimentos dos uruguaios entre 1979 e 1980, ano em que Lílian deixa sua condição de presa clandestina e assume sua condição formal de presa, passando a cumprir a pena pelo crime de invasão do Uruguai portando material sedicioso - versão forjada pelos militares uruguaios para tentar desmentir a onda de denúncias da imprensa brasileira - até 1983, no presídio feminino de Punta Rieles, quando adquiriu a liberdade. O mesmo acontece com seu companheiro *Yano*, transferido para o presídio masculino de Libertad. O escândalo internacional e a revelação do paradeiro de Lílian e Universindo em 1980, mantidos escondidos por um ano e meio, comprovam que a *Operación Zapato Roto* tornou-se um farrapo após o flagrante dos jornalistas na Rua Botafogo.

2.5 LUGARES DE RESISTÊNCIA: MEMÓRIAS DO CÁRCERE E SUAS REPRESENTAÇÕES

Em Rivera, Uruguai, a reação do capitão Carlos Rosell e do Major Bassani diante de Lílian, descrevem o que significou a chegada dos repórteres na *ratonera* montada para capturar Hugo Cores: “nos cagaste” (CELIBERTI; GARRIDO,1989). Lílian foi levada a um quartel conhecido como “El Infierno” e lá, em meio a novos interrogatórios e ofensas, ela revolta-se ao deparar-se com uma série de objetos pessoais que os policiais

haviam apreendido como evidências de sua atuação subversiva. O sentimento extremamente negativo que ela afirma ter sentido quando um dos homens estava vestido com uma camiseta sua é interessante de se perceber, pois, parecia algo relativamente sem significado diante de tudo que já havia passado e sem saber aquela altura onde estavam os filhos. Tais memórias nos parece demonstrar que, àquela altura, não havia restado mais nada. A ditadura havia tomado seus filhos, seu lugar no país, seus pertences, sua dignidade, tudo.

Alguns dias depois Lílian foi levada para a Compañía de Contrainformaciones: “allí me desnudan, me ponen un mameluco con un número y una capucha. Todos los días de mañana me hacían bañar con la puerta abierta y al tercero querían que lavara el uniforme” (CELIBERTI; GARRIDO, 1989). Recusando-se a executar pequenas tarefas como esta, Lílian diz que acreditava que este tipo de reação fazia parte da estratégia de resistência ao regime. Medir forças com ele, em pequenas atitudes como essa, representaria, em suas palavras, um importante “*juego de inteligencia*”. Em outra ocasião, quando os militares a obrigaram a escrever uma carta de próprio punho ao dono do apartamento em Porto Alegre para justificar sua ausência e das crianças, Lílian teria escrito com uma letra diferente da sua e assinado ao invés de “Lílian Elmira” teria usado “Lílian Elvira”, colocando assim o *juego de inteligencia* em prática.

Lílian afirma ter sentido certa segurança, naquele momento, pois acreditava que “lá fora” havia uma grande mobilização por parte dos companheiros para que descubrissem seu paradeiro. Acreditava que sobreveria devido a um esforço coletivo, procurava pensar que estava em uma posição de vantagem. Se, tiveram oportunidade de matá-la e não mataram era porque estavam na defensiva, e deveria utilizar esse sentimento a seu favor. No entanto esta era uma

vantagem individual, que talvez outros companheiros não tivessem tido a mesma chance. Segundo ela, mais tarde, durante o momento em que viveria a prisão coletiva, esse modo individual de elaborar estratégias para sobreviver no cárcere, teria se tornado para algumas companheiras um ponto de atrito na convivência.

Conforme Cunha (2009, p.222) na noite de 6 de dezembro, “em um caminhão do Exército guardado por soldados com metralhadora e cães ferozes”, Lílian foi transferida para o Batalhão de Infantaria nº 13, onde estavam outros dez presos do PVP. Entre eles, sua amiga de infância, Ana Salvo com quem havia estabelecido uma estratégia de comunicação escrita através de sacos e migalhas de pão. As celas eram abertas e vigiadas por um guarda. A ordem dada pelos soldados era que as presas não podiam olhar para essa saída aberta e não podiam passar por ali sem um capuz tapando seus rostos. Ao lembrar de suas experiências carcerárias anteriores, quando as colegas de cela cantavam e ela se alegrava, Lílian lembra que resolveu fazer o mesmo para acalentar as companheiras que viviam pela primeira vez a vida no cárcere. A amiga Ana, era grande aliada nessa tarefa, uma vez, que tinha em mente um enorme repertório musical. Como Lílian, Ana vivia os dilemas de ser militante e mulher. Essa duplicidade de ser ativa políticamente e de realizar-se na vida pessoal. Ali, naquela troca de experiências, Lílian indica os caminhos da origem de sua reflexão feminista. Marlene era outro exemplo de força feminina na prisão. Costumava andar sempre com a cabeça levantada, tinha sempre a voz firme e alta, mostrava-se segura e jamais intimidada.

O tempo do calabouço não parecia ser o mesmo do mundo lá fora. Lílian e as companheiras tornaram-se verdadeiras artesãs com sua única matéria prima, o pão, povoando o chão das celas com anjos, bruxas, príncipes e toda

sorte de personagem. A atividade as ajudava a passar o tempo e teria atraído a simpatia de alguns soldados e, em certa medida, teria permitido conseguir com eles alguns favores. Em troca de alguns bonecos, Lílian ficaria sabendo das mobilizações das organizações, advogados e familiares para encontrá-la, e a Universindo:

Y los soldados miraron, y los soldados miraban, y fueron trayendo pedacitos de papel, la envoltura planteada de las cajas de los cigarrillos y más pan, doble ración de pan en las comidas para que les explicara cómo se hacían los muñecos, para saber por qué poro de la migra era que brotaban las tortugas. Vaya uno a saber. Llegaron las fiestas de diciembre y seguía incomunicada. Mosquetero por información: ése era el trato. El soldado le trajo una carta de su madre. Por el mismo soldado le mande una carta a mi madre [...] (CELIBERTI; GARRIDO, 1989).

Nesse momento, ela ainda não tinha notícias de Camilo e Francesca, não sabia que destino os filhos tinham levado desde que haviam se separado dela na fronteira com o Uruguai. Segundo os testemunhos de Lílian, os soldados tinha curiosidade em saber quem era aquela mulher que causava tanto transtorno aos oficiais e que aparecia em vários jornais. Celiberti afirma ter feito amizade com um soldado e este que em algum momento teria conseguido falar com seu pai no lado de fora do Batalhão e trouxe notícias para ela. Três desses homens, que Lílian não identifica em seu depoimento, ao serem descobertos como colaboradores de uma subversiva teriam sido torturados, processados e presos por até três anos e outros foram afastados das atividades. A partir desse momento nenhum outro agente se atraveu a falar com Lílian novamente.

A culpa pelo acontecido com o soldado, Lílian traduz como um sentimento muito ruim que carregou consigo durante anos.

Ali no Batalhão, as companheiras compartilharam a difícil condição de ser, ao mesmo tempo, militantes, mulheres, mães, esposas e prisioneiras, condição vista, muitas vezes, com preconceito pelos companheiros homens. Um dos maiores dilemas pessoais vividos por Lílian Celiberti, foi quando os agentes passaram a pressioná-la para que assinasse uma declaração em que confirmava a prisão por invasão, versão que faria cair por terra a hipótese de que estava desaparecida, sequestrada. Desta assinatura, os agentes faziam depender a transferência e julgamentos de suas companheiras de cela. Segundo Lílian, “Capitán Giannone, Bassani y el subjefe del cuartel, Mayor Gree, me presionaban para que firmara la declaración la que constaba que había sido detenida en Uruguay”, ao invés de sequestrada (CELIBERTI; GARRIDO, 1989). É possível perceber com este fato, que, mais uma vez, em sua trajetória de vida política, à Lílian é atribuída enorme responsabilidade e poder. Estava em suas mãos uma decisão que implicava a vida de outras companheiras. Ao decidir assinar, decidia pela segurança das companheiras.

Lílian descreve seu dramático retorno do juiz com uma nostálgica cena em que a amiga e companheira Ana Salvo cantava “Palabras de Julia”, música conhecida pela interpretação da famosa cantora dos “sem voz”, a argentina de voz dramática, Mercedes Sosa. A música, em realidade, é uma adaptação do poema de mesmo nome, escrito por José Augustin Goytisolo Gay, escritor espanhol nascido em 1928 e adaptado para a música pelo cantor Paco Ibañez. José Augustin escreveu esse poema em homenagem à mãe Julia, que morreu durante um bombardeio sobre a cidade de Barcelona, durante a Guerra Civil Espanhola, promovido pelas forças do governo do

general Francisco Franco. Lílian identifica sua dramática experiência à de José Agustín (1981):

Tú no puedes volver atrás, porque la vida ya te empuja, como un aullido interminable, interminable. Te sentirás acorralada, te sentirás, perdida o sola, tal vez querrás no haber nacido, no haber nacido. La vida es bella ya verás, como a pesar de los pesares, tendrás amigos, tendrás amor, tendrás amigos. Un hombre solo, una mujer, así tomados, de uno en uno, son como polvo, no son nada, no son nada.

Após a assinatura, as companheiras de cela foram transferidas para Punta Rieles e Lílian para a cela nº 5 do Batalhão de Infantaria Nº 13, por cerca de um ano e meio, como única prisioneira. Sua condição solitária a levou ao desespero emocional e físico e também a desenvolver um modo muito particular de resistência/sobrevivência. A impossibilidade de seguir adiante na luta política por consideração aos filhos e ao mesmo tempo a impossibilidade de acompanhar o crescimento deles por ter deveres políticos a cumprir, abalou profundamente a estrutura física e psicológica da militante. Antes de ser transferida para a prisão feminina de Punta Rieles como as outras companheiras, Lílian passaria ainda outros quarenta dias de solidão no Quartel de Infantaria de Paraquedistas Nº 14.

A solidão do cárcere só cessava quando, raramente, algum soldado era preso por desacato e passava ali apenas alguns dias ou quando a levavam para tomar banho de sol e, podia ouvir as pessoas do lado de fora passeando, conversando e até fazendo orações em uma igreja próxima dali. Foi um ano e meio de uma vida de angústia e muitas esperas. Celiberti afirma que nesse momento esperava muitas coisas, uma visita, um banho de sol, esperava ser levada dali, esperava pelo

banho. Por fim, com o tempo, foi deixando de ter tantas expectativas e sua maior e mais importante espera acabava sendo pelo toque da bandeira da tarde e pelo banho, que inicialmente era permitido uma vez por semana, depois a cada dez dias, até que não se sabia mais quando iria acontecer, o banho se tornara o “lazo más fuerte con la dignidad personal” (CELIBERTI; GARRIDO 1989).

Durante o dia a cela ficava escura, pois, as luzes eram apagadas. Para que não pudesse descansar, o colchão também era retirado já pela manhã e durante a noite era devolvido, assim como a luz, que pertubava seu sono durante toda a noite. O lado positivo, segundo a uruguaiia, é que desenvolveu o hábito da leitura noturna. A partir de 1980, quando a prisão havia sido oficializada e divulgada na imprensa, Lílian passou a receber visita dos pais que traziam livros. O primeiro deles foi um de contos de Pearl Buck sobre a China, livro que leu muitas vezes. Outra vez havia pedido a bíblia, e o principal motivo era o seu tamanho. Quanto maior o livro mais Lílian sentia-se ocupada. Alguns livros que seus pais trouxeram foram censurados e ela nunca chegou a ver sequer ver a capa. No cárcere solitário do quartel, Lílian Celiberti passou a virada do ano de 1978 para 1979 “na companhia” de William Shakespeare e suas obras completas. Depois que as companheiras de cela foram transferidas e Lílian ficou só, o artesanato com bonecos feitos com migalha de pão foi abandonado, o sentido de resistência coletiva que aqueles bonecos representavam havia se perdido, não havia mais ajudantes para modelar os bonecos e expor, nem havia mais soldados curiosos fazendo pedidos de novos bonecos.

Os dias anteriores às visitas eram para Lílian cercados de uma grande tensão física. A possibilidade de ver os pais e os filhos deixava Lílian imersa em uma espécie de montanha-russa sentimental que mesclava euforia e pânico e o corpo

refletia toda essa tensão em fortes dores no estômago, problemas intestinais, suor e calafrios. Lílian, que na época fumava cigarro, utilizava uma estratégia de comunicação com a mãe. Escrevia com uma agulha, que havia encontrado em um dos banhos de sol no Batalhão de Infantaria N° 13, no pacote de cigarros trazidos pelos pais. Lílian os colocava no bolso da calça da mãe que depois os colocava na boca, para passar pela revista na saída, e que só os tirava quando chegava em casa. Eram momentos de grande tensão. Durante a entrevista em Porto Alegre, Lílian revelou à pesquisadora que dona Lília havia guardado esses papéis por anos sem que, nem mesmo a filha soubesse.

Em 1982, o advogado Omar Ferri teria tido acesso a alguns desses bilhetes através de dona Lílian e teria publicado uma foto do pequeno papel, em seu livro “O sequestro no Cone Sul: o caso Lílian e Universindo”. O livro, chegou ao conhecimento dos militares que interrogaram Lílian, que de nada sabia. Indignados, os policiais queriam saber como ela ainda conseguia se comunicar com o lado de fora. Estavam muito enfurecidos e a xingaram muito. Lílian ficou sabendo do passo arriscado que a mãe e o doutor Ferri haviam dado somente quando saiu da prisão, mais de um ano depois. Porém, a mãe nada sofreu pois, segundo Lílian eram tantos escândalos envolvendo seu caso que apareciam nos jornais que, os militares muito possivelmente acharam mais prudente nada fazer contra dona Lília aquela altura dos acontecimentos.

Ainda na entrevista concedida em Porto Alegre, Celiberti revelou que (re)descobriu esses bilhetes após a morte da mãe, no ano 2000, quando foi organizar os seus pertences. O encontro inesperado com aqueles preciosos símbolos da resistência trouxe grande comoção. Tal foi o choque que Lílian os guardou durante catorze anos, sempre se perguntando se deveria ou não revelar a alguém lembranças tão íntimas

guardadas pela mãe, mas que ao mesmo tempo, possuía importante valor histórico. Somente neste ano, Lílian afirma ter criado coragem e decidido emprestar parte do precioso material (eram dez no total) a um amigo, curador de uma exposição sobre sua história de vida que dava destaque para o sequestro sofrido por Lílian em 1978 na “Semana da Democracia”, ocorrida entre os dias 1º e 5 de abril deste ano, na cidade de Porto Alegre.

Figura 3 – Papeis de pacotes de cigarro utilizados por Lílian Celiberti para se comunicar com a mãe, dona Lília, enquanto esteve presa.



Fonte: Silva, MARIANA. Fotografia da exposição sobre a vida de Lílian Celiberti durante a ditadura, no Museu dos Direitos Humanos do Mercosul. Porto Alegre. 05/04/2014

Convidada a participar do evento que promoveu uma série de importantes encontros e debates, sob o lema “Que

nunca mais desapareça” que lembrou os 50 anos do golpe de Estado que instalou a ditadura no Brasil e levou o terror da repressão aos vizinhos no Cone Sul, Lílian aceitou, generosamente, o convite da pesquisadora e doou duas horas de seu tempo para conceder a oitava e última entrevista para a composição deste trabalho. O evento, que ocorreu em diversos pontos da cidade teve o apoio do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, através da Secretaria da Cultura, bem como também do Governo Federal através da Secretaria dos Direitos Humanos da Presidência da República. Participaram como palestrantes e debatedores vários representantes de Secretarias de Direitos Humanos, bem como membros de Arquivos sobre a Repressão, integrantes de Comissões de Desaparecidos da Ditadura e militantes políticos de todos os países do Cone Sul. Lílian Celiberti participou como palestrante no dia 4 de abril, com um painel intitulado “Ditadura, Democracia e Gênero” onde foi apresentada como “uruguaia, ativista dos Direitos Humanos, sequestrada junto com seus dois filhos em 1978 durante a Operação Condor”.

Lílian se dispôs a encontrar com a pesquisadora pessoalmente depois de um longo tempo em que a comunicação era feita apenas pela internet e conceder mais uma entrevista para contar sua história. Diferentemente da pesquisadora, Lílian esboçava serenidade, fruto de sua larga experiência em desempenhar a função de *falar de si*. Ao longo dos anos Lílian acumulou cententas de participações em eventos, onde, representando a ONG Cotidiano Mujer e era convidada a conceder entrevistas.

O primeiro contato com Lílian havia sido feito por *e-mail* em maio de 2012, desde então com as inúmeras conversas informais e entrevistas gravadas transpareciam que Lílian queria falar mais, dar mais detalhes sobre sua vida. Na manhã de sol do dia 5 de abril de 2014, no Hotel Everest, Lílian falou

tranquilamente sobre qualquer tema questionado. O encontro se deu no mesmo dia em que ela iria tomaria o avião de volta para o Uruguai, no último dia do evento. Aparentando bastante cansada da longa semana de eventos em Porto Alegre, Lílian respondeu pacientemente às perguntas por mais de duas horas. Ao terminar a entrevista, Celiberti sugeriu que a pesquisadora visitasse o Museu dos Direitos Humanos do Mercosul (MDHM) que ficava a poucos minutos de caminhada do Hotel, para conhecer a exposição sobre sua vida.

Localizado na Rua Sete de Setembro, bem no coração do centro histórico de Porto Alegre, junto da recém-restaurada Praça da Alfândega, o edifício centenário que abrigou até 1996 a sede dos Correios e Telégrafos foi reformado entre 2013 e 2014 para a instalação do MDHM. Esse museu funciona hoje, junto do Museu do Rio Grande do Sul e do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, compondo um dos mais importantes centros de cultura da memória do Brasil. O objetivo do MDHM é servir como referência internacional nos debates sobre memória e direitos humanos. O projeto de construção do MDHM surgiu de uma determinação da Reunião de Altas Autoridades em Direitos Humanos do MERCOSUL, em novembro de 2011, ocorrida em Montevidéu, para que em Porto Alegre fosse criado um espaço de memória e integração dos países do MERCOSUL pela via dos direitos humanos, que se comprometesse no fomento de uma educação para a cidadania através da promoção de uma cultura de paz e tolerância. Trata-se de um espaço de apresentação de histórias e memórias relacionadas à violações aos direitos humanos originadas no contexto da “Operação Condor”. Permite ainda abrir espaço para o debate e exposição de histórias e memórias das mulheres, dos negros, indígenas e comunidades LGBT.

As memórias do longo e solitário cárcere vivido por Lílian nos quarteis uruguaios representam uma série de

dualidades. Ao relatar suas lembranças daquele período, Celiberti descreve sensações e sentimentos extremamente obscuros, tensos, cheios de medo e dor, mas, ao mesmo tempo relata ter passado ali “lindas manhãs que começavam às 6:45, siempre me levantaba contenta con el desafio del dia por delante. El pan caliente era algo lindo de se esperar” (CELIBERTI; GARRIDO, 1989). Levantava, se penteava, organizava sua cela como se estivesse em sua casa. Celiberti utiliza em vários momentos de sua narrativa o amanhacer como uma metáfora de esperança e o anoitecer como um símbolo de desalento. Em todo aquele ritual cotidiano previsível, o dia do banho e a chegada dos embrulhos enviados pelos familiares - cigarros, sabão, queijo, frutas, algodão, pasta de dente, roupa - representavam renovação e esperança.

A resistência solitária de Lílian passava ainda, por negar-se a andar de cabeça para baixo como costumava ordená-la um tenente que a acompanhava e que segundo ela tinha prazer em provocá-la. Ao desacatar o tenente ela era enviada de volta para a cela, e apesar de ser uma escolha dolorosa perder aqueles poucos minutos de sol, de esperança, de vida, recorda que sentia satisfação em conseguir continuar, mesmo de forma tão precária, resistindo.

Com as inúmeras leituras feitas nos mais de quinhentos dias de solidão, Lílian reproduz, em seus testemunhos um cotidiano carcerário tomado de influências literárias. Os dias de chuva representam em “Mí Habitación, Mí Celda (1989) como um poema de Guillén. Delírio, medo, dor, frio, calor, angústia, toda essa “estrutura de sentimento” tinha correspondência com alguma passagem dos escritos de Gramsci, Nazim Hikmet, Domitila Chungara e Miguel Hernández.

O ano de 1980 representa uma série de mudanças políticas para o Uruguai e para a vida de Lílian Celiberti. É nesse ano que ocorre o enfraquecimento da ditadura, os

militares haviam decidido pedir a opinião popular sobre o governo, o mesmo governo que até aquele momento repudiava a opinião do povo. *O tiro saiu pela culatra* e o povo uruguai disse “não” ao projeto de mudança da Constituinte. Para alguns, é também em 1980 que a “Operação Condor” deixa de existir. É ainda, em maio deste ano, que Celiberti é submetida a um tratamento para melhorar sua aparência haja vista a visita da Cruz Vermelha para avaliar a situação sua física na prisão. Em julho, foi transferida para o quartel de Infantaria nº 14 de Paraquedistas. Ali permaneceu mais quarenta dias na condição de única detenta. Ao fim desse período, Lílian foi transferida para o presídio feminino de Punta Rieles. O presídio feminino de Punta Rieles, localizado em Montevidéu, representava o tão sonhado convívio compartilhado.

A transferência representou para Lílian, também, o reencontro com a companheira Ivone, em 1983, no setor C, a mesma que compartilhara a cela de Punta Rieles dez anos antes, com quem havia dividido suas experiências. Lílian lembra o quanto desejava reencontrar a amiga. Todavia, o encontro havia se transformado em uma grande frustração. Os anos haviam esfriado a relação de amizade entre elas, e, a afinidade de outrora havia se perdido. Estranharam-se, a amizade esfriou. Ivone não foi a única decepção. Sentimentos como fobia social, foram vividos por centenas de pessoas ao longo do período das ditaduras. A prisão, a tortura, a violência psicológica tinham exatamente o intuito de destruir as relações entre os militantes.

Os longos meses de solidão tornaram extremamente difíceis a adaptação ao convívio coletivo em Punta Rieles. Decisões individuais como fazer greve de fome por seis dias e não acatar certas ordens dos agentes prisionais sem a concordância das companheiras resultou, em certo momento, o afastamento e esfriamento das relações com as companheiras

de cela. As estratégias de sobrevivência desenvolvidas por Lílian ao longo dos meses em que viveu sozinha a experiência do cárcere e que acabou estendendo para Punta Rieles, refletiu negativamente no convívio coletivo. Contudo, ao relatar como percebeu a rejeição do grupo que por tantas vezes sonhou em encontrar, Lílian demonstra ter buscado concentrar seus esforços em ser aceita e bem quista entre as companheiras (CELIBERTI; GARRIDO, 1989).

Ao chegar no Setor A, no primeiro contato com as companheiras depois de tantos meses vivendo só, nos quartéis, Lílian não parava de falar. A excitação em contar o que havia passado e dos planos que elaborava como, por exemplo, as ameaças de greve de fome, sabendo que os militares se desesperavam com essa ideia lhe dando vitaminas para que não caísse doente. A particularidade de sua experiência e as consequências de suas opiniões e decisões, causava enorme estranheza ao grupo: “creo que fui tremendamente indiscreta: cada realidad conforma sus pautas, sus normas de conducta, y yo llevaba mucho tiempo viviendo sólo con las mías como para comprender que podía caer mal si decías cosas que estaban fuera del marco común gestado en la convivencia” (CELIBERTI; GARRIDO, 1989).

Novamente, as memórias de Lílian Celiberti remetem a uma situação de duplidade, desta vez, com o confronto entre o individual e o coletivo. Lílian desenvolveu em seus mais de quinhentos dias de cárcere solitária seu próprio código de conduta. Mas, segundo a própria, suas estratégias individuais de resistência faziam parte de uma luta que era coletiva. O seu código particular, de sobrevivência e resistência, havia nascido de sua condição carcerária particular, que era individual. Contudo “dicho así, simplemente, entre un grupo de mujeres que llevaban años de presas, esta afirmación sólo podía ser interpretada como una visión personal e

individualista” (CELIBERTI, 1989). A particularidade de sua experiência era de difícil compreensão para o grupo e assim, novamente verifica-se uma duplicitade na particularidade da experiência de Celiberti no cárcere coletivo, um sentimento de prisão dentro da própria prisão. Segundo Lílian (1989), “querías – claro que querías – encontrarte con cada compañera, vivir a cada una, ser plena ante la destrucción, construir en ese mundo cerrado sobre sí mismo no sólo los gérmenes del futuro sino ese presente, ese hoy que sería la base”. Mas, era justamente ali, no convívio coletivo, onde Lílian sentia-se “irremediablemente presa” (CELIBERTI; GARRIDO, 1989).

Ao passo que em Punta Rieles necessitava aprender novamente a considerar que, qualquer decisão, por mais insignificante que parecia ser, deveria ser avaliada e aprovada pelo grupo, a adaptação inicial representou árdua tarefa. Era preciso se adaptar as regras surgidas ali, antes de sua chegada. Muitas vezes as companheiras decidiam acatar as ordens dos guardas e Lílian, com sua personalidade forte, não aceitava. Esse tipo de comportamento era visto em certos momentos até como um insulto ao coletivo. Assim, o tão sonhado momento de encontrar as companheiras se tornou um despertar terrível.

Uma situação que ilustra claramente essa complexa situação vivenciada por Celiberti, ocorreu no final de 1980, quando o “sequestro dos uruguaios” completaria dois anos. Naquele momento, os militares se “esforçavam” por parecer simpáticos ao povo ao propor ouví-lo na consulta pública sobre a Constituição. Como forma de protesto por sua prisão, Lílian decidiu fazer greve de fome, algo que havia planejado desde seu cárcere nos quartéis, mas as companheiras de cela não estavam de acordo. No entanto, ela foi irredutível, “la huelga era valida para mí en el cuartel, pero dejó de ser válida e pasó a ser incerta en un penal tan complejo e donde había que

articular tantas cosas para caminar sin que te destryera” (CELIBERTI; GARRIDO, 1989).

Após alguns dias, bastante enfraquecida, Lílian foi transferida, para a enfermaria. Amarrada para que não arrancasse o próprio soro, Lílian tinha os braços inchados por tentar fazê-lo várias vezes. Na ocasião, ela recorda que os guardas puseram ao lado de sua maca o rádio para que ouvisse o setor onde suas companheiras conversavam tranquilamente e riam, como que ignorassem a situação pela qual passava. Esse tipo de situação, fazia parte dos estratagemas policiais que objetivavam desarticular as alianças estabelecidas entre as encarceradas. Dessa forma, conforme Lílian (1989), “en Punta de Rieles la comunidad de las presas no se definía por líneas políticas, sino por una opción: o enfrentabas este “aparato” en concreto o convivías con él. Los términos medios eran caldos de cultivo para nuestros represores”.

Quando seu estado de saúde melhorou, os guardas a levaram para solitária por sessenta dias, como medida corretiva. Segundo Celiberti, durante este tempo de solidão, pôde refletir sobre suas atitudes e concluiu que queria muito ser aceita pelo grupo. Em seu retorno à cela coletiva, a greve de fome havia se convertido em um tabu, não se falava dela e, aos poucos, Lílian buscou construir uma convivência harmônica com as companheiras. As inúmeras medidas punitivas, que levava as presas ao isolamento na solitária, eram também, formas de desintegrar a resistência no interior do cárcere. As punições chegavam, às vezes, a 7 meses de isolamento. O motivo alegado pelos militares era quase sempre o mesmo, por cumprimentar-se, por comunicar-se, por desobediência, por cantar, etc.

No interior do cárcere de Punta Rieles, desenvolveu-se um código de comunicação bastante particular, feito de migalhas de pão ou dos próprios sacos do alimento. Lílian

recorda de deixar no banheiro uma citação de Shakespeare, escrita em um pacote de pão para a companheira Lúcia. Acreditava que esses pequenos e delicados gestos, traziam conforto às companheiras e a aproximavam, aos poucos, de si. Outra forma de comunicação estabelecida entre as presas de Punta Rieles era a linguagem de mãos, não a linguagem padrão surdo-muda, mas um tipo específico criado por elas, que funcionava da seguinte forma, primeiro passo era a tosse, após se certificar de que a guarda não estivesse vendo. Fazia-se isso para chamar a atenção das companheiras das celas próximas e, depois, começavam os “malabares”.

A partir do final de 1982 a repressão no interior da prisão feminina aumentou consideravelmente, ao passo que, a resistência das presas também. Esse processo acompanha o momento político que se vivia do lado de fora do cárcere de Punta Rieles. Conforme Enrique Serra Padrós (2005) a pesar da inegável abertura às negociações políticas, propiciado pelos interlocutores do “No” do Plebiscito e, que, nesse momento houve uma redução na intensidade de algumas práticas do TDE, a dinâmica da repressão, permanecia inalterada. Um dos grandes desafios de se viver o cotidiano da prisão feminina, era a difícil relação das presas com a polícia feminina. Conforme Celiberti (1989), esta relação era muito pior do que com os agentes masculinos vivenciado nos quartéis. Em tese, ambas as polícias eram preparadas para desempenhar um mesmo papel e estavam no lado oposto às presas. Apesar disso, Lílian afirma que, no seu caso, com os militares chegou a estabelecer diálogos e se beneficiar de condutas solidárias, vantagens em nenhuma hipótese considerada pelas militares mulheres de Punta Rieles.

O setor C foi último setor ocupado por Lílian Celiberti antes de adquirir a liberdade. Muito provavelmente, por representar os momentos finais de sua vida em um cárcere,

constituíram suas lembranças mais intensas. Foi ali, que segundo ela, formou-se o principal núcleo de companheiras. Por ser um setor que havia convivido mais tempo juntas, ali, havia se constituído uma relação e uma organização sólidas entre o grupo, ali, havia uma sensação maior de estabilidade. Por consequência, era, neste setor, onde Lílian sentia-se mais segura e à vontade para pôr em prática projetos de resistência de maior envergadura.

Foi nesta atmosfera que Lílian desempenhou com grande responsabilidade e seriedade seus papéis teatrais, ao representar peças como “Yerma”, parte da trilogia rural escrita pelo poeta e dramaturgo espanhol Federico García Lorca. Conforme Machado (2008), a peça, carregada de drama e inspirada em elementos estruturais da tragédia grega, trata sobre a crise moral de uma sociedade sobrecarregada pelo peso das ideias e tradições antigas. Em seu texto, Lorca demonstra toda a sua revolta contra a obediência e o modelo impostos pela casta. A personagem “Yerma” representa a busca por romper os tabús sociais de uma civilização extremamente fechada. O drama vivido por “Yerma” é o preconceito que enfrenta da sociedade patriarcal por não conseguir ter filhos, pois o marido era estéril, condição que não podia ser revelada para a casta. Yerma, portanto, carregava uma culpa que não era sua e se submetia a vários ritos e procedimentos para tentar fazê-la, inútilmente, engravidar.

Conforme Irley Machado (2008, p.4), “a patética negação de Yerma à própria vida tem origem em sua aceitação de leis sociais culturalmente impostas”. A tragédia se abate de vez sobre “Yerma” quando, ao ser possuída à força pelo marido, o estrangula. O ódio que “Yerma” sente pelo marido, era também, o ódio que tinha pela falta de liberdade e de opção para viver. Contrário ao que se espera, é na prisão, onde “Yerma” se sente em casa e era em casa, que ela se sentia

presa. A impactante obra de Lorca influenciou sobremaneira as primeiras reflexões feministas de Lílian Celiberti. Os dilemas da vida de “Yerma” coincidiam com os dilemas das detentas de Punta Rieles, e pessoalmente, de Lílian Celiberti. Maternidade, liberdade e preconceito – principalmente quando era demonstrado pelos próprios companheiros de militância – eram temas muito caros tanto à “Yerma”, quanto à Lílian.

A composição do grupo teatral dava-se a partir de vários critérios: parte do elenco era selecionado por ser considerada adequado ao perfil do personagem, enquanto, outra parte, sabendo da seleção, se oferecia para participar desempenhando qualquer papel disponível. Após a escalação do elenco, era o momento de discutir os motivos da escolha da peça em questão. “Yerma” proporcionou longos e calorosos debates sobre a condição e as experiências pessoais de cada companheira. É importante salientar que a organização da peça era orquestrada pelo grupo como um todo, não havendo nesse caso alguém que fizesse o papel de “diretor”, pois, era uma questão ideológica muito importante para o grupo do setor C que as tarefas fossem divididas igualmente. O momento da apresentação da peça, segundo Lílian, era apoteótico. Os beliches eram colocados lado a lado para que o “público”, que eram as companheiras que não participavam da peça, pudesse assistir a representação. Para Lílian (1989), a representação de “Yerma” foi uma experiência muito intensa, pois, ao final da apresentação, sentia um incrível vazio mental, pois, por alguns momentos este exercício de “ser outro” e, de viver “la vida de otro”, a fazia confundir realidade e ficção e esquecer por um instante de tudo, de sua própria identidade e onde estava.

Com o tempo, e após adquirir aceitação do grupo, Celiberti envolveu-se em várias manifestações de resistência ao regime, dentro da prisão. Esses *Lugares de Resistência* são representados em alguns momentos por ações organizadas e,

em outros momentos, por pequenas atitudes cotidianas. As formas de comunicação estabelecidas, as celebrações festivas, os acalorados debates políticos e os grupos de teatro são os espaços coletivos da experiência vivida por Lílian Celiberti em Punta Rieles. Eses *Lugares de Resistência* representam uma “estrutura de sentimento” de solidariedade específica daquele momento político e histórico que se vivia. A solidariedade funcionava ali, como uma espécie de bandeira de luta e também como uma arma para “no permitir que el individualismo te destruyera” (CELIBERTI; GARRIDO, 1989).

Além da comunicação muito particular desenvolvida no interior do cárcere de Punta Rieles entre as presas, outro aspecto interessante observado no interior da prisão, eram os momentos de celebrações vividos por Lílian e as companheiras. As comemorações de um aniversário, por exemplo, eram celebradas com o canto coletivo de “Las mañanitas del rey Davi”, tradicional canção mexicana, cantada, comumente, antes de partir o bolo de aniversário. Depois do canto, as guardas – outrora apresentadas por Lílian como tão irredutíveis – permitiam que abrissem as grades para que as presas se encontrassem. Elas entregavam, nesse momento, *regalos* feitos à mão como, por exemplo, um anel ou pingente feito de osso de frango guardado após uma refeição, um lenço ou algum bordado. Improvisavam ainda, uma torta com biscoitos molhados, suspiro e doce de leite. Às vezes ensaiavam alguma apresentação teatral especialmente para a aniversariante. Esse mínimo consentimento demonstra que, nem sempre, as guardas femininas eram tão “radicais”.

As celebrações de fim de ano também ocupam, no testemunho de Lílian, um importante *Espaço de Experiência*. Ao recordar sobre esse momento, demonstra valorizar o esforço coletivo e organizado deste “lugar” de resistência. Em

uma dessas passagens de ano, houve diversas apresentações sobre a história e a política latino-americana. Em determinando setor, o grupo havia preparado um mural humano sobre a América Latina. Funcionava da seguinte forma, os corpos uniam-se para formar o contorno do continente. Depois, cada uma falava sobre as caraterísticas políticas e culturais que considerava mais importante em cada país. Em outro setor, o grupo havia criado uma música divertida ironizando a situação política e a censura, impostas pela ditadura.

No Natal, certa vez, durante o recreio coletivo, as companheiras combinaram de começarem a andar em grupos de quatro mulheres e a cantar. Cantavam baixinho e repentinamente. Segundo Lílian (1989), sem que houvesse combinado, começaram a aumentar o tom da voz. Pouco a pouco, os grupos foram se juntando e formaram uma grande roda, cantando cada vez mais alto. As guardas visivelmente enfurecidas, encerraram o intervalo, nesse momento, ordenando que voltassem para as celas. Enquanto “acatavam” as agentes, as companheiras continuavam a canção. Certas da represália que sofreriam, Lílian afirma que, apesar disso, “el dique estava roto”.

As militantes presas em Punta Rieles formavam um grupo de diferentes orientações políticas para debater as várias perspectivas ideológicas existentes, gerando, muitas vezes, calorosas discussões. Criou-se o costume entre elas, de, todas as tardes, apresentar uma espécie de “noticiário semanal”. Após receberem as visitas dos parentes que chegavam com notícias do “mundo lá fora”, cada uma contribuia, compartilhando em voz alta e dentro de suas celas, uma por uma, as notícias de fora da prisão. A transmissão era feita a partir de códigos musicais criados especialmente para

transmitir essas informações e para que as guardas não entendessem.

2.6 LIBERDADE: UMA EXPOSIÇÃO SOBRE AS LEMBRANÇAS E SEUS SIGNIFICADOS

Esperé tanto este momento que no sé
cómo vivirlo; la alegría es como una
borrachera. Mil veces quisiera andar
ese camino para degustarlo de nuevo.
(Lílian Celiberti)

Lílian cumpriu sua pena em 21 de novembro de 1983. Naquele momento, recorda que os sentimentos se confundiam de uma forma tremendamente incrível: culpa, tristeza, medo, dor, angústia, alegria e esperança. Sentia culpa e tristeza por sair e deixar para trás as companheiras, com quem havia convivido por tanto tempo. Por isso, no dia de sua saída, confeccionou inúmeros presentes, doou seu uniforme, seu cobertor e objetos que conseguira esconder das vistorias dos agentes. Esses itens tinham um elemento simbólico de ligação e herança com os laços estabelecidos ali, “vos te ibas pero otras quedaban y esas otras eran muchas veces más próximas que tu familia o tu pareja” (CELIBERTI; GARRIDO, 1989).

A memória da liberdade tem sobretudo uma tradução de dor emocional. Primeiramente, por saber que não veria Camilo, pois o filho vivia com o pai na Itália. Com Francesca também enfrentaria difíceis e angustiante dias de adaptação:

“una cosa era es ser madre cada quince días,
cada mes o cada seis meses (como llegó a pasar
en algunos períodos) y otra es estar
conviviendo, empenzando a conocerse y
contradiciendo. Además, por la propia dinámica
de resistencia que había vivido en la cárcel, mis

necesidades iban más allá de ser madre” (CELIBERTI; GARRIDO, 1989).

Entre rupturas e permanências, Lílian lembra que se sentia, contudo, feliz e esperançosa pelos desafios impostos pela nova etapa de sua vida, afinal, tinha feito muitos planos, havia pela frente um imenso “horizonte de expectativas”.

Em fevereiro de 1984 Lílian esteve no Brasil e novamente a mesma situação: entrevistas e mais entrevistas, os jornalistas buscavam esclarecer e encaixar enfim todas as peças daquele terrível quebra-cabeça de seu sequestro-desaparecimento-prisão que chegara ao fim. Francesca ficou em segundo plano, “no encajaba”. Ao voltar para o Uruguai, enfim, mãe e filha puderam recomeçar a construir a vida juntas: “empezamos en marzo (de 1984) una relación que desde noviembre (de 1978) no habíamos podido tener y que (sic) nos habían robado”. Sobre a visibilidade do seu caso, a fama que Lílian adquiriu, afirma, “mi caso no tiene nada que ver con mi persona”. Lílian alerta que não se sente uma vítima uma vez que assumiu riscos a partir de sua decisão de enfrentar o regime autoritário.

- “Rápido. Anda logo!” Depois de cinco anos vivendo o inferno da distância dos filhos e dos pais, de sofrer as maiores humilhações físicas e psíquicas, de passar frio, fome, sede, náusea, insônia, pânico e dor à espera do fim é assim que uma mulher, vestida de verde, sem esboçar nenhum tipo de sentimento, encerrava a trajetória carcerária dos cinco longos anos em que Lílian Celiberti esteve presa. Lílian traduz seu sentimento ante a indiferença da guarda que a conduz para a liberdade em seu livro de memórias intitulado “Mi habitación, mi celda”, escrito em 1989, no calor dos acontecimentos e da lembrança do vivido: “Por qué rápido? Acaso no ha gastado tantos años imaginando, creando, costruyendo este momento?”.

A mãe de Lílian a esperava para buscá-la, sem Francesca. Foi tudo muito rápido, avisaram dona Lílian que a filha sairia da prisão dois dias antes do esperado, numa estratégia para que os jornalistas brasileiros não ficassem sabendo. “Qué ridículo”: ela lembra. Em suas memórias Lílian (1989) descreveu as primeiras sensações ao voltar a ser livre em seu país, analisando cuidadosamente até as pequenas coisas, as cores das cadeiras, as formas, os cheiros. Primeiramente percebeu que a casa de sua mãe estava mais velha, menos colorida. Depois buscou o espelho do quarto, para se ver por inteiro, buscando reencontrar-se, depois de tanto tempo.

Ao chegar na casa dos pais, Lílian era aguardada ansiosamente pelos familiares e por cerca vinte jornalistas brasileiros e uruguaios, de jornais e televisão: “son periodistas, me explican mis padres, son tambiéen amigos”. Enquanto tomava cerveja com eles aproveitava para dar entrevistas, foram cerca de dez dias dedicados a esta tarefa de *falar de si*. Entre luzes e flashes, Lílian não conseguia distinguir muito bem os rostos daquelas pessoas e, apesar de se sentir emocionada com a admiração que demonstravam, ao mesmo tempo se sentia envergonhada com tudo que diziam saber sobre sua vida. Sua mãe, então explicou o que cada um daqueles rostos representava para ela, eram “años de trabajo, de investigación, de miedo” (CELIBERTI; GARRIDO, 1989).

A retomada da relação com Camilo foi para Lílian, um dos grandes desafios de sua vida. Ao sair da prisão, o menino Camilo era já um adolescente (tinha quase quinze anos) e vivia com o pai na Itália. Retomar a relação com o filho não foi nada fácil. As emoções eram muito intensas: amor e ódio. O rapaz sentia-se abandonado, era difícil perdoar a ausência da mãe. Segundo Lílian (2014) foi preciso muito cuidado e muito tempo para reconstruir essa relação tão abalada e obter a

confiança que hoje tem com o filho. Com Francesca foi um pouco mais fácil, mas ainda sim, era complexo. A menina vivia com os avós no Brasil e compartilhava da mesma experiência com outras amigas de escola que também tinham mães presas.

Logo depois que Lílian chegou de Punta Rieles, na casa mãe, seu irmão foi buscar Francesca que estava em uma festa de aniversário. A pequenina havia crescido, mas, pulou em seus braços como se o tempo não tivesse passado. Mas passou. Foram cinco anos perdidos da infância de Francesca. Entre tantas cicatrizes deixadas nos corpos e mentes daqueles que fizeram parte da resistência nos períodos das ditaduras no Cone Sul, a separação das famílias, foi uma das mais dolorosas. As duas crianças que Lílian deixou aos cuidados de seus pais e do marido, agora eram dois adolescentes e suas infâncias, Celiberti jamais recuperaria.

Oportunamente, no momento da chegada de Francesca foram feitos vários registros pelos jornalistas ali presentes. Antonio Carlos Mafalda, um desses jornalistas, foi o autor da fotografia ganhadora do prêmio Vladimir Herzog, em 1984, com o título “Lilian Celiberti: A volta para a liberdade”. A foto que Lílian Celiberti traz em seu perfil na rede social Facebook hoje em dia, foi tirada logo em seguida a foto premiada de Mafalda. Nesta, Francesca salta para o colo da mãe e as duas se abraçam longamente. Os olhos fechados de Lílian, representam a profunda comoção sentida, resultado dos anos de afastamento de sua filha e contrastam com olhos abertos da menina assustada com a quantidade de pessoas e câmeras que flagravam o momento íntimo e único entre mãe e filha.

Figura 4 – Lílian Celiberti reencontra a filha Francesca depois de ser libertada da prisão.



Fonte: MAFALDA, Antonio Carlos. Jornal Zero Hora. Porto Alegre.
21/11/1983.

Figura 5 – O abraço de Lílian Celiberti e a filha Francesca após cinco anos, vivendo afastadas.



Fonte: Facebook. Perfil de Lílian Celiberti.

Segundo Celiberti (1989), o retorno à realidade da liberdade se deu aos poucos, o choque pela mudança do ambiente inóspito da cadeia para um mundo repleto de boas energias foi muito grande, representando uma mudança brusca. Durante algum tempo Lílian afirma que observou os números dos ônibus e das casas pelas ruas de Montevidéu e atribuiu à eles novos significados ao associá-los às suas companheiras de cela: 546 lembrava Cristina, 470 lembrava Maria Rosa. Os números tinham outros significados do lado de fora, assim como as horas, às 17 horas era a hora do chá. Lílian queria poder voltar para Punta Rieles para contar para elas tudo o que estava vivendo e sentindo. Desejava, na realidade, trazê-las consigo.

Quando saiu da prisão de Punta Rieles, Lílian tinha muitas providências a tomar: montar uma nova casa, recuperar-se economicamente, recuperar sua autonomia, criar os filhos, conseguir trabalho, e re(construir) sua identidade. Com a previsão de ventos democráticos que sopravam no Uruguai em março 1985, Celiberti apostou no projeto de criar um grupo feminista chamado “Cotidiano Mujer”, a primeira revista feminista do Uruguai, identificada como um ala radical, defendendo questões polêmicas para a época, como o aborto. O grupo refletia sobre a questão de gênero e sua relação com as experiências durante a ditadura. Segundo Lílian, esta era uma bandeira importante uma vez que ao sair da prisão as mulheres que participavam do grupo a questionavam muito sobre essa relação entre a ditadura e o feminismo, e ela não tinha uma resposta para o grupo, pois, até aquele momento pensava que na luta da resistência à ditadura não havia homens ou mulheres, eram todos companheiros.

O feminismo para Lílian passa então a ser entendido como um espaço de construção social de mulheres politizadas

que “buscam disputar e defender outras visões de mundo como o combate ao patriarcado, à submissão, ao autoritarismo, à predominância masculina, através do resgate das experiências de vida” (Celiberti, 2014). Lílian assume a partir de então papel de militante do feminismo como uma forma de luta e de ação política e como a construção de um sujeito político, que atua no espaço público, compartilhando lições, percepções e construções sócio-históricas.

A revista feminista transformou-se na importante Organização Não-Governamental Cotidiano Mujer dedicada ao planejamento e execução de projetos voltados para a divulgação e orientação de questões refentes à agenda política e cultural das mulheres uruguais e latino-americanas como o direito das mulheres migrantes, a saúde das mulheres (juventude, maternidade e aborto), participação política feminina, inclusão digital feminina e o trabalho doméstico, através de oficinas, cursos, reuniões, palestras e congressos, produção de livros e vídeos. A ONG define que suas ações de comunicação política e de promoção dos direitos das mulheres são mecanismos de mudanças dos sujeitos e promovem a igualdade social.

2.7 A MULHER E O MITO MULHER: REPRESENTAÇÕES DE UMA HISTÓRIA DE VIDA

Conforme Jorge Larrosa (2002), a palavra experiência, oriunda do latim *experiri*, significa provar, encontrar uma relação com algo que se experimenta. É ainda, o que nos passa e o que nos acontece. Experiência, possui o “ex” de exílio, que reporta ao estrangeiro, e ainda, ao estranho. A relevância do estudo da trajetória de Lílian Celiberti, através da exposição e análise de suas experiências de vida, relatada em testemunho, está na representação do seu papel político na

busca pela construção de um caminho de liberdade para as gerações futuras. A experiência, ou “o saber da experiência” como denominou Larrosa, é entendida, portanto, como o sentido individual da vida, mesmo que inserido em contexto coletivo:

Este é o saber da experiência: o que se adquire no modo como alguém vai respondendo ao que vai lhe acontecendo ao longo da vida e no modo como vamos dando sentido ao acontecer do que nos acontece. No saber da experiência não se trata da verdade do que são as coisas, mas do sentido ou do sem-sentido do que nos acontece (BONDÍA, 2002, p.27).

As ditaduras foram expressão de uma grande conflagração social e o conhecimento das experiências de vida da militante política Lílian Celiberti é fundamental para compreender o papel da resistência nesse período. Suas experiências estão imbricadas com o processo de rupturas e permanências por que passou o Uruguai e a América Latina a partir dos anos de 1960. Em sua trajetória, Celiberti ocupou diversos “lugares de experiência”, representando as mulheres, a juventude engajada, os professores e estudantes do magistério, os militantes da esquerda não armada, as vítimas da violência dos regimes autoritários latino-americanos, os sobreviventes da repressão, as mães separadas de seus filhos, os exilados políticos e as encarceradas de Punta Rieles e, de certa forma, incansável reprodução dessa experiência petrificou de certa forma seu discurso e sua imagem, e sua experiência profundamente humana passou a ter uma dimensão mitificada, com características heroicizadas.

O papel desempenhado pela resistência à violência política foi extremamente importante para os processos de

redemocratização. Para além dessa fundamental constatação, é preciso lembrar que houve um processo de mitificação dessa resistência. Após a queda das ditaduras na América Latina, a resistência passou a ser lembrada pelo símbolo mítico do herói, algo fora do humano. As duplicidades entre *a pessoa e o mito*, foram constatadas em diversos momentos da vida de Lílian Celiberti. Seu testemunho e as fontes que permitiram conhecer sua trajetória de vida política, demonstraram uma espécie de jogo de duplos entre a *Lílian Mulher* e *Lílian Mito*. É fundamental observar que isso não se deu sem razão. Celiberti e seus companheiros mediram forças com a ditadura, conscientes, de que cada passo devia ser extremamente pensado, planejado, calculado e que o risco do erro no desempenho do papel de cada um, poderia acarretar em um final fatal.

O mito em torno de Lílian Celiberti, assim como aquele criado em torno da juventude, não veio do nada. O mito tem origem em uma série de fatores, como a violência política, o despreendimento e solidariedade da juventude, as posturas assumidas pela resistência, a rebeldia. O mito foi também reforçado por produções audiovisuais como, por exemplo o documentário “Y cuándo sea grande”, produzido por Jairo Bustamante no Uruguai e o documentário “Condor” do cineasta Roberto Madre, produzido em 2007 onde são apresentados vários testemunhos de pessoas que sofreram a tortura na época das ditaduras na América Latina e discute o sistema de colaboração do terror entre os países do Cone Sul levando em consideração que fazia parte da “Operação Condor” e que esta tinha o apoio da CIA .

A repercussão do sequestro sofrido por Lílian Celiberti em 1978 teve consequências inéditas para si, para seus companheiros, para seus filhos e para o próprio sistema político uruguai. A (re)construção política e social dos direitos

políticos no Uruguai, e na América Latina, com o fim da ditadura, dependia da memória daqueles que haviam vivido de perto, intesamente, as privações do regime de exceção, para “Nunca Más” esquecer, para que nunca mais acontecesse. A construção dessa memória individual e ao mesmo tempo coletiva foi fundamental no processo de redemocratização e Lílian parece ter sido consumida por esse chamamento. Viveu e vive até hoje, respondendo, transmitindo e descrevendo o fatídico 12 de novembro de 1978 e seus desdobramentos a partir dalí.

No livro em formato de entrevista “Mi habitación, mi celda” elaborado por ela e a jornalista Lucy Garrido, que se tornaria sua amiga, e publicado no calor dos acontecimentos, Celiberti indica o que seria sua intenção ao assumir essa tarefa de *falar de si*, ao afirmar que compartilha sua experiência para contribuir, para somar às vozes caladas durante a ditadura, para exigir reparação e justiça, para que ninguém se esqueça do que houve e para construir uma identidade coletiva feminista sobre a repressão, essa tarefa havia nascido da necessidade de reinvidicar o direito à palavra (CELIBERTI; GARRIDO, 1989).

Há trinta anos atrás, a jornalista Lucy Garrido, assim como a pesquisadora, não tinha muitas informações sobre Lílian Celiberti mas, atraía sua atenção o fato de que “su nombre dos por tres aparecía citado en los medios de comunicación a raiz del secuestro que ella, sus hijos (Francesca de 3 y Camilo de 7) y Universindo Rodríguez habían sufrido en 1978 en Porto Alegre debido a una acción conjunta del ejército nacional y el DOPS brasileño” (CELIBERTI; GARRIDO, 1989). Estimulada pela notoriedade que Lílian havia adquirido, Lucy aceitou participar da produção do livro, que foi produto de três meses de conversa entre as duas, gravadas em onze fitas cassetes.

O que podemos concluir é que o desfecho do “sequestro dos uruguaios” foi possível graças a uma importante “estrutura de sentimentos” que reuniu o senso de coletividade, solidariedade, organização e cuidado do PVP, da percepção jornalística de Luiz Cláudio Cunha, do trabalho incansável de Cunha e seus colegas em divulgar o episódio dia após dia nos jornais até que se esclarecesse o acontecido, da pressão interna e externa por parte de advogados como Omar Ferri através de organizações de direitos humanos ligadas à ONU e ao SIJAU (Secretariado Internacional de Juristas pela Anistia no Uruguai), da luta dos pais de Lílian para encontrar a filha e os netos, da força com que Universindo e Lílian resistiram à tortura, às ameaças e todo o tipo de sofrimento. Nesse episódio de sua vida a fragilidade de uma mãe de dois filhos, sequestrada, torturada e encarcerada, contrasta com a figura da impetuosa, corajosa, obstinada militante da resistência contra o regime militar.

O fato de Lílian ser convocada a *falar de si* e querer atender a esse apelo, talvez tenha contribuído para “encapsular” sua vida a esta marcante experiência. É muito interessante perceber a própria constatação de Lílian (2014) que afirma ter mais afinidade com a palavra falada do que a escrita, de que tem facilidade em falar, por mais difícil que possa ter sido a experiência, ao passo que é muito mais abstrata ao tentar escrever sobre ela mesma, dizendo sentir liberdade ao falar, ao passo que sente-se limitada ao escrever sobre a sua experiência. Foi possível perceber isso ainda, em alguns momentos da pesquisa, quando a pesquisadora solicitou que respondesse a questionários prontos por *e-mail*, e Lílian insistia que “*hablar es mejor*” (2013). Nas entrevistas gravadas, Lílian jamais se esquivou de nenhuma pergunta.

Outra contribuição para o entendimento de que há uma duplicidade entre a *Lílian Mulher* e a *Lílian-mito* é a questão

do museu. A reprodução de sua história de vida fomentada por ela mesma, contribui para aumentar o mito, despessoalizando cada vez mais sua pessoa do personagem da história. Do ponto de vista da História esse fator se configura em um problema. A mitificação da resistência como um todo - não só da vida de Lílian Celiberti - é um problema. Esse processo tem origem e causa. A redemocratização permitiu que as experiências fossem conhecidas, ouvidas, reproduzidas. No entanto, conhecer o passado não é necessariamente glorificá-lo e sim buscar entendê-lo, discuti-lo, analisá-lo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na análise sobre o período das ditaduras do Cone Sul não se deve centrar apenas na repressão e eliminação dos opositores. A violência não pode servir para colocar as pessoas em um patamar acima do bem e do mal. As duplícidades identificadas no interior das relações sociais desse período mostram contradições não esperadas para o tipo de ideologia que cada lado representava. Havia dentro das organizações de esquerda, por exemplo, manifestações explícitas de machismo, homofobia e duras imposições hierárquicas. Ao mesmo tempo havia solidariedade e colaboração de agentes militares sensibilizados com a situação de muitos presos políticos. Segundo Beatriz Sarlo (2007), é chegada então a hora de reunir esforços para “lembra e entender” e buscar ir além de uma interpretação do testemunho como ícone de Verdade. O exercício de lembrar desse passado ainda tão presente e carregado de subjetividade foi, e, continua sendo fundamental:

Propor-se não lembrar é como se propor não perceber um cheiro, porque a lembrança, assim como o cheiro, acomete, até mesmo quando não é convocada. Vinda não se sabe de onde, a lembrança não permite ser deslocada; pelo contrário, obriga a uma perseguição, pois nunca está completa. A lembrança insiste porque de certo é soberana e incontrolável (em todos os sentidos dessa palavra). Poderíamos dizer que o passado se faz presente. E a lembrança precisa do presente porque, como assinalou Deleuze a respeito de Bergson, o tempo próprio da lembrança é o presente: isto é, o único tempo apropriado para lembrar e, também, é o tempo do qual a lembrança se apodera, tornando-o próprio (SARLO, 2007, p.10).

No ímpeto de encontrar *outro caminho* que não cruzasse com a historiografia oficial tradicional, positivista e conservadora, que exaltava os grandes líderes da direita, nem com a historiografia progressista que glorificou e despessoalizou os representantes da esquerda, promovendo uma espécie de nostalgia difusa, transformando-os em mitos, o esforço foi de tentar ir um *pouco além*. Para isso, tomou-se cuidado para não deixar de expor os conflitos e tensões, as rupturas e permanências das relações, nem diminuir a importância da lembrança. Conhecer um pouco da história de vida dos representantes da militância, como pessoas e não como ícones, tentar saber o que pensavam naquela época, sem se limitar à lembrança que se tem de como eram e de como agiam, foi por onde esse trabalho enveredou. Conforme Beatriz Sarlo (2007, p.61) essa tentativa não é nenhuma “pretensão reificante da subjetividade nem um plano para expulsá-la da história. Siginifica, apenas, que a ‘verdade’ não resulta da submissão a uma perspectiva memorialista que tem limites nem, muito menos, a suas operações táticas.

De acordo com Beatriz Sarlo ainda (2007), para tentar encontrar esse *outro caminho*, buscou-se considerar que o passado é sempre conflituoso e que a ele concorrem, a memória e a história. Considerou-se também, que a operação de retorno ao passado nem sempre é um momento libertador da lembrança, podendo tornar-se em um arriscado (re)ativador de traumas aparentemente superados. No entanto, apesar das ditaduras latino-americanas ter atentado contra o caráter sagrado da vida humana, todo o relato de experiência é interpretável, pois, negar esse caráter seria contribuir para a “cristalização do discurso”:

As visões do passado (segundo a fórmula de Benveniste) são construções. Justamente porque o tempo do passado não pode ser

eliminado, e é um perseguidor que escraviza ou liberta, sua irrupção no presente é compreensível na medida em que seja organizado por procedimentos de narrativa, e, através deles, por uma ideologia que evidencie um *continuum* significativo e interpretável do tempo. Fala-se do passado sem suspender o presente e, muitas vezes, implicando o futuro. Lembra-se, narra-se ou se remete ao passado por um tipo de relato, de personagens, de relação entre suas ações voluntárias e involuntárias, abertas e secretas, definidas por objetivos ou inconscientes (SARLO, 2007, p.12).

Interpretar não significa sobremaneira desconfiar do testemunho, uma vez que essa confiança foi necessária “para a instalação de regimes democráticos e o enraizamento de um princípio de reparação e justiça” (SARLO, 2007, p.47). O exercício praticado a partir de então, foi o de buscar estabelecer uma visão crítica do testemunho, árdua tarefa para um trabalho que assumia cada vez mais um caráter biográfico.

Identificaram-se na representativa trajetória política da uruguaia Lílian Elmira Celiberti Rosas importante elementos do *além-mito*. Esses elementos configuram uma série de duplicidades, identificadas em um contexto de “estruturas de afetividades” próprias dos anos de 1960 e 1970. Esses *jogos de duplos* permitiram conhecer um pouco mais a *Lílian Mulher*, para além da *Lílian Mito*.

O fato de que foi a experiência de vida de Lílian (jovem) que influenciou os pais (adultos) a atuar na política de esquerda, e não o contrário, é uma duplicidade. O orgulho do dever cumprido após ser presa enquanto desempenhava seu papel de militante da resistência ao regime e a culpa que sentia por assumir esse papel e, por isso ter que se afastar dos filhos é

uma duplicitade. A busca por viver em uma aparente legalidade em Porto Alegre enquanto realizam atividades clandestinas representa uma duplicitade. A solidariedade recebida da Igreja na Itália, em um momento em que Lílian havia rompido com sua fé, é uma duplicitade. Assumir a falsa identidade de Maria ao ser apresentada por Universindo ao jornalista Luiz Cláudio Cunha e ao mesmo tempo, matricular os filhos na escola Cisne Branco apresentando seus documentos verdadeiros, apresentando-se portanto como Lílian, é uma duplicitade. Ser presa durante quase dois anos e ser, em seguida, posta em um navio onde viveu uma agradável experiência familiar, é uma duplicitade. Estar presa e, ter problemas de relacionamento com as companheiras de cela em um momento em que todas estavam ali por motivações semelhantes, é uma duplicitade.

O mito que cerca a vida de Lílian Celiberti tem muita força, mas não diminui a importância de sua contribuição política para a resistência. Não devemos esquecer que ela foi e é, uma mulher. Essa dimensão dupla, extremamente complexa, foi imposta às pessoas que resistiram à ditadura. Lílian viveu em um momento em que a liberdade e a censura, a democracia e a ditadura se chocaram. E esse “*quiebre*” que transformou a sociedade que vivia o esplendor, em um curtíssimo espaço de tempo (entre o projeto e a consolidação do regime autoritário no Uruguai foram apenas vinte anos), é que produz esse *jogo de duplos*. Hoje, não mais sob a ditadura, a trajetória de Lílian Celiberti permanece entre a história e a mitificação de sua experiência. Este trabalho tentou ir um pouco *más allá*.

ENTREVISTAS

CELIBERTI, Lilian. Entrevista concedida a Mariana Cristina Silva. Internet: *Google Talk*. 18/04/2013.

CELIBERTI, Lilian. Entrevista concedida a Mariana Cristina Silva. Internet: *Google Talk*. 15/07/2013.

CELIBERTI, Lilian. Entrevista concedida a Mariana Cristina Silva. Internet: *Skype*. 18/10/2013.

CELIBERTI, Lilian. Entrevista concedida a Mariana Cristina Silva via *e-mail* em. 19/11/2013.

CELIBERTI, Lilian. Entrevista concedida a Mariana Cristina Silva via *e-mail* em. 21/11/2013.

CELIBERTI, Lilian. Entrevista concedida a Mariana Cristina Silva via *e-mail* em. 21/12/2013.

CELIBERTI, Lilian. Entrevista concedida a Mariana Cristina Silva via Facebook em. 11/02/2014.

CELIBERTI, Lilian. Entrevista concedida a Mariana Cristina Silva (digital) em. 05/04/2014. Porto Alegre.

CELIBERTI, Lilian. Entrevista concedida a Cristina Scheibe Wolff (digital). Uruguai, 28/03/2008. Acervo do LEGH/UFSC.

CELIBERTI, Lilian. Entrevista concedida a Roselane Neckel (digital). Uruguai, 28/03/2008. Acervo do LEGH/UFSC.

SITES

Acervo Virtual da Revista Veja - <http://www.veja.abril.com.br>

Acervo Virtual Jornal O Estado - www.acervo.estadao.com.br

Acervo Virtual Jornal Folha de S. Paulo -
www.acervo.folha.com.br

Constituição República Oriental do Uruguai de 1967 -
<http://pdba.georgetown.edu>

Revista Tempo e Argumento -
<http://revistas.udesc.br/tempoeargumento>

Revista História Viva - <http://www2.uol.com.br/historiaviva/>

Sítio Virtual da ONG Cotidiano Mujer -
<http://www.cotidianomujer.org.uy/sitio>

Sítio Virtual da Equipo Nizkor - <http://www.derechos.org>

REFERÊNCIAS

AGUILAR, Sérgio. **Regimes Militares e a Segurança Nacional no Cone Sul.** Militares e Política, n.º 9 (jul.-dez. 2011), p. 64-82.

ALVAREZ, Gustavo Alberto Cabrera. **Movimentos sociais e ditadura militar no Uruguai**, In: Anais do IV Simpósio Lutas Sociais na América Latina. Londrina: UEL, 2010. 98p.

AMADO, Janaina. **O grande mentiroso**: tradição, veracidade e imaginação em História Oral, In: Revista de História, nº14. São Paulo: UNESP, 1995. 136p.

ALBERTI, Verena. **Ouvir contar**: textos em história oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. 196p.

CELIBERTI, Lílian; GARRIDO, Lucy. **Mi habitación, mi celda**. Montevideo: Arca Editorial, 1989, 114p. Disponível em: <www.cotidianomujer.uy>. Acesso em: 26 de junho de 2011.

CEVASCO, Maria Elisa. **Para ler Raymond Willians**. São Paulo: Paz e Terra, 2001. 300p.

CUNHA, Luiz Cláudio. **Operação Condor**: o sequestro dos uruguaios. 2^a Ed. Porto Alegre: L&PM, 2009. 472p.

DINGES, John. **Os anos do Condor**: uma década de terrorismo internacional no Cone Sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. 445p.

DOSSE, François. **História do tempo presente e historiografia**, In: Tempo e Argumento (Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina): Florianópolis, v.4, n.1, 2012, 22p.

DUARTE, Rafael Macedo. **Ascensão e consolidação da frente ampla uruguaias:** da clandestinidade às vias democráticas, da esquerda tradicional ao progressismo. TCC. Florianópolis: UFSC/CSE 2011. 104p.

FERRI, Omar. **O sequestro dos uruguaios:** o caso Lílian e Universindo. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981. Disponível em:
<<http://www.derechos.org/nizkor/brazil/libros/ferri/index.html>>. Acesso em 26 de junho de 2011. 135p.

FICO, Carlos. **Ditadura Militar:** mais do que algozes e vítimas. A perspectiva de Carlos Fico. [Entrevista realizada em 24 de julho, 2013]. Revista Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 5, n.10, jul./dez. 2013. Entrevistadores: Silvia Maria Fávero Arend, Rafael Rosa Hagemeyer e Reinaldo Lindolfo Lohn. p. 464 - 483.

FILHO, João Roberto Martins. **A guerra da memória:** a ditadura militar nos depoimentos de militantes e militares, In: Anais do Congresso da Associação de Estudos Latino-americanos, Dallas, 2003, 18p.

FILMER, Paul. **A estrutura do sentimento e das formações sócio-culturais:** o sentido de literatura e de experiência para a sociologia da cultura de Raymond Williams, In: Estudos de Sociologia, Araraquara, v. 14, n.27. Disponível em:
<<http://seer.fclar.unesp.br/estudos/article/view/1944/1582>>. Acesso em: 15/01/2014. p. 371-396.

FRANCO, Marina; LEVÍN, Florêncio. **El pasado cercano en clave historiográfica.** In: FRANCO, Marina; LEVÍN,

Florêncio Historia reciente: perspectivas y desafios para un campo en construcción. Buenos Aires: Paidós, 2007. p. 31-65.

GODAY, Martina Bailón. 1975: **Ano da Orientalidade**: O corpo/moral no processo de reorganização nacional. Campinas: ETD, v.8, jun. 2007 – ISSN: 1676-2592. 290. Disponível em <<http://educa.fcc.org.br/pdf/etd/v08sespecial/v08sespeciala20.pdf>>. Acesso em: 20/05/2014. p. 290-313.

GOYTISOLO, José Agustín. **Entre los poetas míos...** Espanha: Biblioteca Virtual Omegalfa, vol.61. 2013. 45p. Disponível em: <www.omegalfa.es>. Acesso em: 20 de maio de 2014.

BONDÍA, Jorge Larrosa. **Notas sobre a experiência e o saber da experiência**. Revista Brasileira de Educação, nº 19, 2002, p.20-28.

MACHADO, Irley. **Mito e Tragédia em Yerma de Federico García Lorca**. São Paulo: USP, 2008. 9p.

MARCOLINI, Adriana. **Nas garras do Condor**. Revista História Viva, nº94, ano VIII, São Paulo: Editora Duetto. p. 60-65.

MARTÍNEZ, María Ximena Alvarez. Reflexiones **sobre la dictadura en Uruguay**, In: Anais do XVII Encontro Regional de História, Campinas, ANPUH/SP e UNICAMP, 2004, 10p.

MEDEIROS, Mirna Aragão de. **A nova estrutura de sentimento**: a pós-modernidade, In: Anais do XIII Encontro de História. Rio de Janeiro: ANPUH/Rio, 2008, 10p.

MESTRE, Marilza Bertassoni Alves. **Mulheres do século XX: Memórias de trajetórias de vida ou suas representações (1936-2000)**. Curitiba: UFPr, 2004 (Tese de Doutorado em História). 250p.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Tempo presente brasileiro: cultura política, ditaduras e historiografia**, In: Tempo e Argumento (Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina): Florianópolis, v.3, n.2, 2011. p.245-264.

PADRÓS, Enrique Serra. **A ditadura civil-militar uruguaya: doutrina e segurança nacional**. Belo Horizonte: Varia História, vol.28, nº 48, jul/dez. 2012. p.495-517.

PADRÓS, Enrique Serra. **Como el Uruguay no hay... Terror de Estado e Segurança Nacional. Uruguai (1968-1985): do Pachecato a Ditadura Civil-Militar**. Porto Alegre: UFRGS, 2005 (Tese de Doutorado em História). Tomo I. 434f.

_____. **História do tempo presente, ditaduras de segurança nacional e arquivos repressivos**, In: Tempo e Argumento (Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina), Florianópolis , v.1, n. 1, jan./jun. 2009. p. 30-45.

_____. **Uruguai: o Pachecato e a escalada autoritária no final dos anos 60**, In: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História. São Paulo: ANPUH, julho 2011. 16p.

PORTELLI, Alessandro. **O que faz a história oral diferente**, In: Projeto História. Revista do Programa de Estudos Pós-

Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP. São Paulo: PUC, fevereiro de 1997, vol. 14, p.25-40.

REVEL, Jacques (Org.). **Jogos de escala:** a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: FGV, 1998. 262p.

REIS, Ramiro José dos. **Operação Condor e o sequestro dos uruguaios nas ruas de um porto não muito alegre.** Porto Alegre: UFRGS, 2012. (Dissertação de Mestrado em História). 184f.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **Um passado imprevisível:** a construção da memória da esquerda nos anos 60, In: REIS FILHO, Daniel Aarão et alli. Versões e ficções: o seqüestro da história. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1997, p.31-46.

RIDENTI, Marcelo. **Que história é essa?** In: REIS FILHO, Daniel Aarão et alli. Versões e ficções: o seqüestro da história. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1997, p.11-30.

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. **O direito à memória:** a história oral de mulheres que lutaram contra a ditadura militar (1964 - 84), In: *Tempo e Argumento* (Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina), Florianópolis, v. 5, n.10, jul./dez. 2013, p. 108-132.

SARLO, Beatriz. **Tempo Passado:** cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, 129p.

SCHMIDT, Benito Bisso. **Biografia e regimes de historicidade**, In: Métis: história & cultura, v. 2, n. 3, jan./jun. 2003. Disponível em: <www.ucs.br/etc/revistas/index.php/metis/article/download/1041/707>. Acesso em: 14 de janeiro de 2013. P.57-72.

SILVEIRA, Núbia. **Coojornal, um alternativo suprapartidário**. 2011. Disponível em <<http://www.sul21.com.br/jornal/coojornal-um-alternativo-suprapartidario>>. Acesso em: 20 de maio de 2014.

TEIXEIRA, Edvaldo Rogério Santos. **Estrutura de Sentimento de Raymond Williams**: uma abordagem devocional do festejo do glorioso São José de Ribamar, In: Revista Diálogos, nº 10, novembro de 2013. p. 95-118. Disponível em: <www.revistadialogos.com.br/Dialogos_10/Edvaldo_RA_YMOND_WILLIAMS.pdf>. Acesso em: 15/01/2014.

TRAVERSO, Enzo. **Historia y memoria**: notas sobre un debate, In: FRANCO, Marina; LEVIN, Florêncio. Historia reciente: perspectivas y desafíos para un campo en construcción. Buenos Aires: Paidós, 2007. p 67-96.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo y literatura**. Barcelona: Ediciones Península, 1997. 250p.